



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

CLEMILDA DOS SANTOS SOUSA

**MEDIAÇÕES NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

FORTALEZA

2016

CLEMILDA DOS SANTOS SOUSA

MEDIAÇÕES NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dissertação apresentada á coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.^a Dra. Eloísa Maia Vidal

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S696m Sousa, Clemilda dos Santos.
Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da educação inclusiva / Clemilda dos Santos Sousa. – 2016.
104 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2016.
Área de Concentração: Políticas públicas.
Orientação: Profa. Dra. Eloísa Maia Vidal.
1. Estudantes universitários com deficiência – Fortaleza(CE). 2. Deficientes visuais – Educação (Superior) – Fortaleza(CE). 3. Deficientes – Orientação e mobilidade – Fortaleza(CE). 4. Educação inclusiva – Fortaleza(CE). 5. Universidade Federal do Ceará – Bibliotecas. I. Título.

CDD 371.91284098131

CLEMILDA DOS SANTOS SOUSA

MEDIAÇÕES NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.^a Dra. Eloísa Maia Vidal.

Aprovada em: 23/02/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Eloísa Maia Vidal (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dra. Ana Cristina Silva Soares
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dra. Vanda Magalhães Leitão
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, meu companheiro de lutas!

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo apoio que desde criança recebi, pela compreensão de minhas ausências das festinhas, nas rodas de conversas, nas conversas pelo telefone, e pelo incentivo, pois educar uma criança com deficiência envolve muitos sacrifícios: alcançar uma universidade e um mestrado, então, uma ousadia.

In memoriam, ao meu pai José Elis Quinto de Sousa, falecido no decorrer desta pesquisa que sempre me dizia: “o estudo é a única riqueza que ninguém pode roubar de você” obrigada!

Aos meus professores da Educação Básica até a graduação, obrigada.

À Prof.^a Dra. Eloísa Maia Vidal, pela excelente orientação, principalmente nos momentos mais críticos da pesquisa.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), pela oportunidade de cursar um mestrado.

Ao POLEDUC ao seu corpo docente, pelos conhecimentos compartilhados e pelo incentivo.

A secretária do POLEDUC, Fernanda Araújo, pelo carinho e atenção que sempre dispensou a mim. Obrigada.

Ao diretor da Biblioteca Universitária, Francisco Jonatan Soares, pelo incentivo.

Aos colegas da Biblioteca de Ciências Humanas, em particular à direção, Elizabeth Maia e Vanessa Pimenta, pela confiança e incentivo.

Às professoras participantes da banca examinadora, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À professora da banca de qualificação, doutora Maria do Socorro de Sousa Rodrigues, por suas sugestões.

Aos professores entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas e pela confiança. Não foram simples entrevistas, mas encontros em meio a tantos desencontros, horas de conversa e escuta, momentos de partilha, de angústias, mas também de esperanças.

Aos discentes entrevistados, minha sincera gratidão pelo carinho, confiança e acolhimento, como também pela oportunidade que suas experiências me ofertaram de me reinventar como bibliotecária, pelos desafios que a inclusão exige.

Aos amigos da Secretaria de Acessibilidade da UFC, pela amizade, respeito, confiança e afeto, com os quais sempre fui tratada, e pelo incentivo para concluir o mestrado.

À equipe de bolsistas que trabalha no atendimento aos discentes cegos, muito obrigada pelas horas de trabalho, dedicação, criatividade e carinho que sempre dispensaram em suas atividades. Em particular, à servidora Carlizeth Campos, pelas valiosas contribuições.

Sou grata às professoras doutoras Vanda Leitão, Zilsa Santiago e Ana Karina Lira, pelo carinho e acolhimento no tempo do projeto UFC Incluir, quando era aluna, até o presente momento, nos trabalhos desenvolvidos na Secretaria de Acessibilidade.

Às amigas, companheiras da Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da UFC, agradecida pelas vivências, pelo companheirismo nas alegrias e tristezas que a luta por inclusão encerra.

Aos amigos da Comissão de Políticas Públicas Municipais para Atenção às Pessoas com Deficiência (COMPEDEF) da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sou grata por terem me ajudado a conquistar minha identidade de pessoa com deficiência; em particular, à amiga Nadja Soares de Pinho Pessôa, pela preciosa amizade e companheirismo.

Agradeço às amigas Eliene Moura e Neiliane Bezerra, por suas sugestões, amizade e companheirismo, durante o tempo de elaboração da pesquisa.

Aos amigos em geral, obrigada por compreenderem as minhas ausências e por escutarem e entenderem o meu silêncio; gratíssima pela amizade sincera.

A todos os que contribuíram com minha formação profissional, humana e cidadã, com gestos simples do cotidiano, muito obrigada.

A Deus, pelo que em mim foi gerado, tecido, pela fortaleza para vencer tantos “Golias”, atravessar tantos “desertos”, sobreviver a tantos “calvários” e hoje estar ressuscitada para a vida social; grata, gratíssima.

Ostra feliz não faz pérola. (Rubens Alves)

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência na Educação, apesar de muitos avanços e conquistas no âmbito nacional e internacional, ainda enfrenta muitos obstáculos. A Educação Superior, na singularidade de formar profissionais para contribuir com o crescimento da sociedade, exprime desafios próprios na inclusão de pessoas com deficiência. A Biblioteca Universitária pode contribuir, mediando o acesso à informação e ao conhecimento acadêmico por meio de seus produtos e serviços. A pesquisa tem como objetivo geral identificar desafios e possibilidades no acesso ao conhecimento acadêmico, para os discentes com deficiência visual e seus professores, tendo a Biblioteca Universitária como mediadora. O estudo se caracteriza como exploratório de abordagem qualitativa tendo como instrumento para coleta de dados, a entrevista. O *locus* da pesquisa é a Universidade Federal do Ceará com seus estudantes com deficiência visual e/ou com baixa visão, como também os professores desses discentes, nas disciplinas em que encontraram maiores e menores dificuldades de acesso ao conhecimento acadêmico. A pesquisa conclui que as mediações possíveis na perspectiva da Educação Inclusiva no Sistema de Bibliotecas versam sobre os aspectos de: acessibilidade atitudinal, acessibilidade de comunicação e digital e os aspectos arquitetônicos. Para que a medição pretendida se efetive, porém, é necessário elaborar internamente, no Sistema de Bibliotecas da UFC, uma política que estabeleça parâmetros de acessibilidade para as atividades, o que vai nortear os serviços e produtos da Biblioteca, de forma que esta seja promotora da Educação Inclusiva no ambiente acadêmico. A maior dificuldade relatada, tanto para os discentes como para docentes, é por acervo livros. A principal sugestão é por um repositório institucional com as obras em formato digital. Quanto à formação dos docentes, esses reconhecem que necessitam de mais conhecimentos e sugerem cursos, oficinas e capacitações. No que se refere à política de inclusão, os professores na sua maioria, têm um conhecimento superficial. Os discentes em suas falas, expressam um conhecimento mais consistente. Tanto os estudantes como os professores acreditam na importância da política de inclusão e consideram a Biblioteca Universitária importante para concretizar a inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Biblioteca Universitária. Pessoas com Deficiência Visual.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in education, despite many advances and achievements in the national and international level, has still faced many obstacles. Higher education, in the uniqueness of training professionals to contribute to the growth of society, has had its own challenges in the process of inclusion of people with disabilities. The University Library can contribute to this process, mediating the access to information and academic knowledge through its products and services. The research has, as main objective, to identify challenges and opportunities, in the access to academic knowledge, for students with visual impairments and their professors, having the University Library as a mediator. The study is characterized as exploratory of qualitative approach, taking the interview as a tool for data collection. The locus of the research is the Federal University of Ceará and its students with visual impairment and / or those who have low vision, as well as their professors in the subjects they find major and minor difficulties in accessing academic knowledge. The research concludes that the possible mediation in the context of inclusive education in Library System deals with the aspects of: attitudinal accessibility, digital communication and architectural aspects. Nevertheless, in order that the desired measurement becomes effective it is necessary to internally develop at the UFC Library System some Accessibility Policy, establishing accessibility parameters for the activities which will guide the services and products of the library in order that it becomes a promoter of the inclusive education in the academic environment. The most reported need, both by students and professors, is for books. The main suggestion is for a repository with the works in digital format. As for the training of the professors they recognize that they require more knowledge and suggest courses, workshops and training. As regards the inclusion policy most of the professors have a superficial knowledge. The students in their speech present a more consistent knowledge. Both students and teachers believe in the importance of the inclusion policy and consider the University Library important in the inclusion process.

Keywords: Inclusive Education. University Library. Visually Impaired People.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Levantamento do número de alunos com deficiência na UFC	44
Figura 1 – Catálogo online da Biblioteca Universitária da UFC com o acesso às obras digitalizadas para pessoas com deficiência visual	45
Figura 2 – BU em LIBRAS: descobrindo a Biblioteca	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BU	Biblioteca Universitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEIn	Comissão de Educação Inclusiva
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno
COMPEDEF	Comissão de Políticas Públicas Municipais para Atenção às Pessoas com Deficiência da Prefeitura Municipal de Fortaleza
COMUT	Comutação Bibliográfica
CONSUNI	Conselho Universitário - UFC
FACED	Faculdade de Educação - UFC
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SB/UFC	Sistema de Bibliotecas da UFC
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	22
2.1	Deficiência: conceito em construção	22
2.2	A política brasileira de inclusão no Ensino Superior	26
2.3	Inclusão no ensino superior e ação mediadora docente	31
2.4	O caso da Universidade Federal do Ceará	39
2.5	Pessoas com deficiência visual e o acesso à informação no Sistema de Bibliotecas da UFC	41
3	METODOLOGIA	50
3.1	Natureza da pesquisa	50
3.2	Sujeitos participantes	50
3.3	Local da pesquisa	53
3.4	Instrumentos de coleta de dados	53
3.5	Proposta para análise de dados	54
4	ANÁLISE DE DADOS	56
4.1	A vivência dos discentes e docentes no uso de tecnologias assistivas	56
4.2	Biblioteca Universitária e acesso ao conhecimento acadêmico	61
4.3	Desafios da inclusão na UFC nas linhas e entrelinhas do discurso	68
4.4	A política de inclusão da Universidade Federal do Ceará no entendimento dos discentes com deficiência visual e dos docentes	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA DISCENTES	96
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA DOCENTES	98
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL	100
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS DOCENTES	101

APÊNDICE E – ROTEIRO DO PRÉ-TESTE APLICADO AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL	102
APÊNDICE F – ROTEIRO DO PRÉ-TESTE APLICADO AOS DOCENTES	104

1 INTRODUÇÃO

A realização de uma pesquisa tem sempre uma motivação que, em alguns casos, é oriunda das experiências pessoais e profissionais do pesquisador, como é o caso deste estudo.

O interesse pela temática da inclusão social da pessoa com deficiência está ligado, em primeiro lugar, a experiência que se tem de pessoa com deficiência física desde a infância; em segundo lugar, pelas atividades profissionais na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde se foi admitida por concurso público em 2008, tendo sido lotada no setor em 2010 onde se desempenha um trabalho de atendimento aos discentes com deficiência visual e, em terceiro lugar, ao contexto atual que destaca as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação.

Vale ressaltar o fato que outros eventos relevantes merecem ser relatados, como as atividades de militância política no segmento de pessoas com deficiência, no período de 2006 a 2008, em que se desenvolveu atividades de assessoria na Comissão de Políticas Públicas Municipais para Atenção às Pessoas com Deficiência (COMPEDEF) da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o objetivo maior de contribuir na elaboração da primeira política pública voltada para a pessoa com deficiência nesta cidade. O convívio, nessa comissão, com diversas pessoas com deficiência, despertou o interesse pelo acesso à informação e ao conhecimento. Considerando-se que cada deficiência tem especificidades e, conseqüentemente, uma abordagem diferenciada na produção e disseminação do saber, essa convivência permitiu-se ter um entendimento maior sobre essa questão e acerca do empoderamento e a respeito da identidade de pessoa com deficiência.

Acrescenta-se à participação na Comissão Especializada de Estudos em Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da UFC (SB/UFC), bem como no Grupo de Trabalho da Secretaria de Acessibilidade dessa instituição, desde 2009, onde se desenvolvem as atividades do laboratório de edição de materiais bibliográficos para pessoas com deficiência visual e com baixa visão, usuárias da Biblioteca Universitária.

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade representa grande desafio, porquanto constitui um movimento de mão dupla, que tem implicações para a pessoa e para a comunidade a que pertence. É um conjunto de descobertas e superação de limites que envolve esforços governamentais, traduzidos em leis e políticas públicas específicas, que respondam aos contextos sociais e culturais diversos e às demandas do seu público alvo.

Considera-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, despertou o cidadão para a busca da chamada igualdade entre as pessoas, principalmente, no âmbito das denominadas minorias, a exemplo das pessoas com deficiência.

Marco importante na luta das pessoas com deficiência foi a Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1975), que proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Nesse documento estão assegurados os direitos e as medidas destinadas a permitir que essas pessoas possam alcançar a máxima autonomia possível e, ainda, que fossem consideradas suas necessidades particulares em todas as etapas do planejamento econômico e social.

Outro fato importante foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em 1994, na Espanha, quando foi publicada a Declaração de Salamanca, que proclama o acesso à Educação para todos, principalmente aos que têm alguma deficiência.

[...] reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações. (UNESCO, 1994, p. 7).

A Declaração de Salamanca atribui às universidades ações importantes, como o estímulo à pesquisa, às redes de trabalho, à formação de centros regionais de informação e documentação. Também declara que

As universidades podem desempenhar um importante papel consultivo no desenvolvimento da educação das necessidades especiais, em particular no que respeita à investigação, avaliação, formação de formadores, elaboração de programas de formação e produção de materiais. Deve ser promovida cooperação entre universidades e instituições de ensino superior, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esta ligação entre a investigação e a formação é de enorme importância, sendo igualmente importante envolver pessoas com deficiência nesta investigação e formação, a fim de assegurar que as suas perspectivas sejam plenamente reconhecidas. (UNESCO, 1994, p. 28).

Nessa perspectiva, as universidades são parceiras relevantes no desenvolvimento da Educação Inclusiva; sua contribuição consiste na pesquisa bem como na formação e propagação de conhecimento. As bibliotecas universitárias devem ser vistas como equipamentos culturais e espaços ideais para emanar as ações de divulgação de pesquisas e informação, por intermédio de seus serviços e produtos, configurando a contribuição no processo de inclusão de pessoas com deficiência e atendendo às recomendações da Declaração de Salamanca.

O Brasil aderiu à proposta de inclusão social da pessoa com deficiência no sistema educacional, fazendo eco com as diretrizes internacionais. Assim, políticas públicas voltadas à constituição de sistemas educacionais inclusivos são fundamentadas nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008a) e nos Decretos nº 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011 (BRASIL, 2004, 2005a, 2009a, 2011a).

Segundo Pacheco e Costas (2006), o Brasil fez uma opção por um sistema educacional inclusivo quando concordam com os postulados produzidos em Salamanca. Essa atitude tem muitas implicações em todo o processo educacional, em todos os níveis, entre eles a Educação Superior, o alvo deste ensaio.

No âmbito da Educação Superior, no Brasil, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é um instrumento importante, pois é utilizado para o credenciamento de novas instituições de Ensino Superior (IES), inclusive para ofertar Educação a distância e de autorização de cursos superiores. Leva em consideração a análise de quatro dimensões: contexto institucional, organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações sendo que a quarta observa e avalia as instalações gerais, biblioteca, condições materiais, laboratórios e condições de acessibilidade para pessoas com deficiência.

A avaliação da acessibilidade nas (IES) é entendida em seu amplo aspecto (acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2013, p. 37), definem-se esses aspectos de acessibilidade nas modalidades seguintes.

Acessibilidade Atitudinal: refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade Arquitetônica: eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.

Acessibilidade Metodológica ou Pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade Programática: eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).

Acessibilidade Instrumental: superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).

Acessibilidade Transportes: forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte.

Acessibilidade Comunicações: é a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade Digital: direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Destaca-se, o aspecto da acessibilidade digital, referente ao direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e informação em formatos alternativos, por abranger os acervos bibliográficos.

A Universidade Federal do Ceará, buscando atender às diretrizes internacionais e nacionais, criou a Secretaria de Acessibilidade UFC *Inclui*¹, por meio da Resolução nº 26, de agosto de 2010, do Conselho Universitário (CONSUNI). A mencionada Secretaria tem como objetivo: elaborar, executar e gerenciar ações que culminem na oferta de suporte às unidades acadêmicas e administrativas para a efetivação de uma cultura inclusiva na instituição. A maior relevância dessa criação reside na institucionalização da inclusão de pessoas com deficiência, o que beneficia alunos e toda a comunidade universitária.

Na compreensão de Leitão (2014, p. 28),

Muito embora a UFC já venha desenvolvendo algumas ações que são favoráveis à condição de acessibilidade, as revelações resultantes dos referidos estudos e levantamentos apontavam para a urgência de proposições e efetivação de ações que: garantam a adequação de práticas e recursos pedagógicos que atendam às necessidades específicas dos estudantes; promovam a formação docente e do segmento técnico-administrativo e de serviços para a acessibilidade; estimulem a realização de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias assistivas; permita que, com autonomia, todos tenham o acesso ao conhecimento e à informação; e, ainda, à adequação dos ambientes e condições de trabalho.

Portanto, a conquista da acessibilidade ainda constitui tarefa desafiadora na UFC em diversos espaços, dentre esses a Biblioteca Universitária. É nesse âmbito que é situada a problemática desta pesquisa: o acesso à informação e ao conhecimento por pessoas com deficiência visual na UFC, as barreiras que surgem, bem como as possibilidades de enfretamento. Contextualizando essa conjunção de problemas, é preciso compreender como a Biblioteca Universitária da UFC atua, com vistas a promover acessibilidade aos discentes com deficiência visual.

¹ A denominação Secretaria de Acessibilidade UFC *Inclui* será abreviada para Secretaria de Acessibilidade neste estudo.

O Sistema de Bibliotecas da UFC (SB/UFC), por meio da Comissão de Acessibilidade, desenvolve serviços com vista a disponibilizar, em tempo hábil, acervos bibliográficos em formato acessível, demandados pelos alunos cegos ou com baixa visão, provendo-lhes das fontes de informações necessárias para que façam suas leituras, pesquisas e participem das discussões em sala de aula, tendo uma aprendizagem de qualidade.

A oferta dos serviços e/ou produtos para pessoas com cegueira demanda muitos cuidados, em decorrência da heterogeneidade desses usuários, por exemplo: os que têm cegueira total precisam da descrição de figuras nos textos; então, retirá-las não causa nenhum prejuízo. Para os que têm baixa visão, a retirada das figuras não é recomendada, pois esses poderiam ter acesso às imagens utilizando recursos de ampliação de textos em folha A3, ou da tela do computador, ou com o uso de lupa eletrônica.

O desafio se constitui em criar um formato que atenda a todos, uma vez que os alunos com este tipo de deficiência procuram cursos de graduação e/ou pós-graduação diversos. Se hoje se tem um aluno cego nos cursos de Psicologia, Direito, Ciências Sociais e Educação Física, essa demanda se altera, não só no que diz respeito às áreas de conhecimento, também ao perfil dos alunos em relação a sua condição de deficiência. Outro aspecto refere-se ao armazenamento dos documentos: o formato utilizado hoje deve garantir sua recuperação posterior, para que este possa ser acessado com sucesso por distintos usuários.

Essa complexidade manifesta-se claramente nas demandas de informação, que são diversas, sendo muito difícil estabelecer padrões, como bem ressaltam Torres, Mazzoni e Melo (2007) ao argumentarem: “[...] nem toda pessoa cega lê em Braille, nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais.” Os autores expressam que as pessoas que possuem deficiências semelhantes podem exibir diferenças quanto à forma de desempenhar suas atividades e em sua participação social, sendo diferentes quanto às disparidades que vivenciam.

Os recursos de tecnologia assistiva, por exemplo, utilizados no atendimento às pessoas cegas são diferentes para pessoas com baixa visão. A diversidade é grande. Pensar em uma estratégia de gestão que atenda essa complexidade é um grande desafio, de sorte que concretizar tal ação gestora na elaboração de serviços e produtos exige atenção e conhecimento dos usuários, o que vai ecoar em habilidades e competências específicas dos bibliotecários.

Por tecnologia assistiva, segundo Melo, Costa e Soares (2006, p. 62), pode-se compreender que “[...] são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de

atividades da vida diária por pessoas com deficiência. Procuram aumentar capacidades funcionais e, assim, promover a autonomia e a independência de quem a utiliza.”

Os autores argumentam que esses recursos são utilizados na locomoção, no acesso à informação e comunicação, como também no controle do ambiente e em diversas atividades do cotidiano como estudo, trabalho e lazer. São exemplos de recursos de tecnologia assistiva consoante Melo, Costa e Soares (2006, p. 62), cadeiras de rodas, bengalas, órteses e próteses, lupas, aparelhos auditivos e controles remotos.

No âmbito das bibliotecas, a acessibilidade é uma condição para que pessoas com deficiência possam ter acesso ao conhecimento e à informação científica da mesma forma que aquelas ditas “sem deficiência”. Isto implica a eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação e informação além das atitudinais, as de mais difícil combate, por estarem ligadas a valores culturais e sociais.

Pupo (2006) ressalta o aspecto da atitude cultural, ao se reportar aos recursos humanos em uma biblioteca, bem assim a necessidade de esta fazer eco às questões de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

O acesso ao conhecimento é um direito de todos os cidadãos, portanto ao atendermos pessoas, com ou sem deficiência, não estamos prestando um favor, mas cumprindo nosso dever enquanto profissionais da informação. O comprometimento com acessibilidade e inclusão compete a todos os profissionais: bibliotecários, arquivistas, auxiliares, técnicos, serviços gerais, coordenadores, diretores, reitores. (PUPO, 2006, p. 54).

Para a autora, todos na instituição devem compreender e estar comprometidos com a inclusão e dela participar. Caso contrário, o acesso ao conhecimento não será efetivo. A condição de acessibilidade é relevante para todos os ambientes sociais, visto que enseja a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nos espaços da academia, não é diferente, pois, na inteligência de Pupo e Santos (2001, p. 2),

A informação no âmbito das universidades é insumo básico, pois a partir da informação obtida são gerados novos conhecimentos ou produtos. Assim, é imperiosa a reflexão sobre a missão da biblioteca universitária enquanto agente mediador entre o conhecimento gerado e o usuário, na utilização e reciclagem dessas informações.

Para que ocorra essa mediação, a biblioteca universitária necessita se transformar em um espaço acessível, inclusivo, considerando a pessoa com deficiência como agente no ciclo de elaboração, reformulação e disseminação do conhecimento.

Como ensina Leitão (2014, p. 23), a acessibilidade pode ser compreendida como

[...] condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. E, mais, é uma questão de direito conquistado gradualmente ao longo da história social, e implica no respeito às diferenças e na identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras.

Monteiro (2010) lembra que são raras as bibliotecas universitárias que incorporam ao seu planejamento garantias de acesso pleno os seus produtos e serviços, com todos os recursos tecnológicos necessários, com a finalidade de oferecer um atendimento de qualidade para todos os que a procurem.

Portanto, a pesquisa ora proposta se justifica pela relevância da temática da inclusão de pessoas com deficiência na sociedade contemporânea, sendo que, na Universidade Federal do Ceará, as políticas de inclusão já estão sendo implementadas. Com a criação da Secretaria de Acessibilidade, em agosto de 2010, o trabalho e desenvolvido em quatro eixos: arquitetônico, tecnológico, atitudinal e pedagógico. Com efeito, nasceu a parceria entre a Secretaria de Acessibilidade e a Biblioteca Universitária, resultando na oferta dos serviços oferecidos aos alunos com deficiência visual e com baixa visão.

Para o público ora referido, o Sistema de Bibliotecas oferece os serviços de:

- a) Digitalização e/ou conversão de materiais bibliográficos em formato acessível;
- b) Orientação à pesquisa bibliográfica para usuários com deficiência visual e
- c) Levantamento bibliográfico para pessoas com deficiência visual.

O atendimento aos discentes com deficiência visual é bastante desafiador e gratificante. Gratificante por possibilitar a inclusão e a justa equiparação de oportunidades, mas também reclama muita atenção e suscita indagações relativas à qualidade dos serviços prestados, eficácia, como também os recursos de tecnologia assistiva oferecidos/utilizados.

A presente investigação poderá contribuir para compreender melhor a diversidade quanto à condição de deficiência que denota o público atendido: alunos totalmente cegos desde o nascimento, e cegos após adultos ou com baixa visão. Cada uma dessas condições demanda atendimento diferenciado. Para os alunos que têm deficiência visual, por exemplo, podem ser utilizados o Braille e textos digitalizados, enquanto para os que têm baixa visão, textos ampliados, pois o uso de lupas eletrônicas contribui para um melhor acesso à informação. Quando os livros são apenas textos, é mais fácil, tanto digitalizar como imprimir em Braille; quando há imagens é preciso, no caso da digitalização, descrever as imagens, no caso de pessoas cegas; para aqueles com baixa visão, não é preciso digitalizar mas ampliar o

conteúdo. Outro elemento importante é o conhecimento individual que o aluno tem no uso de Braille, programas leitores de telas e lupas eletrônicas, o que implica o seu atendimento.

Outro aspecto relevante está no fato de esse público pertencer a vários cursos na universidade, de áreas distintas do conhecimento, tais como: Biblioteconomia, Letras Italiano, Letras Espanhol, Computação, Psicologia e Filosofia. O material bibliográfico relativo a essas áreas de conhecimento exprime informações bastante diversificadas: figuras, gráficos, tabelas, fórmulas, texto escrito, descrição fonética, dentre outros. Para cada aspecto, é preciso uma abordagem diferente para não perder a informação na hora de edição e digitalização dos textos.

Uma dificuldade desses usuários está nas atividades de pesquisa nas bases de dados científicas, uma vez que essas não oferecem acessibilidade de navegação em suas páginas na internet, fazendo uso de programas leitores de tela, o que exige da Biblioteca uma mediação por via de serviços que viabilizem o acesso aos usuários com deficiência visual à informação.

Ante o exposto, a participação dos estudantes com deficiência visual na avaliação dos produtos e serviços ofertados pelo Sistema de Bibliotecas da UFC é essencial para ajudar a planejar a biblioteca inclusiva. Portanto, dessa necessidade, emergem duas indagações importantes: **qual é a percepção que os estudantes com deficiência visual e/ou com baixa visão da UFC têm dos serviços e produtos ofertados pelo SB/UFC para proporcionar acesso à informação e ao conhecimento acadêmico? Como os professores se apropriam dessas possibilidades?**

Detalhando melhor, pode-se dizer: como a mediação da Biblioteca Universitária pode contribuir para o ensino e aprendizagem. Quais as dificuldades encontradas por alunos com deficiência e seus professores, que tenham relação com o acesso à informação e ao conhecimento, dos quais a biblioteca é guardiã e difusora?

Apesar de todas as ações já realizadas pelo Sistema de Biblioteca em prol da acessibilidade, quais barreiras persistem? Que desafios e problemas estão na órbita do cotidiano dos professores e de seus alunos com deficiência visual? A Biblioteca Universitária responde aos apelos silenciosos por inclusão, apelos esses que esta pesquisa busca ouvir, perceber e compreender no tecido das falas registradas nas entrevistas utilizadas como instrumento nesta pesquisa?

Os produtos e serviços já utilizados pelos usuários com deficiência visual dialogam com as mudanças contemporâneas? Os docentes sabem da existência de tais serviços, compreendem a contribuição que esses podem oferecer aos seus alunos?

Para responder a essas indagações, este experimento tem como objetivo geral: **identificar desafios e possibilidades de acesso ao conhecimento acadêmico, para os discentes com deficiência visual e seus professores**, tendo a Biblioteca Universitária como mediadora. Para atender o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- compreender melhor a diversidade quanto à condição de deficiência visual que expressa o público atendido;
- identificar a percepção que os docentes e estudantes com deficiência visual e/ou com baixa visão têm da Biblioteca Universitária e se esta responde às demandas no acesso ao conhecimento acadêmico;
- mapear e tipificar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual e por seus professores, que tenham relação com o acesso à informação e ao conhecimento acadêmico; e
- investigar as posturas dos professores no que concerne à inclusão de alunos com deficiência visual no cotidiano acadêmico e o conhecimento das políticas públicas por parte desses sujeitos.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa, tendo a entrevista como instrumento para coleta. O *locus* da pesquisa é a Universidade Federal do Ceará, com seus estudantes com deficiência visual e/ou com baixa visão, como também os professores desses discentes, nas disciplinas em que encontraram maiores e menores dificuldades.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, incluindo a introdução e a conclusão. O primeiro é de caráter introdutório, onde há a contextualização da temática, exposição da justificativa, problemática, objetivos e algumas considerações sobre a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, delinea-se uma discussão sobre os aspectos legais que norteiam a inclusão de pessoas com deficiência na Educação, especificamente na Educação Superior, e a experiência da Universidade Federal do Ceará nesse terreno. Para o terceiro capítulo, a proposta é expressar a metodologia utilizada na pesquisa, definir o universo desta, o método científico utilizado, como também o instrumento para a coleta de dados.

No quarto, estão a análise dos dados e a discussão dos resultados. Finalizando, o quinto capítulo traz as considerações complementares da investigação.

2 INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O acesso à Educação é fundamental para qualquer pessoa, para seu desenvolvimento cultural, intelectual e social. Historicamente, as minorias sociais encontram dificuldade em participar do processo educativo e, entre essas minorias, as pessoas com deficiência precisam travar uma luta singular, visto que essa condição é transversal a todas as outras minorias: negros, mulheres, pessoas de baixa renda. Essas lutas decorrem de embates que aconteceram ao longo dos séculos e que tiveram momentos de vitória com reconhecimento de valores e concepções, expressos em eventos de amplitude internacional. Um desses eventos foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha, em 1994, que culminou com a Declaração de Salamanca, a qual proclama o acesso à Educação para todos.

Ainda merecem destaque: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948; a Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1975), que proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes; a Convenção da Guatemala, intitulada Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1999; e a Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris em 1998, que resultou na Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, Visão e Ação.

A inclusão educacional, apesar de muitos esforços, ainda constitui um desafio para todos os envolvidos, porém, avança ao longo dos anos o entendimento do que é deficiência e a identidade de pessoa com deficiência se constitui, reinventa-se, à medida que novas experiências se efetuam. Sobre o entendimento do conceito acerca de deficiência discutir-se-á a seguir.

2.1 Deficiência: conceito em construção

“Diferença não é, a nosso ver, sinónimo de inferioridade, de exclusão e desqualificação, bem pelo contrário, uma vez que é um elemento preponderante na manifestação da riqueza de expressões humanas.” (NUNES *et al.*, p. 2011).

O conceito de deficiência traz em si muitas implicações associadas a esta condição, sendo que a questão não é exatamente a deficiência em si, mas, acima de tudo, a receptividade social concernente a essa condição. Os estudos sobre deficiência, mais especificamente, o modelo social da deficiência, explicita bem a relação entre deficiência e

sociedade, revelando que as supostas dependências, limitações, diferenças, na verdade, se configuram nas relações do corpo com deficiência e a forma como uma sociedade está organizada. Cabe, por conseguinte, a indagação: o que é deficiência, como entendê-la à luz das relações sociais? É o que discutiremos a seguir.

Barbosa, Diniz e Santos (2010, p. 46) definem deficiência como

[...] o resultado da relação entre um corpo com impedimentos e a sociedade, ou seja, é avaliada com base na participação de uma pessoa com impedimentos corporais na vida social. O corpo com impedimentos não é mais a medida solitária para a definição da deficiência, pois tão decisivo quanto os impedimentos corporais é o ambiente que impõe restrições e barreiras à plena participação.

Não se cogita em negar a lesão, o impedimento, mas de compreender até que ponto a sociedade cria barreiras para participação das pessoas e justificar essas como oriundas exclusivamente do ser humano, responsabilizando-o por sua inclusão.

Diniz (2003, p. 1) define assim a diferença entre deficiência e lesão:

Deve-se entender deficiência como um conceito amplo e relacional. É deficiência toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. Lesão, por sua vez, engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implicam em restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade.

Medeiros, Diniz e Barbosa (2010, p. 13), por sua vez, acentua que:

A deficiência é, hoje, uma questão central aos debates sobre o justo por pelo menos três razões. A primeira é que uma parcela expressiva das pessoas com deficiência é ameaçada em um dos direitos mais fundamentais à existência, o *direito a estar no mundo*. Essa experiência de solidão e de afastamento da vida social é resultado de ambientes pouco sensíveis aos impedimentos corporais. Deficiência não é um conceito neutro que descreve corpos com impedimentos, mas o resultado da interação do corpo com impedimentos com ambientes, práticas e valores discriminatórios.

Além disso, a experiência da deficiência deslocou-se do espaço simbólico da alteridade para o da possibilidade de futuro compartilhado por todos aqueles que experimentarem o envelhecimento. A condição da velhice é também a alteração nas funcionalidades corporais e para muitas pessoas significará a experiência de impedimentos a serem vivenciados como deficiências. O resultado será um alargamento da população com deficiência entre os velhos, mas também o enfrentamento da deficiência como parte de uma condição humana comum a todas as pessoas.

Por fim, porque a deficiência tem implicações não só para a vida das pessoas deficientes, mas também para a de outras pessoas. A vida social em geral e a vida das pessoas com deficiência em particular está permeada por relações de cuidado. As deficientes cuidam e são cuidadas por outras pessoas e isso tem implicações para aquilo que elas são capazes de fazer.

As três razões apontadas pelos autores se resumem em: o direito à vida, o envelhecimento e as redes de cuidadores que permeiam a vida das pessoas com deficiência.

Esse “*estar no mundo*” a que os autores se referem incide na posse da vida social, em usufruir dos bens da sociedade e em interagir com igualdade de oportunidade. Para as pessoas com deficiência, um grande desafio está nas barreiras arquitetônicas que as impedem de ir ao cinema, à praia, subir uma calçada, por exemplo.

A velhice alarga o grupo de pessoas com deficiência, uma vez que elas podem vir a ter a mobilidade reduzida e, no Brasil, essa população está em franco crescimento, segundo apontam estudos realizados pelo IBGE, considerando a taxa de mortalidade da população e o aumento do seu tempo de vida. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas que concebam ações, visando, especialmente, a condições de acessibilidade para todos.

Esse “*estar no mundo*” não se faz sozinho, mas é tecido pelas relações pessoais na comunidade em que se vive. Pensando nessas nuances na universidade, mais especificamente falando nas bibliotecas, essa rede de cuidadores pode ser percebida de vários ângulos.

Primeiro, impõe-se a existência de profissionais que saibam cuidar, isto é, dispensar atenção às pessoas com deficiência, sendo o atendimento especializado uma das maneiras de cuidar. Segundo, os cuidadores precisam de cuidados também, isto é, é necessário capacitar os profissionais, oferecer conhecimento, para que estes possam dispensar os cuidados necessários. Terceiro, as pessoas com deficiência são cuidadas e cuidam, pois, quem melhor do que elas para dizerem o que precisam e ensinar como fazer? Por se apresentarem como problemas novos, muito pouco se sabe sobre estratégias, recursos e procedimentos para atender as pessoas com deficiência e, no caso das bibliotecas, elas podem mediar sua inclusão por meio da exposição das suas necessidades.

O quarto aspecto se refere ao conhecimento científico e às contribuições que as pesquisas realizadas pelas universidades podem ampliar seus saberes sobre a deficiência. Importante, também, e observar que os alunos com deficiência aprendem novas estratégias de “*estar no mundo*”, novas possibilidades de cuidar do mundo e de si mesmos. Portanto, quando se pensa em políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência, é necessário pensar na teia de relações que essas pessoas constituem. É o que concluem os autores, ao ensinarem que

Isso nos leva a concluir que as políticas voltadas à deficiência não devem ser confundidas com políticas para deficientes apenas, e sim abarcar todas aquelas pessoas que fazem parte da esfera de cuidados dos deficientes. (MEDEIROS; DINIZ; BARBOSA, 2010, p. 14).

Isso reclama um olhar cuidadoso sobre as políticas públicas, para que essas sejam capazes de focalizar as desigualdades que produzem as deficiências e o porquê do modelo social da deficiência tanto chamar atenção, em contraste ao modelo biomédico.

Barbosa, Diniz e Santos (2010, p. 54) defendem o argumento de que

Os modelos biomédico e social da deficiência são distintos e possuem implicações importantes para as políticas sociais brasileiras. O modelo biomédico localiza a deficiência no corpo do indivíduo, como um resultado inevitável dos impedimentos físicos, cognitivos ou sensoriais. Nessa perspectiva, o corpo com impedimentos deve ser alvo de intervenção e medicalização, a fim de adequar-se aos ambientes em uma expectativa de normalidade. O modelo social da deficiência reconhece as limitações dos impedimentos corporais, mas afirma que as desvantagens não são uma natural consequência do corpo, e sim uma condição imposta por ambientes sociais pouco sensíveis à diversidade corporal.

Se as políticas públicas não assimilarem esse conceito, por conseguinte, poderão reproduzir a exclusão, buscando a normalidade e não o respeito às diferenças; focando suas ações no corpo deficiente e não no corpo social, bem maior e legislador da vida em sociedade.

Santos, Diniz e Pereira (2010, p. 154) quando se reportam à desigualdade pela deficiência, isto é, localizada no corpo, compreendem que:

A desigualdade pela deficiência não se resume às variações impostas pelo corpo com impedimentos, expressando-se também pela interação com o mundo social pouco sensível à diversidade corporal. Não se nega a existência do corpo como o contorno da habitabilidade humana, apenas não se considera mais suficiente explicar a exclusão social do deficiente com base em seu corpo. Nesse novo modelo de compreensão da deficiência, a opressão não é causada pelos contornos do corpo, mas por valores, atitudes e práticas que discriminam a deficiência.

São, portanto, as atitudes o que realmente produz a exclusão. E na universidade, espaço do saber científico e do conhecimento, não é diferente. É o que constata Nunes *et al.* (2011, p. 131), quando argumentam que “[...] o acesso dos alunos portadores de deficiência às universidades depara-se com um conjunto de barreiras arquitectónicas (expressão física para o prolongamento das barreiras sociais) que reflectem uma sociedade dominante.”

Nunes *et al.* (2011, p. 132) ainda ressaltam que

Se na sociedade em geral é imperdoável a forma como a deficiência é encarada, é ainda mais imperdoável quando se trata das universidades, uma vez que, enquanto espaços educativos e culturais, têm a obrigação de adoptar e implementar um discurso que perspetive a deficiência como um contributo para a riqueza das expressões humanas. Deste modo, exige-se que as universidades sejam um espaço que permita o acesso igual a todos e isso implica abandonar os discursos opressores, onde tudo é construído em função do que é considerado “normal”. A oportunidade do ser humano crescer e se desenvolver deverá ser acompanhada por um ambiente físico e social em que a pessoa portadora de deficiência possa se manifestar, expandir e desenvolver as suas capacidades, livre de impedimentos activos e subliminares de castração da sua diversidade sócio-cultural.

Os autores não poupam críticas duras às universidades, que absorveram um conceito de deficiência focado no corpo, em que esta se concentra no sujeito e não no ambiente, sendo dessa concepção que minam as barreiras atitudinais. Isto porque se fosse o contrário, as pessoas com deficiência encontrariam nas universidades um ambiente livre de obstáculos, acolhedor de suas diferenças. Não seria preciso tanta preocupação com adaptações, serviços especializados, pois haveria uma cultura inclusiva, onde tudo o que a universidade produzisse já nasceria inclusivo, atenderia a todos, inclusive às pessoas com deficiência. E aquilo que realmente precisasse de atendimento especializado já seria algo comum na estrutura arquitetônica e de serviços, já faria parte do cotidiano, já estaria absorvido nas práticas habituais.

Portanto, a deficiência está diretamente relacionada com o ambiente social, o que implica seu modo de “estar no mundo”. As políticas públicas precisam ser criadas para atender a esse público e à teia de relações que estabelecem, seus cuidadores e os princípios norteadores das instituições perante o desafio da inclusão.

Barbosa, Diniz e Medeiros (2010, p. 11), quando se referem a deficiência e igualdade argumentam que:

Um valor fundamental das sociedades justas é o da equidade. O reconhecimento de que as pessoas são diferentes e que, para que se tornem iguais naquilo que importa para uma vida digna, devem ser tratadas de maneira diferenciada é um dos pilares do princípio da justiça.

Os autores postulam o valor de acolher a diferença, respeitá-la e agir de forma distinta, para que o diferente possa assumir sua identidade e ter assegurado o essencial para sua inclusão de modo diferenciado e, assim, a equidade de oportunidade se torne realidade e a justiça se efetive. Na universidade, é preciso agir de jeito diferente com os diferentes, por eles serem diferentes, para que suas diferenças não sejam motivo de exclusão, mas uma possibilidade de soma e, assim, as oportunidades se fazem equivalentes.

Ante o exposto, é de grande relevância se proceder a discussão acerca da legislação brasileira sobre inclusão, assunto do próximo tópico.

2.2 A política brasileira de inclusão no Ensino Superior

O Brasil realiza esforços em termos de políticas públicas para consolidar a inclusão de pessoas com deficiência na Educação. Na justificativa de Moreira, Bolsanello e Seger (2011), a primeira iniciativa por parte do Ministério da Educação (MEC) ocorreu por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), no que se refere à Educação Superior com

a Portaria n° 1.793, em 1994. Esse documento recomendava a inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, em cursos de licenciatura.

A segunda iniciativa, na concepção dos autores, ocorreu em 1999, com o Aviso Circular n° 277 MEC/Gabinete Ministerial, que solicitou das instituições de Ensino Superior (IES) a viabilização de condições de acesso aos candidatos na ocasião dos concursos vestibulares, além de ações que possibilitassem a flexibilização dos serviços educacionais e de infraestrutura, como também a capacitação de recursos humanos, de modo que fosse garantida a permanência de qualidade dos alunos com deficiência (BRASIL, 1996).

Muitas ações, no decorrer dos últimos anos, foram legitimadas por meio de portarias, resoluções, decretos, normas técnicas, programas, leis, tratados internacionais, na busca de concretizar uma política de inclusão no Brasil. No Brasil, em 1999, foi publicada a Portaria n° 1.679, de 2 de dezembro, que estabelece requisitos para acessibilidade às pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento de instituições. O artigo 1° dessa Portaria,

Determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. (BRASIL, 1999, p. 1).

Em 2003, a Portaria n° 3284, de 7 de novembro, estabelece a mesma exigência no que tange aos requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem assim de credenciamento de instituições. Assim, seu artigo 1° determina que.

Sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. (BRASIL, 2003, p. 1).

Além das portarias citadas, merece destaque a Resolução CNE/CP n° 1, de fevereiro de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, nos cursos de licenciatura e de graduação plena (BRASIL, 2002, p. 3), em relação às pessoas com deficiência, recomenda para os futuros professores: “[...] conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as

especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas.”

Os decretos também são de singular importância, uma vez que cuidam de critérios de acessibilidade, inclusão de disciplinas no exercício do magistério, nos cursos de licenciatura, assistência estudantil, direitos da pessoa com deficiência.

O Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e inclui vários aspectos, como barreiras, definição dos vários tipos de deficiência, e aspectos de arquitetura, transporte, ajudas técnicas, acesso à informação e comunicação e outras dimensões da acessibilidade.

O Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005a, p. 1).

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e também avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino. No que se refere à acessibilidade, o decreto determina que, no plano de desenvolvimento institucional das instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino, deve constar um

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; (BRASIL, 2006, p. 1).

Em 2009, o Decreto nº 6.949 ratifica como Emenda Constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis do sistema de Educação. O Decreto nº

7.234, de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo ampliar as condições de permanência de jovens na Educação Superior. Nesse sentido, o programa deve atuar de maneira a promover acesso, participação, aprendizado para discentes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (BRASIL, 2011a). Em 17 de novembro de 2011, o Decreto nº 7.612 instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, cuja a finalidade é promover, pela integração e articulação de políticas, programas e ações, visando ao pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2011b).

No escopo da legislação brasileira sobre pessoas com deficiência, existe as normas técnicas que buscam orientar sobre critérios e parâmetros que versem sobre acessibilidade. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2004), por meio da NBR nº 9.050, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Outras ações governamentais que merecem ser citadas são o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096/2005, cujo escopo é com conceder bolsas de estudos integrais ou parciais de 50% ou de 25% a estudantes de cursos de graduação e sequenciais, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005b). No perfil de estudantes, definido pelo Programa, constam as pessoas com deficiência.

Merece destaque também a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que, em suas diretrizes, acentua que

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008b, p. 17).

O Programa Incluir, que teve início em 2005, buscou a promoção da acessibilidade na Educação Superior, por meio de parcerias entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), com o fomento à criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais (BRASIL, 2013), que respondem pela organização de ações institucionais, com vista a garantir a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Em 1º de setembro de 2010, foi regulamentada a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, o que contribuiu com a inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior. Segundo essa legislação, no

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
II - cursos de extensão universitária; e
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2010a, p. 1).

No que se refere ao marco legal brasileiro, ainda se destaca o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015a, ao prever que a Educação Superior e a Educação Profissional Técnica e Tecnológica devem incluir, em seus currículos, temas relacionados à pessoa com deficiência.

E, para finalizar, não se pode deixar de citar o Tratado de Marraqueche, muito importante para os deficientes visuais, uma vez que proporciona maiores possibilidades para o acesso a materiais bibliográficos em formato acessível. Consoante o Ministério da Cultura²,

[...] o Brasil depositou a carta de ratificação ao Tratado de Marraqueche, por meio do qual os países signatários se comprometem a criar dispositivos na legislação nacional para que obras, tais como livros e outros materiais em formato de texto e ilustrações correlatas, possam ser reproduzidas e distribuídas em formatos acessíveis, como Braille, Daisy ou mesmo em audiolivro, sem a necessidade de autorização do titular de direitos autorais. (BRASIL, 2015b, p. 1).

Todas essas ações legais demandam concretizar a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, possibilitando o empoderamento político e a equiparação de oportunidades. Só a legislação, contudo não é suficiente, uma vez que as atitudes individuais, os preconceitos constituídos e consolidados por séculos acerca das pessoas com

² Referido tratado só entrará em vigor depois da ratificação em 20 países. Segundo o Ministério da Cultura, até o momento, há 13 ratificações.

deficiência interferem na inclusão, nas relações institucionais na universidade e em sala de aula.

Quando se observa a legislação brasileira sobre a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, nota-se uma situação crescente de estabelecimento de um marco, que iniciou com recomendações, resoluções e depois decretos e leis. Isto é, ao longo do tempo, o discurso adquire um caráter mais normativo e abrangente, resultado das lutas do movimento pela inclusão, cada vez mais consolidando as políticas de inclusão no Ensino Superior. Outra leitura dessa realidade, entretanto, não excluindo o primeiro, mas se somando a esse, permite refletir que a existência de tantas leis e decretos pode sinalizar uma resistência à inclusão, sendo que o ideal é uma fruição mais harmoniosa, por haver um ambiente de educação, ensino e pesquisa, que é o universo acadêmico. A necessidade de normativos legais para garantir o direito de pessoas com deficiência à Educação, a uma profissão, ao reconhecimento social de suas potencialidades como profissionais competentes, capazes de produzir conhecimento, pode revelar a face ainda embrionária de aceitação tácita por parte da sociedade.

Nesse contexto acadêmico, a relação professor e aluno, mais especificamente, a docência e inclusão no Ensino Superior sob o olhar teórico de alguns autores, que tecem seu pensamento sobre o assunto, é o tema do próximo tópico.

2.3 Inclusão no Ensino Superior e ação mediadora docente

Ter acesso ao Ensino Superior, como tática de adquirir uma profissão, é um sonho acalentado por muitos brasileiros, dentre os quais as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, que almejam, por meio de uma profissão, melhorar suas condições financeiras, buscar realização profissional, pessoal e reconhecimento social de suas potencialidades.

Malgrado, entretanto, toda a legislação vigente, conforme foi expresso em tópicos anteriores, a inclusão ainda constitui desafio para os discentes com deficiência, seus professores e as instituições em geral. Este panorama de enfrentamentos, encontros e desencontros é que será relatado a seguir.

Rocha e Miranda (2009, p. 198) são da opinião de que,

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decreto ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e

medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

Ainda segundo essas autoras, a legislação sozinha é estéril para garantir a inclusão das pessoas com deficiência na Educação. Elas argumentam que o Brasil ampliou o número de alunos com deficiência matriculados. O Censo do Ensino Superior do INEP, de 2013, registra que o ingresso de pessoas com deficiência passou de 2.155 para 6.022 nos últimos cinco anos. Ainda assim, porém as autoras acreditam que há muito a ser considerado, principalmente quando analisam a realidade de regiões do País como o Nordeste e o Norte, têm menores índices de matrículas, comparados às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Rocha e Miranda (2009) asseveram que, para tornar concreta a inclusão das pessoas com deficiência, do ingresso ao término da graduação, é importante que a comunidade acadêmica se envolva, reivindique às instâncias gestoras o diálogo entre os setores responsáveis, para que se assumam uma política de atendimento às necessidades das pessoas com deficiência.

Marques e Gomes (2014, p. 316) reforçam as percepções de Rocha e Miranda (2009) e acrescentam que.

Evidencia-se assim que o processo inclusivo na universidade não pode ser restrito aos métodos e recursos especializados, mas deve propiciar orientação que leve ao desenvolvimento de competências e habilidades, com a oferta de recursos, apoio e políticas institucionais que permitam a exploração e o domínio cada vez mais amplo das ações educacionais, pois este espaço se constitui como polarizador de transformações e reestruturações ideológicas, sociais e humanas.

Dados do INEP demonstram um total de matrículas de 29.034 alunos com deficiência, em 2013 e, no que se refere aos estudantes com deficiência visual, os dados da Tabela 1 mostram o aumento de matrículas.

Tabela 1 – Matrículas de Alunos Cegos e/ou com Baixa Visão em Universidades Públicas Federais Brasileiras e no Ceará em 2013

Unidade da Federação	Número de Alunos com Deficiência	Número de Alunos Cegos	Número de Alunos com Baixa Visão
Universidades Públicas Federais	6.648	460	2.579
Universidades Públicas Federais no Ceará	136	34	41

Fonte: Elaboração própria, com suporte nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

O aumento das matrículas sinaliza que, apesar das dificuldades, as pessoas com deficiência estão conseguindo ter acesso à universidade, o que exige dessa instituição a criação de uma política de inclusão capaz de acolher essa demanda de maneira qualitativa,

assegurando o direito à Educação. Esses números podem ser reflexos das políticas de inclusão que o Brasil desenvolveu nas últimas décadas.

A política institucional configura-se como fio condutor na sincronia de ações e fomenta intervenções de cunho administrativo, sociais e culturais na universidade. Com efeito, cada setor saberá o que lhe compete fazer para facilitar a inclusão. A política de inclusão constitui proposta, modo de pensar e interagir com as pessoas com deficiência e uma política institucional de uma organização deve buscar compreender, atuar e propor ações norteadas pelos princípios da Declaração de Salamanca e da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Tais princípios velam pelo respeito, pela não discriminação, pela participação plena e efetiva das pessoas com deficiências, como também por acessibilidade, igualdade e desenvolvimento das capacidades.

Assim, a política institucional deve estimular os diversos setores, em sua singularidade, a promover a inclusão no seu espaço de trabalho, nos produtos e serviços que oferecem e nas relações pessoais e interpessoais. Realizar essa tarefa não é fácil, porquanto exige muito esforço, vontade política e poder de barganha, com vista a sensibilizar as pessoas envolvidas no processo. Rodrigues (2004) aponta dificuldades para a inclusão no meio acadêmico, oriundas da concepção de ensino-aprendizagem e, segundo o autor, essa concepção denota três dimensões, na sequência delineadas.

A primeira considera o ensino-aprendizagem como transferência de informação do professor para o aluno.

A segunda, entende ser o aluno a responsabilidade por seu aprendizado, não levando em conta que o referido processo de educação tem responsabilidades mútuas de aluno e professor. Segundo o autor, quando se responsabiliza exclusivamente o aluno, cria-se uma dificuldade para a igualdade de oportunidades. Percebe-se, nessa argumentação de Rodrigues (2004), a comodidade de transferir para o estudante com deficiência o sucesso ou fracasso do aprendizado, quando na verdade muitas coisas podem interferir, tais como: falta de acessibilidade às salas de aula, bibliotecas, barreiras tecnológicas, infraestrutura, ausência de serviços de apoio pedagógico. Há um conjunto de considerações a fazer antes de responsabilizar o discente. Não se reporta a facilitar as atividades acadêmicas de maneira assistencialista, os conteúdos devem ser ministrados respeitando as exigências e rigor científico, mas de modo acessível, para que haja a equiparação de oportunidades entre os discentes, o que exige o envolvimento de toda a comunidade acadêmica e não uma responsabilidade exclusiva do aluno com deficiência.

A terceira dimensão consolidar-se na diversidade e diferenciação que os docentes oferecem ao seu programa. O autor argumenta que a organização dos objetivos, conteúdo, avaliação e bibliografia é um valor, mas pode constituir em um obstáculo para a diversificação de oportunidades de aprendizagem e avaliação, que os estudantes com deficiência podem solicitar. “Assim é bom que a organização da disciplina não se torne um ritual, um pacote sacrossanto que todos os estudantes terão de passar igualmente.” (RODRIGUES, 2004). Há de se destacar na argumentação do autor a reflexividade necessária para a inclusão. Um aluno com deficiência visual, por exemplo, não poderá realizar uma avaliação escrita, como talvez costume fazer o professor em turmas que não possuem alunos com este perfil, mas poderá expressar seu conhecimento por meio de uma atividade oral, em Braille ou por meio eletrônico. O conteúdo permanece, modifica-se apenas a forma, mas nem sempre os docentes estão dispostos a perceber as mudanças necessárias e possíveis para incluir um aluno com deficiência. Nesse caso, um programa engessado pode representar um estrangulamento da política de inclusão em uma instituição.

Um aluno cego aprende utilizando meios diferentes do que um aluno surdo emprega. É salutar que os discentes aprendam juntos novas táticas de mediar o conhecimento, pois o estudante também tem seu saber, acervo pessoal. Quando esse acervo encontra outro, a ação é de transformação e ressignificação. Se o professor perceber isso, entenderá que poderá aplicar técnicas novas e equivalentes de mostrar o mesmo conhecimento de outra maneira, um jeito novo de fazer coisas antigas, que assim se tornam novas sem perder a essência original.

Assim como aponta as dificuldades, Rodrigues (2004) também se reporta as possibilidades que uma universidade pode aproveitar para uma melhor inclusão de discentes com deficiência.

Por exemplo, é possível que um professor de um curso de engenharia mecânica desenvolva uma atitude pouco positiva em relação ao sucesso do seu estudante paraplégico porque a representação profissional que ele tem de um “engenheiro mecânico” pressupõe uma destreza física para acompanhar uma obra no terreno e mesmo até exemplificar a execução de tarefas específicas. Ora esta representação profissional restrita do docente para além de não corresponder à realidade (haverá dezenas senão centenas de perfis profissionais susceptíveis de serem desempenhados por um engenheiro mecânico) pode influenciar a receptividade que este docente tem ao sucesso de um aluno com NE. (RODRIGUES, 2004, p. 3).

A contribuição que os alunos com deficiência podem oferecer à universidade consiste em repensar o perfil de seus profissionais, alargar conhecimentos, questionar estereótipos, proporcionar a criação de conceitos e assim responder melhor às demandas de

uma sociedade cada vez mais mutável. A segunda contribuição apontada pelo autor consiste em

Um segundo aspecto diz respeito ao alerta que o estudante com NE faz para a necessidade de constituir redes de solidariedade dentro da escola. São conhecidas as críticas das mudanças relacionais nas Universidades tanto ao nível de docentes como de alunos: fala-se na falta de comunicação dos docentes, do divórcio docentes-discentes e da competição entre estudantes. Recentemente um familiar meu que sofreu um acidente que o impossibilitará durante muito tempo de frequentar a Universidade onde era aluno, viu os seus colegas de turma estabelecerem um calendário que permite que todos os dias um elemento da turma vá ao hospital para lhe dizer o que se passou nas aulas, mostrar apontamentos e estudar com ele. (RODRIGUES, 2004, p. 3).

Essa rede possibilita a elaboração de um conhecimento muito mais valorativo, visto que ele se compreende parte de um todo, dotado de flexibilidade, atento as peculiaridades, sem tanta competição e com maior cooperação, o que vai resultar em profissionais mais humanizados, reflexivos. Rodrigues (2004) conclui assinalando que as pessoas com deficiência são catalizadoras de práticas e valores novos. Com efeito, a pessoa com deficiência possibilita a inovação e o entendimento que os seres humanos são diferentes, e essa diferença enriquece o ensino, pois faz brotar pelo estímulo das ações em rede, da renovação de representações profissionais, uma nova atitude perante as dificuldades e possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência na Educação.

Do outro lado, também são incluídos os ditos “sem deficiência” em um novo contexto, entendido que acessibilidade é bom para todos, que em qualquer momento da vida alguém pode adquirir uma deficiência ou ter alguém de seu convívio nessa condição, e uma vivência anterior com uma pessoa com deficiência na universidade, por exemplo, pode contribuir orientar, nortear, para enfrentar as barreiras que podem surgir. Conviver com pessoas com deficiência possibilita ampliar a compreensão das possibilidades que um ser humano tem de superar suas limitações e descobrir modos de interagir com o mundo e, consequentemente, possibilidades de produzir conhecimento e assimilar informações.

Glat e Pletsch (2004) compreendem que o grande desafio das universidades é justamente formar educadores que compreendam a diversidade humana. As autoras assinalam, pois, que

O grande desafio posto para as universidades é formar educadores que não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes frente à diversidade humana. Além disso, devem ser preparados para construir estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos não só para os alunos considerados especiais, mas para todos os integrantes de sua classe. Cabe às faculdades ou cursos de Educação, também, trabalhar com a formação continuada

dos atuais professores, e incentivar o vínculo direto entre os professores da Educação Especial e do Ensino Regular. (GLAT; PLETSCHE, 2004, p. 4).

Portanto, o docente tem uma ação mediadora na Educação e em contextos com tantas diversidades, Michels e Dellecave (2005, p. 478) destacam a ideia do “[...] papel do professor mediador, que deve ressignificar seus conceitos sobre aprendizagem, dando lugar à diversidade presente nos espaços escolares.”

Para responder a essa diversidade, certamente, a formação continuada é essencial, como já citado. Nesse sentido, Moreira, Bolsanello e Seger (2011, p. 140) advertem:

Particularmente a questão da formação inicial ou continuada dos professores da educação e do ensino superior com bases inclusivas pode ser considerada como um dos grandes entraves para inclusão dos alunos com deficiência. Apesar da Universidade exercer um papel fundamental neste contexto, ainda há um grande vazio em programas ou projetos que envolvam ações relacionadas à qualificação de seu corpo docente em propostas mais inclusivas.

A prática docente é fator de motivação para a incluir de pessoas com deficiência, mas essa prática só será motivadora se pensada na direção do compartilhamento de experiências e promovida pela valorização da pessoa, com sua singularidade, que em sua condição de deficiência, se diferencia, mas também assegura uma identidade social de pertença a uma minoria, que precisa de uma visão de respeito e crédito.

Cabe aqui exprimir também, a ação mediadora da Biblioteca Universitária, como uma forte aliada na inclusão na Educação Superior, uma vez que ela pode contribuir com a prática mediadora do docente que trabalha com a diversidade, pois congrega em seu acervo diversas áreas do conhecimento.

A mediação da biblioteca é expressa por meio de suas ações junto a comunidade acadêmica traduzida em seus serviços, produtos, no atendimento ao público, nas capacitações, cursos, oficinas que venha oferecer aos seus usuários. Na perspectiva da Educação Inclusiva, a biblioteca, ao disponibilizar um acervo acessível, serviços e produtos para pessoas com deficiência, está contribuindo com a formação acadêmica dessas pessoas e favorecendo ao docente novas possibilidades de atender seus alunos com deficiência. Tal ação mediadora da biblioteca facilita a inclusão, constituindo com suas ações pontes de acesso ao conhecimento para as pessoas com deficiência, isto é, criando oportunidade e novas possibilidades; é nessa perspectiva que a mediação da biblioteca é compreendida para este estudo.

Nesse contexto a inclusão pode ser compreendida como um processo de educação, que a cada nova etapa de evolução ganha mais significados, texturas, afirmações e indagações. É nesse processo, aparentemente caótico e contraditório, que a inclusão de fato se

faz ou se desfaz, dependendo dos agentes que dela participam, com seus valores e concepções do que venha a ser inclusão.

Em um estudo sobre as concordâncias e discordâncias dos docentes sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade, Marques e Gomes (2014) concluíram, após análise de dados, que faltam preparação e formação específica para atuar com alunos em decurso de inclusão na Educação Superior e também obtiveram uma avaliação insatisfatória no que se refere aos aspectos organizacionais e formativos ofertados pela universidade quanto à temática da inclusão. Fato interessante é que a pesquisa denota concordância quanto à concepção de responsabilidade e competência em atuar com os discentes com deficiência na graduação, o que pode sinalizar a possibilidade ao debate e avanços em relação ao tema. Os pesquisados revelaram que há resistência em relação aos alunos com deficiências ligadas aos défice cognitivos e comportamentais.

Marques e Gomes (2014, p. 322) concluem:

Entendemos que a concordância ao processo inclusivo pelos professores da área de Ciências Humanas, assim como a discordância exacerbada da área de Ciências Exatas, estão vinculadas às especificidades das respectivas formações acadêmicas; de um lado, acredita-se e espera-se que, desde suas graduações, os profissionais vinculados as áreas humanas sejam acostumados e apresentados às ideias de inclusão, desenvolvendo assim o entendimento necessário; além, é claro, de atuarem em uma área central de debates e ações para a equalização do ensino. Por outro lado, as Áreas de Ciências Exatas encontram-se mais distantes do debate educacional e social inclusivo. No entanto, o que se mostra constante na avaliação da concordância/discordância dos docentes é que quanto maior a necessidade e o comprometimento de ações profissionais diferenciadas, além de adaptações curriculares e pedagógicas para a inclusão dos alunos indicados, menor a concordância com o processo no ensino superior.

As adaptações curriculares e pedagógicas e o comprometimento profissional parecem ser um grande gargalo segundo os autores da pesquisa, o que sinaliza barreiras atitudinais, contraditórias ao discurso da ausência de formação. Falta formação ou atitude? Será que já temos todas as respostas no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência, ou essas respostas estão sendo elaboradas no decorrer da história da Educação, ilustradas por experiências desafiadoras, componentes essenciais da construção do conhecimento? Será mais fácil concluir pela impossibilidade da inclusão do que reconhecer o frágil conhecimento sobre as potencialidades das pessoas com deficiência?

É notória a necessidade de adaptações curriculares quando um docente recebe em sala de aula um aluno cego, por exemplo. É preciso mudar atitudes, métodos de ensino, rever metodologias, meios diversos de representar uma informação ou conhecimento. Isto é salutar para o professor, porque estimula outras possibilidades de pensar, de interagir com seus

alunos, inaugura outra proposta de ensinar e aprender em perspectiva diferente. Um aluno com deficiência deve ser visto como uma oportunidade de inovação, de aprendizagem, e não como um problema, pois essa oportunidade que o discente com deficiência proporciona incita a todas a saírem da zona de conforto e buscar outros caminhos formativos, de aprendizagem.

Nessa circunstância de adaptações curriculares, é de grande importância o conhecimento dos recursos de tecnologia assistiva, principalmente sua aplicação adequada para cada condição de deficiência. O que são, entretanto, recursos de tecnologias assistivas? A Subsecretaria Nacional de Promoção da Pessoa com deficiência diz que tecnologia assistiva é

[...] fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana. Tecnologia Assistiva diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência. A aplicação de Tecnologia Assistiva abrange todas as ordens do desempenho humano, desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais. (BRASIL,2009b).

Dependendo da condição de deficiência, há os recursos de tecnologias mais apropriados, que atendem melhor as demandas das pessoas. Para o interesse desta pesquisa, é importante ressaltar os que têm aplicação às pessoas cegas ou com baixa visão.

Na compreensão de Melo, Costa e Soares (2006, p. 66), tem-se como recursos de tecnologias assistivas importantes para pessoas cegas no uso de computadores, os programas leitores de tela, que “[...] são aplicativos que viabilizam a leitura de informações textuais, via sintetizador de voz” e como exemplos têm: NVDA, Virtual Vision e Jaws. Para Juvêncio (2013, p. 55), “[...] esses *softwares* leem em voz alta os conteúdos que estão na tela do computador, permitindo que as pessoas cegas ouçam os conteúdos de uma página *Web*.”

Para o uso do computador por pessoas cegas, há temos o Dosvox, que é um ambiente operacional, e segundo Melo, Costa e Soares (2006, p. 68), oferece

[...] ao usuário um ambiente de trabalho com tarefas semelhantes às oferecidas pelo ambiente *Windows* e seus aplicativos. Algumas delas: jogos adultos e infantis, editor de textos, calculadora, navegador para Internet, lente de aumento para pessoas com baixa visão, entre outras.

Existe também as impressoras em Braille, importante no acesso à leitura, que na definição de Melo, Costa e Soares (2006, p. 66) “[...] imprimem em papel informações codificadas em texto para o sistema Braille (ex. textos, partituras, equações matemáticas, gráficos, etc).”

Para pessoas com baixa visão, existem recursos importantes, como ampliadores de tela e lupas eletrônicas. Melo, Costa e Soares (2006, p. 63) acentuam que as lupas eletrônicas foram

Desenvolvidas para auxiliar pessoas com baixa visão, que necessitam grande ampliação de textos e imagens, na leitura e na escrita. A lupa eletrônica MU8103070, por exemplo, constitui-se basicamente de uma micro-câmera aliada a um circuito eletrônico que amplia textos e imagens reproduzindo-os em qualquer TV convencional.

Os autores supracitados acrescentam a definição de ampliadores de tela como

[...] aplicativos que ampliam parte do conteúdo apresentado na tela do computador e assim podem facilitar seu uso por pessoas com baixa visão, capazes de enxergar os elementos gráficos e textuais apresentados no tamanho exibido por esses aplicativos. Na medida em que ampliam parte do conteúdo apresentado, também reduzem a área efetiva que pode ser visualizada na tela do computador, removendo informações de contexto. São exemplos deste tipo de tecnologia assistiva a Lente de Aumento do Sistema Operacional *Microsoft® Windows*, a Lente pro do NCE/UFRJ e o *Zoom Text* da *Ai Squared*. (MELO, COSTA E SOARES, 2006, p. 64).

Todos esses recursos contribuem no cotidiano de pessoas cegas ou com baixa visão na busca da autonomia e participação na vida social.

Em razão do exposto, faz-se necessário compreender em que contexto a inclusão na Universidade Federal do Ceará está inserida. É o que se discutirá a seguir.

2.4 O caso da Universidade Federal do Ceará

A UFC empenha-se na inclusão de pessoas com deficiência e, nesse sentido, participou do Programa Incluir por três vezes com o *Projeto UFC Inlui* (nos editais de 2005, 2006 e 2007). O mencionado projeto cobria ações como ciclos de debates e oferta de cursos para a comunidade acadêmica acerca da temática da inclusão. Como resultado dessa militância protagonizada pelo Projeto UFC Inlui, em 2009, um passo muito importante foi a institucionalização do processo de inclusão na Universidade, com a criação da Comissão de Educação Inclusiva (CEIn), que tinha como objetivo criar uma política de inclusão para pessoas com deficiência. Esse grupo foi composto por docentes de áreas diversas do conhecimento, técnicos administrativos e representante estudantil. Uma das primeiras recomendações da referida comissão foi a criação de um órgão que gerenciasse as políticas de inclusão, o que culminou com a instituição da Secretaria de Acessibilidade, em agosto de 2010.

Entre os trabalhos que a CEIn realizou para elaborar a política de inclusão, estava um levantamento das condições de acessibilidade na universidade. Dos aspectos analisados, há estudos sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Leitão (2014) observa a quase inexistência de componentes curriculares que contemplem conteúdos relativos à temática da inclusão e acrescenta que as exceções são as disciplinas Língua Brasileira de Sinais (Libras), que, a partir do Decreto nº 5626, passou a ser oferecida para os cursos de graduação na modalidade licenciatura, obrigatoriamente. Também merecem destaque as disciplinas Psicologia Aplicada aos Portadores de Necessidades Especiais, de oferta obrigatória para o bacharelado em Psicologia; Desenho Universal, como opção para o curso de Arquitetura e Urbanismo; Educação Especial, de caráter obrigatório; Educação Inclusiva e Fundamentos da Educação de Surdos, de oferta opcional, para os cursos de Pedagogia e Introdução à Educação Especial e Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais estas de caráter opcional para os cursos de Educação Física, nas modalidades bacharelado e licenciatura.

Leitão (2014) expressa que estudos recentes realizados no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FACED) da UFC, no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado, revelaram que a maioria dos docentes desconhece as singularidades dos processos de aprendizagem de seus alunos com deficiência, como também demonstram dificuldades para avaliar a aprendizagem dos referidos discentes, adaptações curriculares, recursos e estratégias de ensino.

Também por intermédio dos estudos da CEIn, Leitão (2014) informa que foram identificados os trabalhos realizados pelo Sistema de Bibliotecas da UFC, por meio da Comissão de Acessibilidade, que desenvolveu um levantamento acerca de serviço e produtos oferecidos para pessoas com deficiência, ofertados no âmbito de bibliotecas pelo País, e também realizou uma análise do potencial do acervo eletrônico em curso para o uso de pessoas com deficiência visual.

Os trabalhos da CEIn culminaram com a criação da Secretaria de Acessibilidade, em agosto de 2010, por meio da Resolução nº 26 do Conselho Universitário (CONSUNI). A referida Secretaria se empenha na implementação da política de inclusão na Universidade e para isso atua em quatro eixos: arquitetônico, tecnológico, atitudinal e pedagógico.

A Secretaria conta em sua equipe com um Grupo de Trabalho composto por nove membros representantes de professores das mais diversas áreas do conhecimento, servidores e estudantes. Ela trabalha em parceria com diversos setores da Universidade, entre os quais o

Sistema de Bibliotecas da UFC, que desenvolve vários trabalhos em atenção às pessoas com deficiência, o que será descrito a seguir.

2.5 Pessoas com deficiência visual e o acesso à informação no Sistema de Bibliotecas da UFC

A Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas foi criada em 2009, tendo como objetivo promover acesso à informação científica para a comunidade acadêmica com deficiência. Os trabalhos dessa Comissão começaram com um levantamento das condições de acessibilidade nas bibliotecas, que, segundo Bezerra *et al.* (2011), para que se possa atender às exigências do MEC, é necessário: criar uma política de acessibilidade que envolva a capacitação profissional para o atendimento, a eliminação das barreiras arquitetônicas, o desenvolvimento de um acervo acessível e a oferta de serviços e produtos, além de tecnologia assistiva.

Para realização dos serviços, conta com uma equipe formada por bolsistas de áreas diversas do conhecimento, alguns da Secretaria de Acessibilidade e outros oriundos da Biblioteca Universitária, e todos recebem formação em oficinas, a fim de se qualificarem para realizar os trabalhos. As oficinas abordam: fontes de informação científica, Braille, audiodescrição, digitalização e edição de textos para pessoas com deficiência visual, acessibilidade noções, princípios da inclusão de pessoas com deficiência.

A participação desses bolsistas é muito rica, visto que é a oportunidade de falar da política de inclusão para pessoas com deficiência e de sensibilizá-los a serem profissionais com perspectiva diferenciada para a inclusão. Além de participarem das atividades nos serviços para pessoas cegas, eles também realizem as atividades da Secretária de Acessibilidade. Ainda fazem parte da equipe um bibliotecário e uma pessoa para apoio administrativo, com deficiência visual.

Atendendo às recomendações do citado estudo, foram criados três serviços para o atendimento às pessoas com deficiência visual, objeto dessa pesquisa, a saber:

- a) Digitalização e edição de materiais bibliográficos para formato acessível;
- b) Levantamento bibliográfico; e
- c) Orientação à pesquisa científica.

A oferta desses serviços é realizada em parceria com a Secretaria de Acessibilidade e, até o momento, o público-alvo é das pessoas com deficiência visual da comunidade acadêmica da UFC, alunos e servidores. A dinâmica de atendimento é simples,

bastando se dirigir à Secretaria de Acessibilidade e solicitar; no primeiro momento, é feito um cadastro e assinado um termo de compromisso de responsabilidade e respeito à Lei de direitos autorais, visto que o material oferecido é para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual. No serviço de digitalização e edição de materiais bibliográficos, o aluno com deficiência visual ou seu professor (com menor frequência), solicita a edição do material impresso. Este pode ser convertido em arquivo eletrônico, Braille ou audiolivro, sendo que cada tipo de conversão segue orientações diversas, o que exige da equipe de serviço conhecimentos diversificadas.

O que esse serviço proporciona é a formação de um acervo acessível para pessoas com deficiência visual, definido por Sousa e Rabelo (2014, p. 61):

[...] entendemos por acervo acessível o conjunto de publicações – livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, dentre outros materiais informacionais – que são disponibilizados à comunidade acadêmica para suas leituras, com um diferencial: essas publicações devem ser em Braille (importante para leitura e escrita de pessoas cegas, principalmente nos estudos de línguas) ou em arquivos digitais em formato compatível para o uso de leitores de tela tais como: pdf editável, txt ou doc, tendo também a opção por áudio-livros.

Ainda consoante as autoras, o referido serviço contribui para o desenvolvimento de um acervo específico, singular à condição de deficiência visual:

[...] o serviço de digitalização de material bibliográfico não é uma atividade-fim, mas um meio, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de um acervo que contemple as necessidades de informação das pessoas com deficiência visual, possibilitando a criação de pontes entre elas e o conhecimento [...] (SOUSA; RABELO, 2014, p.72).

O público-alvo dos serviços mencionados é a comunidade acadêmica com deficiência visual, que atualmente compreende os discentes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). São atendidos quatro alunos dos cursos de Letras Italiano, Computação, Pedagogia e Filosofia.

Como pessoa com deficiência visual o Decreto n° 5296 de 2004 define:

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004, p. 1).

Consoante exprime Tudissaki (2014, p. 45) o termo cegueira pode ser compreendido como “[...] perda total ou parcial da visão, seja ela congênita ou adquirida. O

nível de acuidade visual pode variar, determinando dois grupos: o das pessoas cegas e o grupo das pessoas com baixa visão.” Ainda diz o autor a baixa visão é entendida como

[...] a pessoa apresenta comprometimento visual mesmo após tratamento ou correção óptica. Cada pessoa com baixa visão enxerga de forma diferenciada, de acordo com as alterações que podem ocorrer, desde prejuízos na acuidade visual, na visão de cores, no campo visual, na sensibilidade ao contraste ou na adaptação à luz. (TUDISSAKI, 2014, p.45).

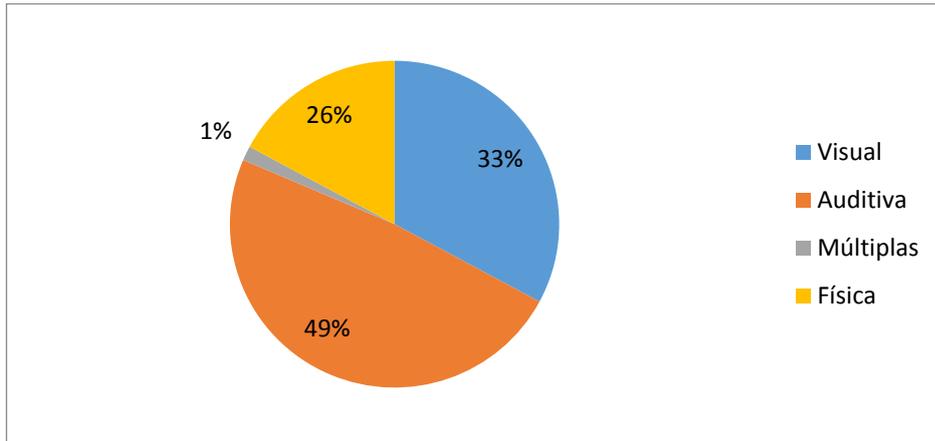
Tudissaki (2014, p. 46) esclarece que o “[...] termo baixa visão foi recomendado pela Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization/WHO*) e pelo Conselho Internacional de Educação de Pessoas com Deficiência Visual (*International Council for Education of people with visual impairment – ICEVI*), em reunião realizada em Bangkok, na Tailândia, em 1992.”

Também esta na informação de Tudissaki (2014, p.46) a ideia de que a baixa visão pode causar as seguintes alterações:

- perda da visão periférica, ocorre em pessoas acometidas pelo glaucoma e retinose Pigmentária;
- perda da visão central é o caso daquelas acometidas pela degeneração macular relacionada à idade (DMRI) e à doença de Stargardt;
- perda difusa de campo visual acontece com pessoas acometidas pela retinopatia diabética; e
- diminuição global da sensibilidade – ocorre com aquelas pessoas que tem catarata.

Segundo dados da Secretaria de Acessibilidade, há 70 alunos que se declararam com deficiência, sendo que, desse total, 23 possuem deficiência visual (33%), 34 apresentam deficiência auditiva (49%), um declarou ter deficiência múltipla (1%), e 12 (26%) relataram deficiência física. A ocorrência da maioria de pessoas surdas pode ser explicada pelo curso Letras Libras, que teve início no segundo semestre de 2013 na UFC. Em UFC (2012, p. 24), a universidade em seu PDI de 2013 a 2017 informou que conta com 25.467 alunos matriculados nos cursos de graduação presencial no ano de 2011.

Gráfico 1 – Levantamento do número de alunos com deficiência na UFC de 2015



Fonte: Universidade Federal do Ceará (2015c).

Este público de pessoas cegas exige atenção, pois, se possui cegueira total utiliza o documento em Braille, audiolivro ou arquivos eletrônicos para realizarem suas leituras; e são possuidores de baixa visão, utilizam textos com fonte ampliada, programas ampliadores de tela.

Para conversão em arquivo eletrônico, os livros são digitalizados, salvos em formato Word, realizando-se a edição com a descrição de imagens, figuras, tabelas, que não são lidas por programas leitores de tela (programas que os cegos utilizam para ler no computador). O maior complicador dessa forma de conversão está nas descrições de imagens, que reclamam o conhecimento da técnica da audiodescrição, além de materiais em língua estrangeira (os bolsistas que fazem o trabalho não têm conhecimento de idiomas) e gramáticas que empregam imagens para a resolução de exercícios. Também é necessário um programa com bom reconhecimento de OCR, e no caso da UFC, o programa utilizado é o ABBY Finereader (realiza digitalizações e OCR de excelente qualidade no reconhecimento de texto e imagens).

Segundo Valle e Araújo (2005, p. 140) o OCR pode ser considerado uma das duas tecnologias

[...] de conversão de texto em imagens para texto codificado em caracteres. A primeira, chamada de OCR (*Optical Character Recognition*) – reconhecimento óptico de caracteres – é normalmente utilizada para texto tipografado ou impresso em alta qualidade, em que o tipo dos caracteres é bastante legível e regular. O OCR utiliza métodos mais expressos e convencionais de reconhecimento da forma das letras.

A audiodescrição é definida de Vieira e Lima (2010, p. 3) como

[...] uma técnica de representação dos elementos-chave presentes numa dada imagem que, ao dialogar com os elementos de um texto verbal, pode ser descrita também de forma verbal para formar uma unidade completa de significação. A áudio-descrição pode ser de uma imagem estática como uma pintura no museu, de uma escultura em três dimensões, da gravura bidimensional presente nos livros didáticos; ou de imagens dinâmicas que nada mais são do que um conjunto de imagens estáticas que juntas criam a ilusão de movimento como o que se processa nos filmes de cinema, televisão, peças de teatro, ou vídeos de computador.

No caso da UFC, as imagens de natureza técnico-científica descritas são estáticas. Esse fato é bastante curioso, visto que são trabalhados textos de áreas diversas do conhecimento. Em atendimento a um aluno da Computação, foi necessário a parceria com um professor, para descrever as imagens de um livro de Probabilidade e Estatística na Engenharia, dada a complexidade das informações. Cada área do conhecimento tem seu modo de apresentar seus conceitos e, para cada uma delas, se impõe uma abordagem mais apropriada a fim de representar aquele conhecimento para uma pessoa cega.

Depois de concluída a digitalização e a edição dos materiais, este acervo específico é armazenado no catálogo *online* da Biblioteca, com acesso restrito às pessoas com deficiência visual, por intermédio de senha e *login*. O acesso é viabilizado pelo bibliotecário no cadastro da pessoa na Biblioteca, ao se identificar como cego. Ele é comum para empréstimo de livros no programa Pergamum, e, neste mesmo há a possibilidade de identificar os usuários cegos e oferecer-lhes a estes o acesso ao material digitalizado. A Figura 1 mostra a tela de acesso a esse acervo.

Figura 1 – Catálogo *online* da Biblioteca Universitária com o acesso às obras digitalizadas para pessoas com deficiência visual

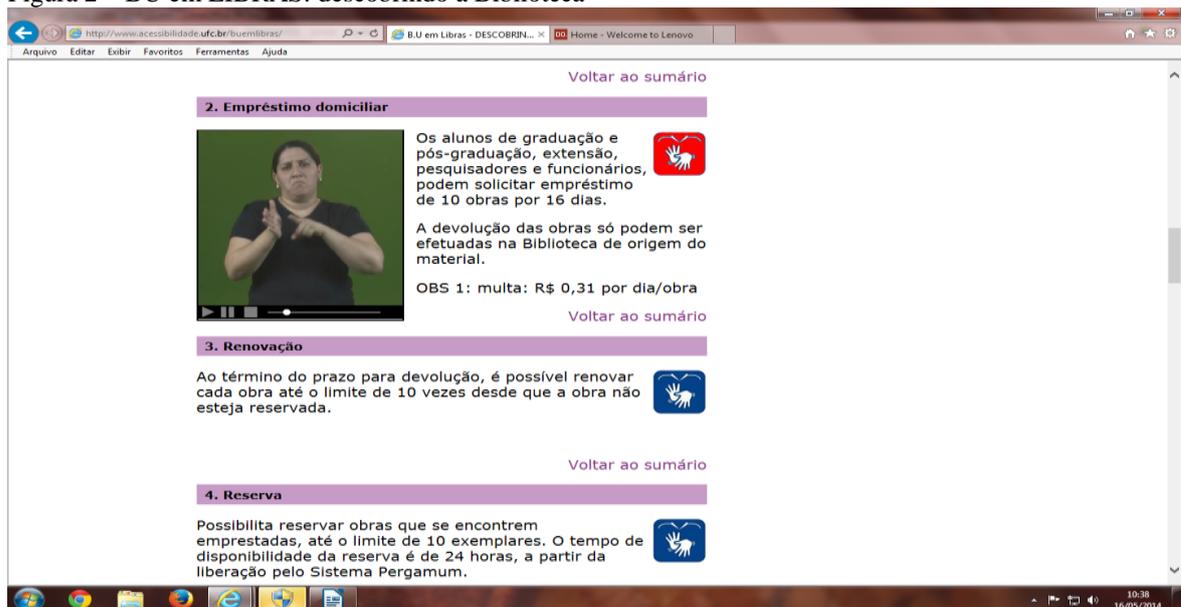


Fonte: Universidade Federal do Ceará (2015b).

Outro serviço importante é o levantamento bibliográfico, utilizado quando os discentes precisam realizar pesquisas. Como os sítios das bases de dados e repositórios nem sempre possuem requisitos de acessibilidade na web, muitas pessoas cegas não conseguem neles navegar e realizar leituras. Assim, o serviço, mediante solicitação, faz uma pesquisa desses documentos no acervo eletrônico da Biblioteca Universitária e demais bases de dados científicas e, depois de selecionado o material recuperado na pesquisa, este é enviado aos alunos.

A orientação à pesquisa científica é outro serviço ofertado e tem como objetivo estimular nos discentes com deficiência (não apenas os cegos, mas também os surdos) o desenvolvimento de habilidades e competências em informação, por via de capacitações individuais. Para os discentes surdos do Curso Letras Libras, por exemplo, foi desenvolvida uma ferramenta com as informações básicas para o uso da Biblioteca, seus produtos e serviços. Esse trabalho envolveu bibliotecários e a equipe da Secretaria de Acessibilidade, intérpretes de Libras e um técnico em mídias digitais, e é uma das ações do projeto BU em LIBRAS da Biblioteca Universitária. Esse projeto tem como objetivo disponibilizar informações básicas sobre o uso da Biblioteca e seus produtos e serviços em Libras para a comunidade surda, o que envolve, entre outras ações, a elaboração de tutoriais e capacitações para esse público específico. A Figura 2 mostra a tela de acesso a BU em Libras.

Figura 2 – BU em LIBRAS: descobrindo a Biblioteca



Fonte: Universidade Federal do Ceará (2015a).

Consoante notificam Sousa *et al.* (2014), as ações para a inclusão das pessoas surdas também é uma preocupação para o Sistema de Bibliotecas da UFC. Em 2010 teve início a criação de uma ferramenta para disponibilizar informações em Libras, para pessoas surdas, e esta ação ficou registada no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) de 2010 com o título “Biblioteca Universitária e Comunidade Surda: uma proposta de acessibilidade à Informação.”

Este serviço de orientação à pesquisa científica é muito importante para os discentes com deficiência, pois possibilita a equiparação de oportunidade com os ditos “sem deficiência”, uma vez que essas orientações são realizadas de acordo com a condição de deficiência que expressam, utilizando os recursos apropriados para a compreensão das informações, no caso dos surdos, em Libras, e, para os cegos, com aplicação dos recursos de tecnologias assistivas como leitores de telas. Isso viabiliza o desenvolvimento de habilidades e competências em informação, fundamentais para uma boa formação acadêmica e uma vida profissional articulada às mudanças contemporâneas.

Ser capaz de enfrentar as barreiras e desempenhar bem suas atribuições profissionais depende muito da formação oferecida pela universidade, e ter desenvolvido competências em informação é um diferencial, uma estratégia para um futuro inclusivo. É missão da UFC formar profissionais qualificados, tenham deficiência ou não, portanto o Sistema de Biblioteca compreende que, em sua singularidade, essa é uma de suas contribuições para que a Universidade tenha êxito no cumprimento de sua missão.

O que significa, então, competência em informação? Para Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 63), esta pode ser compreendida como

A competência em informação pode ser definida como um conjunto de competências e habilidades que uma pessoa necessita incorporar para lidar, de forma crítica e reflexiva, com os diversos recursos informacionais existentes (jornais, revistas, livros, dicionários, enciclopédias, Internet, etc.).

Na sociedade contemporânea, saber escolher os melhores recursos informacionais é fundamental, visto que o volume de informações é muito grande. Para os discentes com deficiência visual, por exemplo, é primordial conhecer o potencial que cada recurso pode oferecer, como também seu nível de acessibilidade, e como interagir com este por meio do uso de recursos de tecnologia assistiva. Na Biblioteca, a orientação à pesquisa é uma ação consistente de educação de usuários e são competências que podem ser desenvolvidas, ensejando o empoderamento dos envolvidos.

Quando os alunos com deficiência visual (outros estudantes também) ingressam na universidade, é perceptível o pouco conhecimento sobre a prática da pesquisa e as normas da ABNT sobre elaboração de trabalhos científicos, o que representa um grande impacto para todos, não só pela novidade de conhecimento que denota, senão também pela dificuldade em aprender sua aplicação com os recursos de tecnologias assistivas vigentes, e acrescentando-se o fato de que a falta de acessibilidade na web também dificulta muito o aprendizado desses alunos. Os discentes cegos sentem, por exemplo, dificuldade em navegar pelas páginas das bases de dados científicas porque estas ainda não atendem as normas de acessibilidade na web, logo, não conseguem fazer *download* dos artigos, sentem dificuldade em fazer referências bibliográficas e realizar a formatação dos trabalhos, já que este serviço é muito visual.

Portanto, educar os usuários com deficiência visual para a utilização de fontes de informação e a prática de pesquisa é fundamental. Também representa, entretanto, um desafio para os bibliotecários que, na maioria das vezes, não sabem como atender uma pessoa cega que busca realizar uma pesquisa na biblioteca.

O bibliotecário é um mediador no desenvolvimento de competência em informação, um facilitador que, por meio de sua ação educativa, proporciona aos seus usuários o acesso ao conhecimento, de forma reflexiva e esclarecedora. No caso das pessoas com deficiência visual, uma intervenção pode resultar em um comportamento mais confiante e crítico em relação aos seus direitos duramente conquistados; e no exercício de sua cidadania, reivindicada a cada momento em decorrência dos preconceitos e barreiras de informação e comunicação.

Nesse sentido, Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 68) acentuam que

Desenvolver competências e habilidades em informação não significa moldar a pessoa para a sociedade, mas sim, mostrar que a partir de todo este novo conhecimento que lhe foi atribuído a partir da mediação da informação, há a possibilidade de tornar-se um cidadão que reflete sobre a sociedade em que vive, que reivindica direitos e sabe exercer sua cidadania.

Sousa e Rabelo (2014, p. 60), ao se reportarem à da importância da biblioteca no processo de inclusão, argumentam que

No caso das pessoas com deficiência visual, se a biblioteca universitária oferecesse um acervo acessível, facilitaria o processo de aprendizagem e inclusão dos referidos discentes na vida acadêmica, proporcionando, aos seus professores, uma diversidade maior de material bibliográfico nas atividades cotidianas em sala de aula. Além disso, a acessibilidade ao acervo das bibliotecas da UFC poderá gerar, ao aluno com deficiência visual e ao seu professor, uma ponte de interação, possibilidades de múltiplas leituras e produção intelectual.

São essas as experiências vivenciadas, até o momento, no decurso da inclusão de pessoas com deficiência visual na Biblioteca Universitária da UFC, que estimularam a efetivação desta pesquisa. O caminho metodológico proposto para viabilizar o estudo é o que será delineado sequentemente.

3 METODOLOGIA

Este capítulo visa explicar a metodologia utilizada no estudo, a natureza da pesquisa, a caracterização dos participantes, o local do estudo, instrumento utilizado e as estratégias adotadas para o exame dos dados coletados. O período da recolha de dados teve início em outubro de 2015 e se prolongou a dezembro do mesmo ano.

3.1 Natureza da pesquisa

Esta é uma investigação exploratória, de abordagem qualitativa. Segundo Gil (1999, p. 43), os estudos exploratórios “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” Ainda na justificativa desse autor, as pesquisas exploratórias são realizadas especialmente quando o tema estudado é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas.

Quanto à natureza da pesquisa, esta é qualitativa, o que para Flick (2009, p. 16) significa que

[...] usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo.

Para investigação corrente, essa abordagem é a mais adequada, visto que o objetivo geral consiste justamente em identificar desafios e possibilidades de acesso ao conhecimento acadêmico, para os discentes com deficiência visual e seus professores, tendo a Biblioteca Universitária como mediadora. Entender esse processo só é possível com a compreensão da identificação de suas percepções da realidade que vivenciam. A pesquisa de perfil qualitativo oferece os melhores instrumentos para atingir os objetivos propostos.

3.2 Sujeitos participantes

Na formulação deste estudo, seus participantes tinham singular vivência com a inclusão de pessoas com deficiência.

A amostra foi constituída de duas categorias: alunos da UFC com deficiência visual e/ou com baixa visão de três áreas bem distintas do conhecimento, e os professores

desses alunos, apontados por eles durante as entrevistas, como sendo os docentes das disciplinas em que haviam enfrentado maiores ou menores dificuldades de apreender o conhecimento ministrado. O foco da pesquisa não diz respeito a relações interpessoais, mas se dirige especificamente para o conteúdo da disciplina, o que envolve as dificuldades que os alunos cegos enfrentam em algumas unidades disciplinares, por exemplo: conteúdo baseados em imagens, tabelas, gráficos, símbolos, para ilustrar, as disciplinas de lógica, fonética e gramáticas.

O grupo dos discentes é formado de usuários dos serviços oferecidos para pessoas com deficiências visuais pela Biblioteca Universitária e a Secretaria de Acessibilidade, todos alunos da Universidade. Ao todo foram três alunos e seis professores.

Discente 1: matriculado no curso de Licenciatura em Filosofia, cursando o quarto semestre.

Discente 2: matriculado no curso de Computação, cursando o oitavo semestre.

Discente 3: matriculado no curso de Português e Literaturas, com habilitação em Língua Italiana, cursando o nono semestre.

A outra parte do grupo de participantes compõe-se de docentes titulares na UFC, todos doutores com média de cinco a vinte anos na Instituição.

Docente 1: atua na área de Computação, Lógica e Inteligência Artificial.

Docente 2: trabalha com a área de Ciência da Computação, Processamento de Dados em Larga Escala, Banco de Dados, Engenharia de *Software*.

Docente 3: atua nos temas Raiz, Etimologia, Semântica, Fonética, Cultura e Filologia.

Docente 4: sua área de formação é Comunicação Social, mestrado em Educação Brasileira e doutorado em Tecnologia Educacional.

Docente 5: doutorado em Educação, trabalho com Didática, Currículo e Formação de Professores.

Docente 6: mestrado e doutorado em Linguística, atua também em Línguas Estrangeiras Modernas.

O discente 1 tem 50 anos e está há 11 anos na UFC, tendo chegado por meio de um projeto de extensão voltado para pessoas cegas. Gosta muito de estudar e está na segunda graduação, tendo concluído Pedagogia e agora cursa licenciatura em Filosofia. Seu diagnóstico é de retinose pigmentar, uma doença de origem genética, congênita. Desde criança, os primeiros sinais se manifestaram, mas o diagnóstico correto e tratamento só ocorreram na adolescência, o que agravou a perda do campo visual. Tem muitas habilidades no uso de recursos de tecnologia assistiva e conhecimentos em Informática e computação. Foi bolsista de projeto de extensão na Secretaria de Acessibilidade. Participa das atividades

promovidas pela Universidade, principalmente as que se referem à acessibilidade, é muito solícito e declarou que “Pesquisas como essas eu fico maravilhado de participar, até porque é uma pesquisa de dentro para dentro.”

Segundo o sítio eletrônico do ReitnaBrasil, a retinose pigmentar pode ser compreendida como

[...] um grupo de doenças hereditárias, que causam a degeneração da retina, região do fundo do olho humano. Ela é responsável pela captura de imagens a partir do campo visual. Pessoas com RP apresentam um declínio gradual em sua visão, porque as células fotorreceptoras (cones e bastonetes) morrem. Formas da RP e doenças relacionadas incluem a síndrome de Usher, amaurose congênita de Leber, distrofia de cones e bastonetes, síndrome de Bardet-Biedl, doença de Refsum, entre outras. (RETINOSE..., 2016, p. 1).

O discente 2 tem 22 anos e está há quatro anos na UFC, sendo sua condição de deficiência definida como de baixa visão, em decorrência de glaucoma. Iniciou o curso de Administração na Universidade Estadual do Ceará (UECE), mas fatores como distância e também aptidão para Informática o fizeram desistir da Administração e optar pelo curso de Computação na UFC. A entrevista foi marcada por uma circunstância interessante: na metade da atividade, faltou energia, o ambiente ficou no escuro, no entanto, o trabalho continuou com entrevistado e entrevistadora no escuro. Esse acontecimento é muito ilustrativo para a pesquisa, visto que o estudo busca entender um pouco da experiência das pessoas cegas, suas vivências na universidade na busca de uma formação profissional. Para realizar essa tarefa, é preciso se aproximar do mundo do outro, para entender melhor as dificuldades e as possibilidades de mediação. Ele está vivendo um momento difícil de transição, pois está perdendo o resto de visão, não sabe Braille e agora está começando a usar os programas leitores de tela, pois antes utilizava lupas e material ampliado. Atualmente, esses recursos não ajudam tanto quanto antes, em decorrência das mudanças em sua condição de deficiência. Isso implica um período de adaptação com os novos recursos que vai precisar usar.

O discente 3 tem 25 anos e quatro na UFC, cursa Letras Português e Literaturas com habilitação em Língua Italiana. Sua condição de deficiência é cegueira, mas diz ainda ter resquícios de visão no olho esquerdo, faz estágio voluntário na Casa de Cultura Italiana, ensinando. Antes de ingressar na UFC, fez duas tentativas no exame de vestibular da UECE e, como o discente 1, também é muito prestativo e gosta de participar das atividades sobre acessibilidade na Universidade. Já fez intercâmbio em Portugal por um semestre e também foi bolsista de projeto de monitoria de graduação na Secretaria de Acessibilidade.

3.3 Local da pesquisa

O *locus* da pesquisa é a Universidade Federal do Ceará, especificamente o Sistema de Bibliotecas da UFC e as unidades acadêmicas Centro de Humanidades, Centro de Ciências e Instituto de Cultura e Artes nas quais há alunos com deficiência visual nos cursos de Letras, Computação e Filosofia.

O Sistema de Bibliotecas da UFC, segundo UFC (2012), abrange 17 unidades, sendo 12 em Fortaleza e 5 no restante do estado. A Biblioteca Universitária (BU), atualmente, tem o maior e mais representativo acervo bibliográfico do Estado do Ceará, composto de 410.186 exemplares. Entre os serviços principais estão: consulta livre ao acervo, empréstimo domiciliar, autoatendimento pela *Web*, levantamentos bibliográficos, capacitação de usuários e orientação sobre o uso da biblioteca e do acervo, apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos, comutação bibliográfica (COMUT), elaboração de fichas catalográficas, estações de acesso à *Internet* e rede de *Internet* sem fio. Como produto, além de suas coleções bibliográficas tradicionais, também oferece o acervo digital (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Repositório Institucional e livros eletrônicos), catálogo de acesso público, o *site* do Sistema, um Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos, os tutoriais explicativos dos serviços, o Boletim de Novas Aquisições e o *Bibliotícias – Boletim Informativo do Sistema de Bibliotecas* (UFC, 2012).

Além dos serviços citados também são oferecidos, especificamente para as pessoas com deficiência visual, segundo UFC (2015d): digitalização e/ou conversão de materiais bibliográficos em formato acessível, orientação à pesquisa científica e levantamento bibliográfico (UFC, 2015d).

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Para atingir os objetivos pretendidos, a pesquisa utilizou como instrumento para coleta de dados entrevistas semiestruturadas, que oferecem maior flexibilidade nas respostas. A razão da escolha desse instrumento é a facilidade de comunicação, pois, como lecionam Marconi e Lakatos (2010, p. 178).

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para chegar à redação final dos roteiros de entrevistas, foi realizado um pré-teste (em anexo), a fim de verificar a clareza e a consistência do instrumento. O público escolhido para esta análise foi de duas categorias, três ex-alunos e duas professoras efetivas da UFC, sendo os alunos com deficiência visual, duas com cegueira congênita e um com deficiência física e cegueira. O resultado do pré-teste indicou a necessidade de simplificar as perguntas e condensar os assuntos em blocos comuns entre as duas categorias para facilitar a análise.

As entrevistas (roteiro anexo) foram estratificadas em duas categorias: docentes e discentes. Para os discentes, a entrevista está dividida em cinco blocos, que incluem perguntas sobre dados de identificação, conhecimento de recursos de tecnologia assistiva, cotidiano acadêmico em sala de aula, uso da Biblioteca universitária e concepção sobre a política de inclusão na Universidade. As entrevistas tiveram duração de quarenta minutos a uma hora.

Com os docentes, a entrevista foi organizada também em cinco blocos, o primeiro consta de dados de identificação, como: titulação, tempo na instituição; o segundo aborda a política de inclusão da UFC; o terceiro indaga sobre a prática da docência com pessoas com deficiência visual, dificuldades, desafios, estratégias utilizadas em sala de aula. No quarto bloco, pergunta-se sobre o conhecimento de recursos de tecnologia assistiva para pessoas cegas; e, no último bloco, o objetivo é saber sobre o conhecimento dos produtos e serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas.

3.5 Proposta para análise de dados

Para estudar os dados coletados, as entrevistas foram gravadas e transcritas. Depois, as respostas foram organizadas com base em cada eixo temático do roteiro de pesquisa, fazendo uma associação com os objetivos do estudo. O cruzamento dessas informações possibilitou a análise de dados. Para Duarte (2004, p. 222), uma técnica possível de analisar os dados é

[...] organizá-las, primeiramente, em três ou quatro grandes eixos temáticos, articulados aos objetivos centrais da pesquisa. [...] 4) impacto provocado no curso pelo ingresso de estudantes cotistas. A partir daí, proceder-se-ia à construção de subeixos temáticos, cada vez mais precisos e específicos em relação ao objeto de pesquisa, em torno dos quais seriam organizadas as falas dos entrevistados recolhidas a partir da fragmentação dos discursos. Retomando o exemplo acima, teríamos, por exemplo, dentro do eixo 1, os subeixos: relação entre universidade e sociedade; universidade e mobilidade social; universidade e formação de elite; igualdade x pluralismo, e assim por diante. Ao final, o cruzamento das falas dos entrevistados seria realizado pela articulação dos conteúdos dos diferentes eixos e subeixos temáticos, conduzida pelo pesquisador a partir de seus pressupostos.

Baseada em algumas das ideias do autor, o próximo capítulo procura tratar da análise dos dados da pesquisa colhidos pelas entrevistas. São nove entrevistas, três com discentes e seis com docentes. O capítulo 4, mostra os objetivos específicos, e dentro deles, os depoimentos dos entrevistados e sua análise.

4 ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo cuida da análise dos dados, procurando estabelecer uma relação dos objetivos com os eixos temáticos do roteiro de entrevista, com base na proposta de (DUARTE, 2004, p. 222). O emprego de tabelas será evitado, pois é incompatível com o uso de programas leitores de tela, por esses fazerem uma leitura linear (linha por linha), de sorte que a tabela não é lida na sequência correta de seu entendimento, fazendo a relação de cabeçalho, linhas e colunas que um vidente (pessoa que enxerga) faz com o olhar, o que dificulta a compreensão da tabela por pessoas cegas.

Como este estudo foi realizado com a colaboração de pessoas cegas, o texto foi escrito da melhor forma possível para ser lido por programas leitores de tela sem ruído ou o mínimo de ruído de informação possível. Os ruídos são qualquer entrave que dificulte a leitura do texto por programas leitores de tela, por exemplo, a existência de gráfico, figuras e tabelas, sem descreverem a informação que trazem.

4.1 A vivência dos discentes e docentes no uso de tecnologias assistivas

No capítulo anterior, foi informado um rápido perfil dos entrevistados, o que já respondeu, em parte, ao objetivo da pesquisa. Um aspecto, entretanto, não poderia faltar, pelo fato de guardar relação direta com a condição de deficiência expressa por parte de cada aluno: a tecnologia. O primeiro objetivo analisado é compreender melhor a diversidade quanto à condição de deficiência visual que exhibe o público atendido.

Para atingi-lo, foi definido no roteiro de entrevista, tanto para discentes quanto para docentes, um eixo denominado *conhecimento sobre recursos de tecnologia assistiva*, com duas perguntas, visto que há uma ligação intensiva com o uso desses recursos. Para os discentes, foram formuladas as seguintes indagações da sequência.

1. Das tecnologias citadas, quais você mais usa durante as aulas? Por quê?
2. Qual o tipo, os formatos (txt, doc, pdf,) ou o código Braille, você prefere para fazer a leitura dos conteúdos das disciplinas na Universidade?

É sobre o uso dos recursos de tecnologias supracitados que os alunos foram indagados. Os discentes relatam que utilizam mais o Dosvox, mas também usam o NVDA (discente 1). Já para o material acadêmico bibliográfico, pesquisa na internet, utilizam os dois.

Tem o NVDA é um leitor de tela, certo, então o NVDA vai me permitir utilizar o mesmo ambiente gráfico do Windows que você utiliza enquanto o Dosvox já é uma interface adaptada, já é um ambiente operacional que ele tem todo um rol de

aplicativos dele próprio, eu uso os dois, eu gosto de todos os dois, todos os dois são *free* e eu uso um terceiro que não está mencionado ai também. (DISCENTE 1).

O discente 1 ainda acrescentou o uso de Orca como leitor de tela do Linux, para atividades em sala de aula. “Gosto, gosto muito do Orca e gosto também demais do Linux e é interessante também dizer que eu passei uns 3 anos que eu só usava Linux e eu voltei a usar o Windows por causa do NVDA.”

O discente 2 fala sobre o uso de tecnologias no seu cotidiano, explicando como essas tecnologias lhe são úteis:

[...] o Dosvox eu utilizo normalmente na leitura dos livros, alguns livros, por exemplo, como tem texto cursivo, poucas figuras ou nenhuma figura, livros paradidáticos, por exemplo, o Dosvox consegue converter para texto, então uso o Dosvox para isso, tem outros recursos, como a lupa, no próprio computador que é disponível, o próprio sistema operacional oferece o recurso. O Windows no caso, é, quando eu não uso o NVDA, quando os meus olhos ainda conseguem ler sem dor, então eu utilizo a lupa no sistema operacional para ler esses textos. Na maioria das vezes agora é o que tem acontecido, para a leitura de texto em tinta, no papel, eu também tenho uma lente que me foi fornecida há algum tempo, uma régua, uma espécie de régua que eu posso passar pelo papel e ler linha por linha, certo. Bom, no caso eu acho que os recursos, por hora eu só me lembro desses. (DISCENTE 2)

Para o discente 2, o uso das tecnologias depende da atividade que deseja realizar e ele mesmo é capaz de buscar as melhores maneiras de ajustá-las as suas necessidades. O discente 3 deu informações muito semelhantes às de seus antecessores, ao informar que utiliza o Dosvox, o NVDA, a lupa eletrônica e a lupa do Windows e, no caso do discente 2, há o acréscimo da lupa manual, recurso simples, mas que dá suporte nas atividades. Os estudantes não sugeriram outros recursos e não comentaram sobre novidades tecnológicas.

A segunda pergunta procurou fazer referência aos formatos (txt, doc, pdf) e ao código Braille para leitura dos textos. Os discentes relataram preferir fazer suas leituras com as tecnologias ora citadas, mas possuem posições diferenciadas. O discente 3 prefere TXT, mas utiliza outros também; o discente 2 e o discente 1 aceitam qualquer formato digital e dizem não ter dificuldade com eles. Quanto ao uso do Braille, dos três, somente o discente 3 utiliza. O discente 1 exprime em seu relato:

[...] formato digitalizado qualquer um para mim está bom porque eu me viro com ele de um jeito ou de outro, até mesmo pdf em imagem eu já cheguei a converter, pdf em imagem com o ABBYY não é uma maravilha mas dava para ler, agora o único que eu não utilizo é o Braille, é uma debilidade pessoal minha, eu nunca aprendi e eu fico pensando se talvez não foi por isso que eu me dediquei tanto ao computador. (DISCENTE 1).

Já o discente 2 acentua que,

Na hora, quando até eu costumo pensar que depende muito do tipo de livro e quando eu lia um livro paradidático, por exemplo, que tem uma leitura mais cursiva, uma leitura mais fluente, eu costumo utilizar os formatos TXT, até o próprio Dosvox pode dar conta disso, mas eu estou utilizando livros didáticos, como os livros da faculdade livros da universidade, do curso, eu costumo utilizar o formato PDF, porque eu posso lê-los através da lupa, vê as imagens através da lupa se não for necessário descrição, se eu conseguir ver essas imagens eu posso visualizá-las através da lupa e posso visualizar também o texto, a explicação, coisa que quando eu vou utilizar o programa simplesmente para converter para texto, vai distorcer essas imagens, não vai capturá-las; já no formato PDF ele se torna melhor para fazer esse tipo de leitura.

O Braille eu não aprendi o Braille porque na época que eu estudava no Instituto dos Cegos no caso, a minha mãe optou que eu não aprendesse, que eu aprendesse a escrever em tinta, ai eu nunca me despertei exatamente para tentar ler em braile. (DICENTE 2).

No caso do discente 3:

[...] eu prefiro o TXT, no caso de disciplinas com muita leitura tanto faz ser DOC ou PDF eles se transformam para texto, para TXT, na hora que eu abro o Dosvox então... eu utilizo qualquer um, contanto que esteja em texto. O Braille no caso de língua estrangeira, e apesar de não ser um formato mas eu prefiro para língua estrangeira também os ledores, né?(DISCENTE 3).

O Braille é pouco utilizado pelos alunos, e isso pode estar associado à praticidade na guarda e no transporte, além do momento em que ocorreu a condição de deficiência. O discente 3 foi alfabetizado com o código Braille, já os demais só tiveram contato com o código na adolescência. No caso do discente 2, esse contato não foi o suficiente para aprender. De modo geral, todos preferem o formato digital.

A questão de ser alfabetizado em Braille diz respeito a pessoas que desde criança tiveram acesso ao código Braille, e com este aprenderam a ler e a escrever, e demonstram muita familiaridade e conhecimento. Isto, porém, não impede que uma pessoa, depois de adulta, tenha por meio de estudos aprendido a utilizar o código Braille e também a desenvolver habilidade de leitura e escrita.

Malgrado a pouca demanda pela impressão em Braille, a Secretaria de Acessibilidade dispõe de uma impressora, para demandas mais específicas, como no caso da impressão de textos em língua, estrangeiras, que, segundo alguns alunos, oferece melhor acesso à grafia das palavras.

Quanto às perguntas do eixo temático sobre recursos de tecnologia assistiva, as perguntas feitas aos docentes foram:

1. Você conhece os recursos de tecnologia assistiva utilizados pelas pessoas cegas para desenvolver atividades de leitura, escrita e pesquisa na WEB?
2. Você utilizou algum recurso tecnológico para promover o acesso ao conteúdo das disciplinas para um aluno cego?

Para o docente 2, seu conhecimento sobre os recursos de tecnologia assistiva teve origem por ocasião de um trabalho que desenvolveu na elaboração de um portal, quando utilizou algumas ferramentas de leitura automática, programas leitores de tela e contraste.

O docente 4 diz conhecer as tecnologias, porque trabalha com desenvolvimento de tecnologias educacionais, e esteve engajado em um projeto para o desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem, fazendo parte da equipe de desenvolvimento no aspecto da usabilidade. Porém na ocasião em que conheceu uma professora que trabalhava com acessibilidade na Faculdade de Educação da UFC que, juntamente com sua equipe que começou a desenvolver um trabalho para tornar o ambiente virtual de aprendizagem acessível.

Seu conhecimento também se deu pela convivência com o aluno com deficiência visual em muitas atividades, como projeto, disciplinas e uma oficina sobre acessibilidade na WEB que fez com o aluno. Segundo seu relato,

A questão do leitor de tela, do Dosvox, do NVDA que ele usa. O celular dele, um dia desses ele estava me mostrando o celular novo que ele ganhou e tinham outras coisas lá e tudo. Eu também assim, como acessibilidade é para todo mundo, eu também modifiquei o meu celular porque de perto eu enxergo pouco assim, vejo tudo embaçado, aí aprendi que tem um recurso que aumenta a fonte do celular para ficar maior, são coisas que a gente vai aprendendo no dia-a-dia, né? Agora eu vejo que isso foi colocado para mim pelas circunstâncias, de eu estar no projeto, de eu receber o discente 1, agora os demais[...] (DOCENTE 4).

Chama a atenção na entrevista o questionamento que o docente suscita sobre os demais professores e forma de acesso que eles teriam a essas ferramentas e tipos de tecnologias disponíveis para pessoas com deficiência visual. Parte de sua experiência, associada com uma “coincidência”, de ter oportunidade de desenvolver um trabalho que lhe possibilitou conhecer a temática da acessibilidade. Em uma universidade, não se pode esperar pelo acaso, mas ensinar que o professor tenha os conhecimentos necessários para o exercício de suas atividades com seus discentes com deficiência.

O docente 5 disse ter conhecido alguma coisa quando lidou com seus alunos cegos, mas, como não tem sido algo comum se houve atualização das tecnologias que conheceu, não sabe dizer. Quanto ao uso de algum recurso tecnológico, informa:

Era mais da parte deles, eu tentava viabilizar o texto para que pudesse... e na verdade foi só um, o outro a tecnologia ainda não existia, ele usava gravar as aulas, era pior

ainda para ele, ele gravava as aulas e as colegas liam os textos, então ele ficava restrito à audição das gravações e dos textos que os colegas liam. Era mais difícil, mas esse momento já está superado, graças a Deus. (DOCENTE 5).

Procurando responder ao primeiro objetivo deste trabalho, pode-se afirmar que a pesquisa revela um público bastante variado, tanto de alunos como de professores. Os estudantes fazem cursos em áreas de conhecimento diversas que exigem materiais de várias tipologias e idiomas. Quanto à natureza e a intensidade da deficiência, encontrou-se desde cego, a pessoas com baixa visão, estes resolvem parte da situação de leitura fazendo uso de lupas e programas de computador, enquanto os cegos empregam programas de computador e o Braille. Isso implica maior diversidade de tecnologias para atender a todos. Chamam a atenção os conhecimentos sobre o uso das tecnologias, especialmente NVDA e Dosvox. Quanto ao formato de texto, o pdf é sempre citado como bom e acessível, até porque, para quem tem baixa visão e precisa ampliar, ele oferece melhor qualidade das imagens, como é o caso do discente 2.

Os recursos de tecnologia assistiva são muito importantes para as pessoas cegas a fim de que tenham alcance da informação e, mais ainda, no contexto universitário, uma vez que o acesso a esses recursos está diretamente relacionado ao acesso à informação, como anota Ferreira (2008, p. 283).

O avanço nas tecnologias assistivas se tornou imprescindível, de tal forma, que o acesso as informações esta associado à tecnologia que é colocada à sua disposição, quanto mais completa for essa tecnologia, menor serão as limitações. Portanto, a quantidade da informação esta relacionada à sua acessibilidade.

O conhecimento por parte dos professores acerca dos recursos de tecnologia assistiva pode contribuir muito no cotidiano, como também favorecer a participação dos alunos cegos na sala de aula e na apreensão do conhecimento.

No que diz respeito aos professores, o universo de conhecimento sobre os recursos de tecnologias assistivas é bem diferente do mundo de seus alunos. Entre os depoentes, dois docentes conhecem bem as tecnologias, por terem tido oportunidade de desenvolver atividades que exigiam requisitos de acessibilidade, e também em virtude da convivência com os alunos.

Três docentes declaram possuir pouco conhecimento sobre os recursos de tecnologia assistiva, atendo-se a informações genéricas dos alunos, utilizando e falando sobre o assunto. Apenas um docente relata possuir razoável conhecimento sobre esses recursos, pela convivência com alunos. A maioria tem pouco conhecimento e cada um possui técnicas e

tecnologias próprias para interagir com os discentes com deficiência, como foi exposto nas entrevistas, pela maioria dos docentes entrevistados.

4.2 Biblioteca Universitária e acesso ao conhecimento acadêmico

Para responder ao segundo objetivo da pesquisa identificar o modo como a Biblioteca Universitária responde às demandas dos alunos com deficiência visual e seus docentes no acesso ao conhecimento acadêmico foi constituído o eixo intitulado suporte oferecido pela Biblioteca Universitária da UFC.

A primeira indagação foi sobre como a biblioteca poderia contribuir na formação, atender às demandas de informação dos alunos. Nesse sentido, o discente 1 assinala que: “[...] Penso que o que a biblioteca poderia fazer era... que poderia ser, seria ter uma acervo maior digitalizado porque inclusive a gente sabe que a maioria, a maioria não, todos os livros que são produzidos, eles são produzidos em formato digital.” E acrescenta: “É por exemplo digitalizar é simples, agora a edição, editar, ou seja, deixar no formato... Eu já peguei livros que estava todo digitalizado mas cheio de sujeira, de ruído que se você faz uma leitura com ele... você pena!”

Há uma diferença entre digitalizar um texto e editá-lo para uma pessoa cega. Digitalizar significa apenas escanear em qualquer formato, e deixá-lo da mesma forma do texto escrito, como uma imagem do original. Já um texto editado, além de se escanear, é realizada uma edição no texto (que fica em formato doc) para a inclusão, no corpo do texto, da descrição de imagens, figuras e tabelas que não são lidas por programas leitores de tela, como é o caso das imagens e notas de rodapé (por exemplo, muito extensas, são colocadas no final dos capítulos do livro, para não atrapalhar a leitura das pessoas cegas).

Como exemplo, é possível ilustrar o caso de uma pessoa cega que está lendo um texto com um programa leitor de tela. Ele encontra uma nota de rodapé no meio da leitura e, se ela for muito grande, quando terminar de ler, a pessoa já não saberá mais o raciocínio que vinha fazendo no corpo do texto, antes de iniciar a leitura da nota. Para os videntes, basta não ler a nota para não atrapalhar seu raciocínio se assim pretender, mas para os cegos não há essa opção, se as notas ficarem no corpo do texto.

Portanto, texto editado é equivalente àquele em formato acessível (no caso de textos digitais, porque o Braille também é um formato acessível).

O discente destaca a proposta de um acervo, um repositório de livros em formato digital, em formato acessível, já que o material editado é diferente do digitalizado, por ser

mais trabalhado, colocado de forma a ser lido por programas leitores de tela, sem ruído de informação. Esse tipo de material é produzido no laboratório da digitalização e edição de materiais bibliográficos (na Secretaria de Acessibilidade da UFC, em parceria com a BU). Os materiais são digitalizados, depois as figuras, tabelas e outras gravuras são descritas. Os textos, originalmente diagramados em duas colunas, por exemplo, tem seu conteúdo colocado em texto em uma só; as notas de rodapé, como já foi mencionado, são editadas para ficar no final de cada texto, para não interferir na leitura.

O discente 2 cita o sítio da Biblioteca, e como tem baixa visão, possui uma opinião diferente dos discentes 1 e 3, que fazem uso de programas leitores de tela, no que se refere ao catálogo *on line*. Segundo seus relatos, o acesso é bom e também ressalta o serviço de digitalização.

Como o sítio, eles até deram uma reformulada no portal da Biblioteca e como os livros estão sempre no meio, então quando eu aumento com a lupa, ela sempre enquadra a parte dos livros, a parte que eu preciso, então quando eu quero filtrar a pesquisa, filtrar a pesquisa por biblioteca, por tipo, por livro eletrônico, livros em tinta, livro impresso ou por material manuscrito, enfim, todas essas coisas, a lupa ajuda porque enquadra uma determinada área, então isso ajuda na minha visualização. Agora também tem o serviço de digitalização que eu considero que faça parte da biblioteca. Eu só achei bom porque quando eu estou lendo livro em papel, eu até preferiria lê-lo no papel, mais o problema é que há o problema das figuras, livro didático como livro universitário, eles tem uma compreensão que necessita dessas figuras e mesmo com a lupa no papel, mesmo com a régua que a gente chama para leitura, essa leitura ficava limitada, eu tinha sempre dores também. (DISCENTE 2).

Como sugestão, ele também cita um acervo digital e de obras ampliadas.

Os livros, esses livros, tanto os livros digitalizados, eu não sei se é uma barreira da universidade, não sei, mas era bom que esses livros fossem disponíveis, ficassem disponíveis, eu por exemplo, tenho livros que a biblioteca disponibilizou ampliados alguns capítulos, esses livros a biblioteca disponibilizou ampliados e eles são guardados e eu não uso mais, por exemplo o livro de cálculo, quase inteiro e eu não uso mais e se chegar outra pessoa com o mesmo problema ele já teria essa disponibilidade, porque por exemplo para a ampliação do livro impresso, a ampliação impressa desse livro, eu tive que esperar um certo tempo.(DISCENTE 2).

O aluno se refere ao Serviço de Ampliação de Texto que foi disponibilizado para ele pela Biblioteca de Ciência e Tecnologias da UFC no *Campus* do Pici. Foi um caso bem específico, pois ele precisava de textos ampliados, mas atualmente o aluno não utiliza mais esse serviço por usar a ampliação de tela com os textos digitalizados. A guarda desse material no acervo da Biblioteca é complicada por causa de sua encadernação e por serem, na maioria das vezes, textos e não livros na íntegra. Seria interessante que o aluno ficasse com o material, como é feito agora, a fim de acervo particular para futuras consultas, visto que, ao sair da

Universidade, o discente não terá acesso aos serviços oferecidos atualmente para pessoas cegas, pois o público atendido é a comunidade acadêmica da UFC.

O entendimento do discente 3, quanto ao acesso, registra:

Bem, o meu acesso, na grande maioria, a biblioteca é mesmo a parte do serviço que a biblioteca oferece de digitalização dos materiais, né? E quando eu venho aqui para estudar, nas salas de estudo em cima, aí no caso são os ledores, né? Porque pegar livros na biblioteca, essas coisas, eu não costumo fazer, porque eu nem sei me locomover direito na biblioteca, muito menos sei onde é que estão os livros, eu só sei mesmo os que eu sempre procuro aqui embaixo no primeiro (térreo) que é nos estrangeiros, né? Eu pego sempre os livros de Italiano. E também, por exemplo, estou precisando de tal livro, eu vou, peço a bibliotecária “estou precisando de tal livro”, aí ela mesma vai e pega para mim do que eu mesma vir aqui pegar, eu não faço muito isso. Porque eu acho muito complicado. (DISCENTE 3).

O discente 3 não se apropria do espaço da biblioteca, nem o conhece bem, não havendo um sentimento de pertença àquele lugar. O ato de pegar livros é distante de suas práticas, consoante pode observa em seus relatos, ao se referir à contribuição que a Biblioteca pode oferecer à sua formação.

Eu não sei, porque eu nunca pensei nisso. Eu acho que a biblioteca já faz um trabalho muito bom, digamos, junto ao acervo digital, né? Porque quando outras pessoas precisarem já vai ter, não precisa pedir de novo, né? O acesso vai ser mais fácil. Eu acho que a disposição mesmo da biblioteca é um pouquinho para a gente se locomover sozinho, né? Aqui. Talvez, a questão da acessibilidade mais bruta seria o que? Colocar em Braille nas prateleiras o que tem e tudo, mas aí também dependeria das pessoas manterem nas prateleiras corretas, né? [...].(DISCENTE 3).

E ainda acrescenta:

[...] outra coisa que eu acho complicado é que a gente não pode entrar com nenhum material, tipo assim, não pode entrar com a mochila para a gente não roubar os livros e tal, mas por exemplo, se eu for estudar, eu sozinha, aí eu tenho que entrar com o notebook na mão, com os fios, com a bengala na mão, com tudo na mão, aí se eu já trago a mochila para não entrar com tudo na mão... eu não consigo andar com o computador na mão, a bengala na mão, com todas as coisas que eu vou usar, na mão. Aí tipo, eu prefiro estudar lá fora, sentada em qualquer mesa e eu ter lá minha mochila perto de mim, do que entrar na biblioteca, deixar tudo lá fora e entrar com as outras coisas tudo na mão porque não é permitido uma bolsa, nem um estojo, nem um não sei o que. Eu acho complicado isso, entendeu? E aí tem essa questão da locomoção como eu disse, né? E ainda referente as salas de estudos que é a único espaço da biblioteca que eu uso ainda, é que os próprios alunos não respeitam que tem lá dizendo “sala de estudos em grupo”, você pode falar, tudo bem, só que os alunos utilizam essas salas para fazer reunião de grupos que não tem a ver com os estudos. Eles entram lá para conversar, para ficar vendo vídeo, para ficar vendo várias coisas que não tem nada a ver com os estudos. Então ficam rindo, falam alto demais e o som ultrapassa de uma sala para outra sala e atrapalha muito. Foi por isso que eu deixei de vir estudar aqui, preferia estudar lá na Secretaria, que tem barulho também, mas, incrivelmente, em um lugar onde eles não tem obrigação de fazer silêncio, é mais silencioso do que na sala de estudos que é para ser mais silencioso, entendeu? E lá eu podia ficar com a mochila, então [...].(DISCENTE 3).

Para o discente 3, o espaço da biblioteca é pouco acolhedor, e isso o conduz a ter mais contato com o bibliotecário do Serviço de Digitalização que não fica na biblioteca, mas na Secretaria de Acessibilidade, ao lado da Biblioteca de Ciências Humanas. Apesar de ser um serviço oferecido em parceria com a Secretaria de Acessibilidade, o aluno se distancia da Biblioteca, por achar complicado interagir, o que reforça uma atitude de integração, não de inclusão, porém, uma vez que os discentes deveriam ser atendidos na Biblioteca e se sentirem à vontade para estudar, o que não ocorre segundo o depoimento do discente 3.

Há uma diferença entre integração e inclusão. A primeira diz respeito, segundo Vivarta (2003, p. 19), ao fato de que

A integração nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nas igrejas, nos ambientes de trabalho, em todos os lugares. É praticado há décadas, mas, desde os anos 80, começou a ser questionado pelo então emergente movimento internacional das organizações de pessoas com deficiência. Este movimento denunciou a injustiça do modelo integrativo, que só aceitava inserir na sociedade as pessoas com deficiência que fossem consideradas prontas – ou quase prontas – para conviver nos sistemas sociais gerais.

Vivarta (2003, p. 20) argumenta que inclusão significa: “A *inclusão*, ao contrário, nos aponta para um novo caminho. Nele, nossas decisões são guiadas pela certeza de que o direito de escolher seres humanos é filosoficamente ilegítimo, além de ser anticonstitucional.”

Todos têm, por conseguinte o mesmo direito de participar das atividades dos espaços de desfrutar dos benefícios que a sociedade oferece, cada um com sua diferença respeitada.

Quanto a sugestões, a grande demanda é por um acervo digital, seguida do pedido de um espaço de leitura adequado. Quanto aos serviços utilizados, se destacam a Digitalização, o Levantamento Bibliográfico, a Ampliação de Texto, no caso do discente 2, o empréstimo domiciliar, que, apesar de não ter sido pronunciado, emerge nas entrelinhas quando falam de pesquisar os títulos no catálogo, e as salas de leitura, certamente estarão com livros nesses momentos.

Portanto, é preciso melhorar o espaço da biblioteca para acolher esses estudantes, informar sobre outros serviços e produtos da biblioteca, outras possibilidades que eles têm e não conhecem, visto que em suas falas não enumeraram outros serviços que a Biblioteca possa ter. Quanto ao catálogo *on line*, os discente 1 e 3 encontram dificuldades para utilizá-lo, como se pode observar neste depoimento: “o site da biblioteca como eu te falei, ele melhorou muito mas ainda tem algumas debilidades que eu até espero que a gente possa resolvê-lo, inclusive o que eu puder contribuir” (DISCENTE 1), enquanto o discente 3 também

argumentou: “[...] E aquele banco de pesquisa, de você sentar no computador e pesquisar no catálogo da biblioteca, ele é um pouquinho confuso.”

Para atingir esse objetivo da pesquisa, procurou-se analisar as contribuições dos docentes, com origem do mesmo eixo de perguntas.

Para o docente 1, seu conhecimento sobre os serviços que a biblioteca tem para pessoas cegas se deu em razão da convivência com os alunos cegos, mas ressaltou que, muito provavelmente, não teria conhecimento de todos os serviços, e que a impressão em Braille é um que não tinha conhecimento até o momento em que foi informado na entrevista. Frisou acreditar que poucos professores sabiam desse tipo de serviço em seu curso. Quanto às sugestões, falou da necessidade de antecipar o material digitalizado dos alunos, as referências bibliográficas e a possibilidade de envolver o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) nessa jornada. Argumenta, então:

Algo que me vem à mente é antecipar-se, pelo menos em mim, minha visão, a estratégia no que diz respeito às referências bibliográficas, exatamente é essa, torná-las acessíveis a todos. No mais, a minha sugestão diz respeito a antecipar-se, como isso demanda tempo e a disciplina está rolando, e a gente sempre apagando incêndios costuma não ser a melhor estratégia, algo que me vem à mente é que isso seja feito já no ato do PPC, projeto de construção do PPC é algo demorado, é algo que demanda muito tempo da comissão envolvida, mas eu fico imaginando que em um segundo momento a aprovação já poderia sim fazer esse processo dado que as referências bibliográficas foram atualizadas, dado tudo isso já fosse feito essa transcrição para tornar todo esse material acessível para os alunos de maneira... ou seja, tentar agir de maneira proativa [...]. (DOCENTE 1).

Fica evidente também em sua fala, como na dos discentes, a sugestão de um acervo digital. A biblioteca pode ser parceira nesse processo, entretanto, é preciso que os cursos mantenham sua bibliografia atualizada, de acordo com o que está no PPC, e as coordenações dos cursos zelem para que isso, de fato, aconteça. Isto porque muitos cursos estão com suas bibliografias desatualizadas, ou seja, o que está na ementa das disciplinas não é o que está sendo visto em sala de aula, e isso impossibilita a ação proativa da Biblioteca na digitalização dos materiais, haja vista o fato de que fica esperando o semestre começar para saber o que vai ser estudado. Sendo assim, o atendimento vai ser no decorrer da disciplina, o que inviabiliza a entrega do material aos alunos em tempo hábil.

A ação da Biblioteca fica dependente da atuação da coordenação dos cursos em exigir que a bibliografia que está no PPC seja obedecida. Caso contrário, o prejuízo maior é dos discentes com deficiência visual, que não poderão ser atendidos pela Biblioteca, conforme deveria ocorrer. A Biblioteca, anualmente, lança edital de compra de livros e solicita às coordenações de cursos o envio de suas demandas de compra sendo, esse o momento de

atualizar as bibliografias. Alguns cursos, entretanto, não enviam seus pedidos de compra de títulos.

Ele continua sua fala, ressaltando a necessidade do envolvimento dos professores no que diz respeito à digitalização de livros e à descrição de imagens que demandam conhecimento especializado:

Só mais uma coisa, e além disto ainda tem um outro ponto que é que alguns desses livros demandam um conhecimento especializado para poder fazer essa concessão e esse processo seja feito junto com os professores ou então, membro do colegiado responsável por aquela disciplina[...]. (DOCENTE 1).

Essa parceria dos professores com a Biblioteca e a Secretaria de Acessibilidade seria muito importante na edição dos materiais, na descrição de figuras, tabelas e gráficos de várias disciplinas, visto que envolve diversos olhares sobre o mesmo conhecimento para perceber suas minúcias e possibilidades.

Para o docente 2, os conhecimentos sobre os serviços oferecidos pela Biblioteca Universitária para pessoas cegas é nenhum. Argumenta: “Não, não, eu desconheço, eu não conheço nada relacionado a acessibilidade para a biblioteca, eu faço uso da biblioteca, mas eu nunca perguntei sobre esses tipos de serviços específicos.”

Parece que o docente não fazia relação da Biblioteca e um possível atendimento aos alunos cegos, visto que nunca perguntou ou investigou sobre isso junto aos bibliotecários, apesar de ter alunos cegos em sala de aula. Quando arguido sobre o que imagina, sugere que a Biblioteca poderia fazer para contribuir com o processo de inclusão:

Sim, eu acredito que a biblioteca pode ajudar muito nesse processo. Acho que um primeiro ponto poderia ser os professores saberem que tipo de material tem na biblioteca hoje e relacionados a que tipo de deficiência. Que a gente pudesse fazer uso, eu acho que um segundo ponto que talvez a biblioteca pudesse ajudar, talvez a própria Secretaria de Acessibilidade pudesse ajudar, era enviar um *e-mail* através do próprio sistema do SIGAA para o professor quando ele tiver um aluno com deficiência, o professor ser avisado que tipo de deficiência ele tem e que tipo de recursos ele pode utilizar para atender aquele tipo de deficiência específica. Ouvir o sistema mais com anuência da Secretaria de Acessibilidade, isso poderia ajudar bastante.(DOCENTE 2).

A primeira sugestão faz referência ao acervo, à literatura científica sobre inclusão que a Biblioteca já possui, mas não é do conhecimento do professor, está no catálogo *on line* e uma pesquisa simples poderia identificar facilmente as obras, os títulos disponíveis. Acredita-se que essa fosse uma ação do professor de procurar se informar sobre o assunto, visto que os meios já existem, e que existem alunos com deficiência em sala de aula.

Por parte da Biblioteca é possível, com suporte no depoimento do professor, conceber uma campanha para divulgar esse acervo, visto que o material já existe no catálogo *on line* da Biblioteca e também uma coleção especial com essa literatura que objetiva dar visibilidade a essa temática, denominada *Coleção Acessibilidade*. A outra sugestão do *e-mail* pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) não seria de competência da Biblioteca, mas da Secretaria de Acessibilidade, coordenação dos cursos e Pró-Reitoria de graduação. A Biblioteca poderia contribuir com os serviços e produtos, provocada pela demanda que surgiu-se.

O docente 3, no que se refere ao conhecimento dos serviços oferecidos, diz não os conhecer. No seu ponto de vista, a Biblioteca ajudaria se fornecesse os conteúdos das disciplinas em Braille ou em texto acessível. O docente 4 também diz não conhecer os serviços, apenas a digitalização. Fala que nunca ouviu o aluno dizer que ia pegar livro na biblioteca, até porque o que tinha de material era enviado para digitalização. O docente diz desconhecer o que é oferecido para os ditos “sem deficiência” e menos ainda para os possuidores de algum tipo de deficiência. Acrescenta que não poderia sugerir, por não conhecer, “[...] eu desconheço totalmente quais são os recursos que tem, eu desconheço os serviços, eu desconheço até para os videntes... que dirá... eu não sei te dizer. Sim, mas no que poderia contribuir... se eu não sei o que tem fica difícil dizer o que falta [...]” (DOCENTE 4).

O docente 5 ressalta também, não conhecer os serviços, nem os que a Biblioteca oferece para pessoas cegas. Quanto às sugestões, exprime que a Biblioteca deveria divulgar mais seu trabalho nos cursos, nos momentos de encontro da comunidade científica, como encontros universitários, feira das profissões: “[...] Então, eu acho que é alguma forma de veicular isso nos cursos para saber o que dispõe, o que foi feito, talvez no momento dos encontros universitários, ter um estande divulgando isso aí seria uma forma interessante de dar visibilidade, né?” (DOCENTE 5).

O docente 6 também diz não saber quais os serviços e produtos oferecidos, só sabe que torna o material acessível, nada mais além disso. “Não, eu só sei que lá vocês fizeram a transposição, tornaram acessível o nosso material didático, né? No mais eu não sei.” Como sugestão, pensa em um acervo digital assim como já mencionaram os discentes e o docente 2, com a bibliografia de todos os cursos: “Eu acho que o levantamento desse material, pelo menos o mais fundamental dos cursos para disponibilizar material acessível, né?”. E acrescenta:

Eu acho que a biblioteca de repente oferecesse máquinas mesmo e tornasse essas pessoas mais independentes, eu acho que o importante é elas se tornarem o mais independente possível de outras pessoas, que elas conseguissem desenvolver competências como todo mundo e lançar a mão em utilizar fortemente as habilidades que ela desenvolve a mais, usar a seu favor as competências que são mais agressivas, que são mais evidentes neles, né? Eu acho que a biblioteca é investimento mesmo, financeiro, em equipamentos. (DOCENTE 6).

O docente garante algo que, na Biblioteconomia, se entende como desenvolvimento de competências informacionais, o que já está sendo pensado na Biblioteca Universitária por meio da Comissão de Educação de Usuários. Os objetivos são, por via de várias ações, estimular o desenvolvimento dessas competências nos usuários para que saibam como realizar uma pesquisa e utilizar o máximo os benefícios que uma biblioteca pode oferecer.

No caso das pessoas com deficiência, isso é pensado, visto que exige atenção diferenciada. Para surdos, por exemplo, a interpretação em Libras (iniciativa nesse sentido foi o projeto BU em Libras). Para os cegos, dependendo do conteúdo ministrado, seriam necessários o material editado e o uso de programas leitores de telas nas capacitações, o que teve uma iniciação tímida com poucas ações, mas já se constitui como serviço que é a orientação à pesquisa. Precisa, entretanto, ser repensado e inserido nas atividades da Comissão de Educação de Usuários, incluindo a capacitação dos bibliotecários que irão prestar esse atendimento. Os equipamentos também são fundamentais, como lupas eletrônicas e outros equipamentos capazes de fazer a leitura de textos escritos com maior praticidade, o que já existe no mercado. Quanto à digitalização do acervo, deve ser feito de maneira organizada, atendendo a demanda manifesta, o que exige uma parceria da coordenação dos cursos com a Biblioteca Universitária, com vistas a informar as bibliografias atualizadas dos alunos com deficiência visual, uma vez que não é possível digitalizar tudo o que está na Biblioteca, mas o que realmente interessa para a formação dos discentes em foco.

Ante o exposto, pode-se concluir que a Biblioteca Universitária atende aos discentes por meio de seus serviços e produtos, em parceria com a Secretaria de Acessibilidade, apesar de alguns entraves. No que se refere aos professores, estes não conhecem os serviços oferecidos pela Biblioteca a seus alunos com deficiência, nem o potencial informativo da Biblioteca Universitária que poderia orientar suas práticas pedagógicas.

O primeiro desses entraves refere-se ao Serviço de Digitalização e Edição de Materiais Bibliográficos para os cegos, mas a questão está na obtenção, em tempo hábil, das bibliografias dos cursos, o que depende dos professores e das coordenações dos cursos. Outro

entreve se refere ao espaço da Biblioteca, como assinala o discente 3, ao informar que as salas de estudos são barulhentas, que o fato de ter que deixar a mochila no guarda-volume o afasta da Biblioteca, pois precisa de equipamentos que sempre estão na mochila.

Este fato revela que a inclusão ainda não se efetivou na Biblioteca, sendo preciso reavaliar como pode ocorrer o atendimento aos alunos cegos, para que tenham um acolhimento satisfatório para o desenvolvimento das atividades, que sejam inerentes ao espaço e atividades típicas da Biblioteca como qualquer outro aluno. Caso contrário, não seria uma política de inclusão, mas de integração, a diferença entre integração e inclusão já foi explicada.

Pupo (2014, p. 38) destaca a importância do espaço da biblioteca para inclusão.

Destaca-se que as bibliotecas são, antes de tudo, espaços de informação, e estes espaços são privilegiados em termos de visibilidade, de forma que adéquam-se à inserção de elementos que devam facilitar a acessibilidade à informação e conhecimento. As bibliotecas são pontos-chaves para a orientação das várias necessidades dos usuários, além de serem locais estratégicos, uma vez que são pontos de interação de pessoas e informação.

Portanto, esses espaços de interação da Biblioteca com seus equipamentos, serviços e produtos devem ser inclusivos, e não exclusivos pois, todos podem e devem usufruir, inclusive as pessoas com deficiência; o que muda são as metodologias que devem ser observadas para atender às singularidades que as deficiências denotam na interação com o meio social, mas o acesso ao intangível, configurado na informação e no conhecimento acadêmico, deve ser assegurado.

Isso é importante, pois é educativo para os ditos “sem deficiência”, visto que irão conviver, o que tornará comum as pessoas com deficiência no espaço acadêmico. No caso da Biblioteca, isso pode parecer simples, porém não é, pois as pessoas com deficiência causam um impacto, ainda que aparentemente silencioso, mas barulhento no inconsciente coletivo.

Quanto aos professores, apesar dos serviços e produtos desenvolvidos na Biblioteca em parceria com a Secretaria de Acessibilidade já serem utilizados pelos alunos desses docentes, os três entrevistados não conhecem nada ou tem conhecimento apenas do Serviço de Digitalização; e dois dos três docentes conhecem a Secretaria de Acessibilidade, mas ainda assim, de modo superficial. É importante a aproximação dos docentes da Biblioteca Universitária, em uma atitude de busca, pesquisa, pois o envolvimento na ambiência de inclusão exige um movimento de mão dupla que se complementa.

4.3 Desafios da inclusão na UFC nas linhas e entrelinhas do discurso

Em resposta ao terceiro objetivo da pesquisa que é mapear e tipificar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual e professores, no âmbito do acesso à informação e ao conhecimento acadêmico, foi constituído o eixo inclusão e prática docente.

As perguntas desse eixo buscam também perceber que estratégias e sentimentos norteiam as atividades em sala de aula. Nos depoimentos, foi possível perceber que os desafios são de ordem tecnológica, especialmente por parte dos docentes, que possuem pouco conhecimento dos recursos de tecnologia assistiva usados por seus alunos. Isso está relacionado com o desafio da formação docente para inclusão, o que envolve as barreiras atitudinais reveladas no pouco envolvimento com as estruturas da Universidade que oferecem apoio aos discentes com deficiência, como a Secretaria de Acessibilidade e a Biblioteca Universitária. Também já foi observado (no tópico anterior) outro desafio, que se refere à literatura científica e aos livros didáticos atualizados. Assim, pode-se afirmar que os desafios são de ordem tecnológica, formativa, atitudinal e de recursos didáticos.

A edição do material parece ser um dos maiores desafios como bem destaca o docente 1.

[...] porque basicamente todos os livros de computação, raríssimas exceções, envolve matemática pesada, envolve fórmulas, envolve símbolos, imagine você usar letras gregas e representar equações, representar propriedade tudo aquilo junto com texto propriamente dito e eu fico imaginando o esforço de tornar todo esse material... É um desafio e tanto. (DOCENTE 1)

Um desafio apontado pelo professor, situado no âmbito do conhecimento em saber o que fazer, em ter informação para interferir na realidade, se refere a sua dificuldade em incluir o aluno cego na turma.

[...] Porque imagina ele está na sala de aula, ele não está conseguindo enxergar bem o que eu coloco no quadro embora eu tentasse fazer uma descrição do que eu estava escrevendo sem chamar atenção dos demais alunos para que não fique com aquela sensação de que está ali alguém diferente que está tendo uma atenção especial eu queria que ele se sentisse o mais integrado da turma possível [...]. (DOCENTE 1).

A preocupação do docente em não enfatizar o aluno cego na sala de aula, sua intenção no sentido de tentar integrá-lo e de tornar a rotina na sala de aula inclusiva para todos, pode também representar o receio, por parte do professor, de constranger o aluno. Não é possível encobrir, entretanto, a existência na sala de aula, de uma pessoa diferente, e essa diferença não pode ser negada, ao contrário, ela precisa ser revelada e respeitada, para que

seus colegas de turma entendam que no mercado de trabalho vão encontrar pessoas com deficiência e elas vão precisar de atenção diferenciada. O docente 1 argumenta:

E foi assim, isso para mim eu me senti absolutamente frustrado, isso para mim foi eu estar sendo reprovado como professor porque eu não consegui integrá-lo, no primeiro semestre eu não sabia tanto assim da deficiência dele até porque ele não comentava, acredito que não sei se no final da primeira vez que ele foi meu aluno para a segunda que ele comentou, foi aí que eu comecei a pensar em alternativas [...]. (DOCENTE 1).

A situação do aluno cego e suas dificuldades poderiam ter sido explicitadas pelo professor aos demais alunos, o que pode representar uma oportunidade de educar os demais discentes para inclusão. A partilha, por parte do professor, com os demais alunos em sala de aula, das dificuldades e possibilidades de inclusão de uma pessoa cega, teria sido um ganho e talvez a melhor forma de incluir o discente cego à turma.

O acesso à informação ou a falta dele se explicita no discurso do docente 4, quando aponta como desafio “que a mesma qualidade de informação que eu passo para todos, que eu passasse para ele também. Que eu não me esquecesse dele, isso para mim no começo era mais difícil [...]”. Fazendo eco às falas anteriores, o docente 5 também chama atenção sobre o acesso à informação, ao conhecimento e à qualidade do acesso aos livros, e faz um acréscimo à formação docente no que se refere aos desafios: “[...] é o material didático e em segundo lugar a nossa preparação, a preparação docente.”

Opinião parecida expressa o docente 6, acrescentando a atitude do aluno, que chama de “bloqueios”, seu pouco empoderamento. Este último tem muita relação com as posturas atitudinais perante as dificuldades, o que também pode ser analisado por parte dos professores e suas resistências, que representam uma via de mão dupla.

[...] O material é o primeiro, o segundo são os bloqueios que o próprio estudante tem, não, a falta de conhecimento, de treinamento dos docentes, do professor, porque, por exemplo, eu como docente tenho muito acesso à tecnologia e gosto de tecnologia, mas não está dito que todo mundo é assim, [...]. (DOCENTE 6).

Na experiência do docente 2, seu maior desafio era possibilitar ao aluno com baixa visão ter acesso ao conteúdo que estava no quadro.

O maior desafio é durante as aulas mesmo porque as transparências em alguns momentos eu tenho que utilizar recursos especiais do meu computador para aumentar o tamanho das letras para ele conseguir enxergar o que eu estou fazendo e outro desafio que eu não consigo ainda resolver é o do quadro negro, porque no momento que eu escrevo ele não consegue enxergar, as vezes ele tem que se aproximar do quadro para poder olhar ou as vezes eu tenho que me aproximar dele e explicar o que eu estou fazendo. Então esse é o desafio, assim, não existe uma metodologia definida para atendê-lo, né? (DOCENTE 2).

Sobre essa questão do quadro o discente 2 falou de sua dificuldade em enxergar a letra, o que atrapalha seu entendimento.

[...] aumentar sua letra constantemente porque eles estavam sempre acostumados a dar aula naquele tamanho específico, era quase que mecânico a escrita deles, eles tentavam mudar, já outros abertamente diziam que eles não podiam fazer nada com relação a isso, que iriam continuar mesmo dando aula assim mesmo e até hoje por exemplo eu não consigo, eu não consegui ainda passar em estatística porque eu não encontrei um professor que consiga dar aula da maneira que eu possa ver a matéria e saber o que ele está falando.

Não, não consigo e normalmente eu tento estudar, em casa eu tento até, mas sempre a parte da informação que eu não consigo pegar é exatamente a que eles passam em sala a que eu podia tirar deles em sala e sempre na prova eu sei uma parte e não sei a outra parte e o que esse professor vai considerar que você não sabe. (DISCENTE 2).

Isto é expresso como dificuldade que um dos professores tentou amenizar com notas de aulas. O próprio discente buscou o serviço de digitalização, com a esperança de que este pudesse oferecer maior acesso às informações e ao conhecimento de que precisava, e essa experiência foi muito boa, pois, segundo o aluno, “[...] é tanto que a última cadeira, foi uma das primeiras vezes que eu digitalizei um livro, foi na arquitetura de computadores que até exigiu a descrição das figuras, até por causa das complexidades que elas tinham e nessa cadeira eu consegui passar.”

Esse material a que o estudante se referiu foi elaborado pelo Serviço de Digitalização e Edição de Materiais e a Coordenação do curso do aluno, em que um professor fez a descrição das figuras que demandaram conhecimento técnico. O resultado foi muito bom e estabeleceu a diferença na vida do aluno, possibilitando que, de fato, ocorresse a acessibilidade àquele conteúdo acadêmico. Na concepção do discente,

Ficou bom, as descrições ficaram boas, aliás eu até lia as descrições com leitor de tela até mesmo depois que tinha feito a leitura, ajudava a memorizar, então essa aí foi um dos resultados de sucesso da disciplina e essa aí tem dado certo, agora a outra maneira que eu utilizei também e que me serviu na disciplina de Cálculo II foi colocar a cadeira lá perto do professor. (DISCENTE 2).

Outro caso em que o acesso à informação, por via do material editado, mostra a diferença foi com o docente 6, conforme seu comentário: “[...]o aluno teve acesso ao material, preparou as aulas sozinho[...]”, “[...] depois do material o aluno ficou livre.”

Um repto apontado pelo docente 6 é tornar as pessoas cegas independentes, profissionais de qualidade, capazes de dar respostas coerentes aos desafios. Ele comenta um problema, quando um aluno cego precisava dar aulas para videntes de Italiano. O problema consistia em como ele poderia corrigir as provas de alunos videntes com autonomia e

segurança. O docente, juntamente com uma equipe, estudou uma metodologia para possibilitar que o aluno corrigisse as provas, experiência que ainda vai ser testada.

O docente argumenta sobre ser preciso que a Universidade motive e estimule a autonomia dos alunos cegos: “[...] Empurrar o bumbum desses meninos: vai, menino sai andando.” Porque vão ser profissionais e ninguém vai querer colocar porque é cego, tem isso não. Vai botar você porque você é bom ou ruim no que você faz [...].”

O docente entende que essa provocação da autonomia supera a dimensão estrita da sala de aula e é um desafio para a Universidade manter-se vigilante entre o paternalismo e a promoção do protagonismo. Ela suscita esse questionamento como um desafio, em especial para a Secretaria de Acessibilidade, ao indagar: “Será que a acessibilidade não está sendo paternalista também?” E em outro momento explica.

Muito bom botar essas pessoas para cima “você pode, você vai”, mas também ser paternalista, sem fazer tudo que essa pessoa tem que fazer sozinha. Saber identificar “você pode fazer isso aí sozinha, me diga o que é, não, isso aí você pode fazer só, faça só”. Essa coisinha antipática, impafiosa, que pode parecer antipática, é o patrão, é a hora que não é mais o pai, é o patrão que entra para dizer “vai fazer isso porque é sua obrigação”. Acho um desafio para a Universidade, acho muito massa, nem toda Universidade tem uma Secretaria de acessibilidade. (DOCENTE 6).

As políticas de inclusão zelam pela autonomia das pessoas e seu protagonismo, mas a provocação do docente sobre o paternalismo e, nas entrelinhas, o assistencialismo, são importantes para que as soluções propostas as intervenções não mascarem. São relevantes a autonomia das pessoas e também a das unidades acadêmicas, onde cada um desempenha seu papel e a inclusão é diluída, absorvida em seu cotidiano, em suas práticas. Caso contrário, sempre se estará apagará incêndio, delegando unicamente a um setor, no caso, a Secretaria de Acessibilidade, a resolução de todas as questões.

Embora a Secretaria de Acessibilidade preste serviços de assessoria e seja a gestora da política, cabe a cada unidade acadêmica assumir responsabilidades, o que deve conduzir o estudante com deficiência à acolher também o compromisso com seu aprendizado e cobrar da instituição seus direitos, mas sem com isto se eximir de participar do processo de inclusão, com ideias, propostas e singularidade pessoal. Isto é: para vencer os desafios há pouco descritos, todos podem e devem participar, todos hão de cooperar.

No caso da Biblioteca Universitária, cabem-lhe as questões referentes ao acesso ao conhecimento acadêmico. Os desafios citados versam sobre a literatura científica para os discentes, os livros editados e digitalizados, mas também, para os professores, uma literatura mais informativa, a disponibilização dos recursos de tecnologia assistiva em suas unidades,

também, ações voltadas à educação de usuários para o desenvolvimento de competências informacionais, tanto para os discentes cegos quanto para seus professores.

No caso dos docentes, o desconhecimento dos serviços que a Biblioteca oferece representa um prejuízo significativo, porquanto, embora já exista número expressivo de livros eletrônicos, inclusive o portal de periódico da CAPES, à Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD), todos fontes de informação científica que têm material digital relevante e de excelente qualidade que podem ser utilizados como recursos pedagógicos para suas disciplinas e outras pesquisas.

Na formulação desse eixo, também merecem destaque os sentimentos envolvidos, visto que esses estão diluídos nas entrelinhas do discurso e agem diretamente como de enfrentamentos dos desafios. Assim, foi perguntado aos docentes qual o sentimento que tinham ao deparem com alunos cegos.

O docente 1 fala de um sentimento de frustração, despreparo “Eu não sabia e eu me vi totalmente despreparado, é algo que eu não havia parado para pensar nessa possibilidade de um aluno... falha gritante minha [...]”. Argumenta esse docente.

Assim a minha experiência como professor foi um tanto... Eu me senti chocado, esse é o ponto, eu tive a possibilidade de ser professor de três alunos com deficiência visual e cada caso acaba sendo um caso, mas é frustrante para mim a minha experiência com deficiente, foi absolutamente frustrante por diversas razões mas a principal dela é que eu não consegui... Não fui competente o suficiente para que eles interagissem com a turma nas minhas aulas... (DOCENTE 1).

Há muito sofrimento na fala do professor, que revela ter tentado, mas acredita não ter tido êxito, sentimento comungado também por outros docentes. O docente 2 disse: “ O primeiro sentimento do professor é incapacidade de atender aquele aluno [...].” O professor 4 argumentou: “[...] Eu observo nessa situação em que eu me encontro que há muito despreparo [...]”. O discente 5 acentua que “[...] eu me sinto desafiada e também despreparada [...].”

Por outro lado, dois docentes manifestaram sentimentos diferentes. O professor 3 diz se sentir encantado com seus alunos com deficiência “[...] E esses que são tidos como especiais me encantam muito por isso, pela superação que eles estão ali [...].” O discente 6 argumenta: “[...] Não, eu acho interessantíssimo. Na verdade, eu fiquei animada porque eu acho um desafio, eu admiro muito a Secretaria de Acessibilidade e essas políticas de acessibilidade dentro da UFC, embora eu reconheça que há muitos percalços ainda, né?”

Os sentimentos manifestados nas falas estão em campos de intersecção e se divorciam ao mesmo tempo. O sentimento se resume em uma palavra despreparo, quando o docente 1 confessa estar “chocado”, revelando que o encontro com um aluno cego

desarrumou seu mundo, pôs em xeque seus saberes. Nas entrelinhas, pode-se perceber um certo assombro com o fato de um cego chegar à Universidade, ao mesmo tempo em que tal fato o conduz a uma situação de impotência, ao acentuar que não conseguiu lidar com a situação de forma satisfatória nem confortável. O professor toca também em algo importante, em relação à ontologia do sujeito, ou à invisibilidade das pessoas com deficiência: “não havia parado para pensar”. E reconhece “falha minha”.

Essa experiência pode parecer, à primeira vista, frustrante, mas, se analisada por outro ângulo, representa um ganho, uma vez que possibilitou ao professor romper a barreira atitudinal de achar que pessoas cegas não entrariam na universidade, e que ele, como docente também é aprendiz, ao reconhecer não estar preparado. Quem está? A preparação acontece no choque, no conflito, que sinaliza mudança, o que é muito mais positivo do que parece. Os demais professores acompanham raciocínio semelhante, porém duas vezes desafinam o coro.

Dois professores se posicionam na contramão, ao relatarem que se encantaram e fiaram animados diante do fato de haver alunos cegos nas suas salas de aula. O desafio da inclusão não os assusta, pelo contrário, como bem observa o docente 3, “[...] Essas pessoas quando vem aqui estão dando uma lição, moça. Talvez até de mais importância do que muitos conteúdos que a academia passa. Que é a postura perante a vida, uma postura de decência de honestidade [...]” O professor reconhece nas pessoas com deficiência uma oportunidade de aprendizagem. O docente 6 considera que há dificuldades, mas se acha motivado.

Em tal circunstância a formação dos docentes aufere singular relevância e sobre isso o docente 3 diz:

[...] Agora eu vejo um outro aspecto, é necessário haver um treinamento para os professores que tem boa vontade “como lidar com o deficiente visual? Com o deficiente auditivo, como lidar?” Não existe treinamento, não existe treinamento, tudo vai ficar na boa vontade e mesmo, por mais boa vontade que tenha, eu poderia ter sido até mais útil se tivesse mais informação, mais treinamento institucional “como lidar, como render mais para essas pessoas?” (DOCENTE 3).

Esse professor ainda faz uma ressalva, ao acentuar que treinamentos em si não resolvem, necessitando haver uma contrapartida dos docentes “[...] Que eu acho que o princípio é a boa vontade que se confunde com o amor, você pode conhecer todas as técnicas mas se eu não quiser ajudar você eu não ajudo, boto dificuldade, crio burocracia, entendeu? É a boa vontade.” Essa afirmação do professor corrobora o que acontece na Secretaria de Acessibilidade, pois, embora realize muitas oficinas, cursos, palestras, ciclos de debates, é reduzida a participação dos docentes. No caso do Sistema de Biblioteca, nas atividades

dirigidas aos bibliotecários, visando à acessibilidade, também foi pequena a participação destes.

O docente 6 também comenta a boa vontade, que nem sempre todos têm, e ressalta que

[...] a gente não conhece programas, a gente não conhece métodos, a gente não conhece técnicas, e o professor deveria ter, pelo menos, duas disciplinas, Educação Inclusiva I e Educação Inclusiva II, no mínimo, porque com a formação que a gente tem, vai muito do afeto, da boa vontade e da boa disposição, e nem todo mundo tem. (DOCENTE 6).

Já o docente 4 declara que uma boa oportunidade para atingir os professores no quesito formação seria o projeto CASa da UFC, “[...] Eu sei que a política do Projeto CASa não é de treinamento, é uma outra visão de formação docente, mas que a gente pudesse discutir esse assunto [...]”, sugestão também feita pelo docente 5, como segue “[...]o Projeto CASa pelo que eu conheço, ele tem um amplo leque de possibilidades de oferecer alternativas de formação continuada, na área da formação, no âmbito da formação pedagógica do professor universitário, então eu acho que seria esse canal,[...]” O docente 4 sugere também formações mais rápidas para professores que não sejam o público do projeto CASa, “[...]uma formação que fosse mais *the flash* sabe assim? Tipo, eu estou com uma aluna assim... como é que eu posso... talvez [...].”

O docente 6 comenta e sugere algo parecido sobre como entende que deveria ser a formação para os professores que estão na universidade: “Como lidar com o aluno tal? Ideias, casos de sucesso, porque pode contar, casos que deram certo [...]”, em outro momento da entrevista retorna o assunto e diz “[...] não são só artigos científicos, nós não queremos artigos científicos. A gente quer como fazer? Como fazer! Como facilitar.”

No que se refere ao acesso à informação e ao conhecimento acadêmico, a Biblioteca Universitária poderia contribuir na formação, oferecendo treinamentos que orientassem sobre o uso de fontes de informação científica, nas quais os professores pudessem encontrar algumas das respostas que procuravam em bases de dados, sítios especializados, além da orientação para o uso do que já existe na Biblioteca e está em formato acessível para seus alunos, que poderia servir como bibliografia complementar.

Em razão dos desafios, sentimentos, problemas de formação dos docentes para a acessibilidade como esses docentes buscaram estratégias para incluir com qualidade, os alunos com deficiência visual? Na busca para superar os desafios no cotidiano acadêmico, os

docentes buscaram estratégias práticas, conforme as citadas pelo docente 1, como disponibilizar notas de aulas com antecedência para o aluno.

É, a estratégia que eu utilizei foi essa de disponibilizar as minhas notas de aula, na verdade elas já estavam prontas, né? O que eu fiz foi mais ter esse cuidado de antes da aula já está disponível para que... porque tem o formato de slides, né? Mas eu uso o látex e consigo transformar um slide em texto que aí o látex faz isso.(DOCENTE 1).

Uma tática também usada foi pesquisar na internet alguém ou caso semelhante que pudesse dar uma orientação “[...] eu não fiz um estudo aprofundado assim, vi algumas alternativas, há uns serviços especializados que dão apoio aos alunos com algum tipo de deficiência, só que eles não dão detalhes e eu queria ver uma estratégia concreta que pudesse [...]”. Fato curioso é que, nessa busca, o professor não procurou se aproximar da Secretaria de Acessibilidade, nem da Biblioteca Universitária. Embora conheça muito pouco dos serviços que eram oferecidos, essa aproximação poderia ter contribuído, pois, segundo o docente, seu esforço não se transformou em resultado, hajam vistas as reprovações do aluno na disciplina que ministrava.

O docente 3 considerando a dificuldade que sua disciplina oferecia aos cegos usou na avaliação trabalhos diferenciados que explorassem outros aspectos da disciplina:

[...] então eu não tinha como explorar deles como eu fazia com os outros no tocante a análise linguística porque é muito risca, risca, muita análise, precisa da visão mas é língua e cultura então vou pegar o aspecto cultural [...]”, ele especifica “[...]então eu passei um trabalho no âmbito da cultura, [...]”.(DOCENTE 3).

O docente 4 comenta que suas estratégias em aulas consistiam na utilização de *slides*, fazendo as descrições necessárias, diminuindo o ritmo, e que, em dado momento, a turma começou a se envolver também e o processo ficou mais leve, pois foi compartilhado. A inclusão tem esse efeito de envolver as pessoas e estimular a participação e a solidariedade entre elas.

Outras coisas assim, por exemplo, as vezes a gente usava muito de apresentação, power point, tinha imagem... a gente aprendeu também a descrever, ir mais devagar, dizer “olha tem isso aqui na tela” e a gente descreve e foi uma coisa assim que não foi só a gente fazendo, os colegas também começaram a ajudar, então isso também tira um pouco daquela pressão inicial, depois fica natural. (DOCENTE 4).

O docente 5 também fez comentários sobre suas estratégias em sala de aula.

[...] teve uma atividade que ela era baseada em gravuras, eram ilustrações, eu distribuía uma ilustração para cada equipe, para que eles fizessem a interpretação daquelas gravuras, eu tinha uma monitora, eu me lembrei imediatamente dele e

combinei a estratégia com a monitora “você vai ficar junto com o fulano e você vai descrever toda a gravura para ele, e vai conversar com ele sobre a gravura, vê quais são e etc [...]. (DOCENTE 5).

Também fazia parte de suas estratégias disponibilizar o material em formato digital para o aluno, mas o que está impresso não sabia o que fazer e ficava sobre a responsabilidade do aluno “Não sei, eu sei assim, que os textos que eu tinha digitalizados, facilitava, eu disponibilizava. E os outros eu não sei como ele fazia [...]”.

Sobre os textos digitalizados, só dois docentes (4 e 6) comentaram haver procurado a Secretaria de Acessibilidade para utilizar o serviço de digitalização, ao dizerem que “A digitalização e eu sei que tem porque eu já fui lá algumas vezes [...]”. O professor 6 apresenta suas estratégias: “[...] a gente faz é tentar o máximo possível procurar os textos em PDF, porque ele tem um leitor muito bom em Língua Italiana, para que o leitor possa ler para ele. Áudios, Áudios Books que a gente consegue baixar em Língua Italiana com muita facilidade[...]”. O docente comenta sobre o acompanhamento que seu aluno teve da Secretaria como primordial “[...] agradeço o acompanhamento de vocês que é primordial para o discente em sala de aula. Reconheça ele ou não, não sei se ele reconhece, mas nós reconhecemos. [...]”. Os sentimentos estão ligados ao entendimento da política de inclusão, o que discutiremos a seguir.

4.4 A política de inclusão da Universidade Federal do Ceará no entendimento dos discentes com deficiência visual e dos docentes

Boa parte desse eixo foi respondido no tópico anterior, com a exposição de desafios e estratégias que os docentes utilizam em sala de aula. Resta, contudo, entender o que pensam os sujeitos entrevistados sobre a política de inclusão da universidade. Nesse sentido, segue a análise das entrevistas dos discentes e docentes sobre o assunto, que buscam responder o quarto objetivo, o qual consiste em investigar as atitudes dos professores no concernente à inclusão de alunos com deficiência visual no cotidiano acadêmico, e o conhecimento das políticas públicas por parte desses sujeitos.

O docente 1, se refere à política de inclusão da UFC, assinala que, “Em detalhes não... O que eu conheço é em termos gerais, até porque percebe-se a mudança de postura, já é um ganho considerável [...]”, em outro momento da entrevista diz que “[...] Outras ações, além dessas, mais específicas das rampas, desse material, desse serviço de transcrição, eu não conheceria se eu não tenho contato [...]”.

O docente 2 diz ter conhecido a Secretaria de Acessibilidade quando de um trabalho que desenvolveu, mas a política em seu texto e conteúdo, não. O docente 3 destaca: “Não, conheço não. Nunca nem entrei lá [...]”. O docente 4 declara que, “[...] Com relação à política de inclusão da Universidade, eu li o documento pouco, o que eu tenho mais é mesmo desse trabalho técnico que eu fiz e depois de uma realidade que eu passei a viver [...]”. A realidade a que o professor se referia foi ter um aluno cego.

O docente 5 subscreve que

[...] E em relação a Secretaria eu sei da sua existência, eu conheço o compromisso desde o início, eu vi o nascimento e tudo, mas não posso dizer que seja uma pessoa que conheça as atividades todas que a Secretaria realiza e como ela pode estar presente, qual a possibilidade real de, por exemplo, dar de atendimento a esses estudantes que chegam a Universidade com as necessidades, mas eu interpreto como uma resposta responsável e compromissada da instituição no sentido do acolhimento desses estudantes. (DOCENTE 5).

O docente 6 informou que “Isso, eu conheço a Secretaria de Acessibilidade [...]”.

Pelos relatos, ao serem perguntados se conheciam a política de inclusão da Universidade quatro professores relataram conhecer a Secretaria de Acessibilidade, o que não significa ter conhecimento da política, e falam de experiências vividas. O conhecimento parece ser frágil, superficial, não lança visões mais críticas, o que impede uma explanação mais profunda.

No que se refere aos discentes, quando arguidos sobre o que pensam da política de inclusão da Universidade, conseguiram se posicionar de modo mais reflexivo, crítico, pois diz respeito a questões do seu cotidiano, de suas vivências.

O discente 1 conhece o histórico do nascimento da política, analisa seu crescimento em relação ao passado e acentua a ideia de que, para vencer as barreiras, somente uma política estruturada, organizada, poderia dar conta.

[...] nesse período todo que eu estou na UFC a política aqui na UFC ela começou muito pontual, ou seja, necessitava de você ter a realidade, o caso concreto, ou seja, da pessoa está ali e não tinha uma política, era feita por iniciativa de pessoa, por iniciativa de projeto, mas eram coisas pontuais, não era uma política, que eu penso que essa política vem se constituindo desde 2010 com a Secretaria de Acessibilidade mas a Secretaria de Acessibilidade começou com UFC Inclui que teve todo aquele começo lá que terminou desemborcando na Secretaria de Acessibilidade que aí já é uma política deliberada e também há necessidade ainda de quebra de muita barreira na Universidade e penso que só se quebra barreira com política organizada mesmo. (DISCENTE 1).

Continuando sua fala, ele estabelece contraposição entre as barreiras que ainda existem, como a arquitetônica, mas também a existência de documentos oficiais da Instituição

em pdf imagem: “é um desafio porque a gente tem muita coisa, porque são vários tipos de barreiras, por exemplo, barreiras arquitetônicas, você vê prédios novos e eu digo porque estudo [...]”. Mas também ressalta avanços na comunicação, com melhorias no portal da UFC, “[...] mas você vê coisas também interessante de avanço como a parte de comunicação que melhorou muito, o próprio portal da UFC melhorou muito, não tá 100% mas já melhorou muito e coisas assim, bobas mas que não era para tá mais como eu já encontrei pdf imagem no site da UFC [...]”.

[...] mas tem coisas interessante como a iniciativa da própria UFC de política para enfrentar também essas barreiras, por exemplo, a parte de muitos seminários, de muita palestra que é a tentativa de romper a barreira mais complicada que é a barreira atitudinal porque barreira tecnológica, barreira arquitetônica tudo isso aí dá para se resolver porque vai ser uma iniciativa mais física, mas a questão atitudinal é uma questão de cultura e é isso que é o maior processo que tem de fazer, por exemplo, é... A situação dos estudantes com deficiência na Universidade termina sendo a partir dessas pessoas que, funcionários também, professores até, mas que vão ser essas iniciativas, por exemplo, eu estar no RU e tem estudantes, tem professores, tem funcionários que vai lá e te dá uma força... (DISCENTE 1).

Ressalta a promoção de seminários e palestras como estratégia utilizada para romper com as barreiras atitudinais, as quais, segundo ele, são, mais complicadas e as que podem provocar mudanças significativas no cotidiano.

Já o discente 2 relatou dificuldades em locomoção e argumenta que a política deve se preocupar com isso, mas reconhece que houve avanços.

Eu acredito que a política de inclusão que a universidade adote deva influir em todos os aspectos principalmente na infraestrutura, mas eu ainda vejo, apesar de ter visto conquistas sim, em alguns lugares rampas e acessos, você vê essas rampas de acesso, as calçadas algumas partes foram refeitas, para evitar que a gente caia, mas ainda falta alguns, principalmente nesse aspecto da infraestrutura que eu observei, por exemplo, com relação aos edifícios, não sei aqui no Campus do Benfica, mas no Campus do Pici que eu círculo muito. Há uma certa dificuldade de integração entre os prédios, eles tem muitos obstáculos, quando eu passo de um prédio para o outro eu encontro muito obstáculos, quando eu vou de um lugar para outro eu encontro alguns buracos, coisas que atrapalham a gente a se locomover, calçadas quebradas, mais principalmente essa integração com os prédios, o que eu notei foi assim construiu o prédio bem acessível, alguns tem elevadores enfim, tem elevadores, tem rampas, mas fora do prédio essa acessibilidade não existe.(DISCENTE 2).

O discente 3 vê a política de inclusão como equiparação de oportunidades. Ele argumenta:

Eu acho que... bem claro que eu vou dizer que eu acho que é muito bom porque isso me dá oportunidade de estudar assim como todas as outras pessoas mas assim... eu acho que é uma oportunidade muito boa porque antigamente as pessoas com algum tipo de deficiência eram vistas como pessoas vamos dizer... inúteis assim, não podiam, não é que não podiam, mas como se não fossem capazes de estudar e tal... e

esse acesso a universidade permite que a gente possa ir mais longe construir uma carreira como todas as outras pessoas[...] (DISCENTE 3).

Na avaliação desse estudante, a política de inclusão é importante, pois possibilita a conquista da cidadania traduzida em uma carreira, quebra o estigma da pessoa com deficiência como “ inútil”, o que representa uma mudança cultural, e assinala que o “[...] acesso à universidade permite que a gente possa ir mais longe”, significa superar limites, crescer, ter as mesmas oportunidades que outras pessoas têm de estudar, se qualificar, ter uma profissão.

A avaliação dos discentes sobre a política de inclusão é bem mais efetiva do que a dos docentes, talvez pelo fato de que as ausências dessa política afetem mais fortemente os estudantes. Outro elemento é representado por suas vivências, que os capacita a analisar melhor o que falta e o que seria bom que houvesse.

Os docentes conhecem pouco da política, apesar de terem convivido com alunos cegos, talvez por pensarem ser um acontecimento raro. Enquanto isso para os discentes, a deficiência não é um evento, é realidade cotidiana. Por isso, provavelmente, em seus relatos eles exemplifiquem situações do dia a dia, ir ao restaurante universitário, para o docente 1, andar sem perigo de cair em um buraco, para o discente 2, ter uma profissão como todos têm, segundo o discente 3. Para os discentes, a política de inclusão precisa responder a essas questões do cotidiano, situações simples para a maioria das pessoas ditas “sem deficiência”, mas que para os discentes cegos podem determinar sua inclusão na vida social.

Já para os docentes, a falta de formação parece ser um grande obstáculo, o que de certa forma aponta para a responsabilidade da instituição; entretanto, o docente 5 argumenta certa solidão dos professores no processo de inclusão “[...] o que eu acho mais difícil é ficar cada professor solitariamente cuidando dessa e outras questões que vão aparecendo como a presença de um cego na sua turma, na medida que a gente discute as coisas coletivamente, as soluções são mais pertinentes.”

Se há necessidade de formação essa carência deve ser informada à instituição para que se abra o diálogo, e não há demérito nenhum em dizer que não sabe. Se o diálogo acontecesse, as soluções iam fluir melhor, os sentimentos de frustração e incapacidade dariam lugar a outros, que motivariam ações de solidariedade entre os docentes que vivem situações parecidas, além de fortalecer a política pela interação com a Secretaria de Acessibilidade, que saberia, com propriedade, onde há urgências de intervenção; e, mesmo para a Biblioteca, se não há por parte dos docentes uma manifestação da demanda, como oferecer mediação eficaz?

Em razão do exposto, considera-se que há necessidade de estabelecer um diálogo contínuo e efetivo entre discentes e docentes, visando romper o silêncio. A mediação da Biblioteca Universitária e da Secretaria de Acessibilidade é fundamental para que as ações da política de inclusão tenham eco em toda a Instituição.

Nesse contexto, o Sistema de Bibliotecas tem como mediações possíveis a potencialização de seus serviços e produtos para que, ao serem elaborados, o compromisso com a acessibilidade exista, evitando reparos e adaptações posteriores. Outra ação, sem dúvida, importante é a criação de uma política interna de acessibilidade que internalize a política de inclusão institucional em seus valores e princípios mediante ações concretas em seu cotidiano, como atendimento ao público, processamento técnico, política de desenvolvimento de acervo, entre outras.

Essas ações do cotidiano, que envolvem o diálogo, a interação na instituição, a formação e o ensino, até aqui expostas, são de grande importância, como podemos constatar na afirmação de Siqueira e Santana (2010, p. 135).

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem que estar voltada para os aspectos que dizem respeito a tudo aquilo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas. E esta não pode ser pensada a partir de ações isoladas, mas precisa congrega ações com vistas à aquisição de produtos e tecnologias; ações voltadas às atitudes sociais e para as políticas de inclusão de ingresso e permanência das pessoas com deficiência, assim como relativas ao apoio que as instituições de ensino necessitam tais como no âmbito das pesquisas que desenvolvem, no financiamento da infraestrutura voltadas à formação e para o ensino, entre outros.

Os autores defendem a ideia de que as ações de inclusão devem ser integradas, com objetivos que respondam às questões do cotidiano, pensadas coletivamente, nunca isoladamente, com vistas à aquisição de produtos e tecnologias, mas também ações voltadas às atitudes sociais, como também aqueles de apoio às instituições no âmbito da pesquisa, financiamento, infraestrutura, voltadas à formação e ao ensino. Esses aspectos da formação, tecnologias, financiamento e atitudes sociais foram expressos, muitas vezes, nas falas dos docentes. Um exemplo, é quando falavam na “boa vontade”, aspecto ligado às atitudes sociais, na necessidade de formação e investimento em tecnologias.

Para que a inclusão aconteça, tanto discentes quanto docentes devem participar ativamente, uma vez que trabalhar de separadamente não será construtivo, gerando sentimentos de angústia e frustração, como relatado na fala dos docentes, pois estes professores, na maioria, pouco se envolveram com as estruturas criadas pela Instituição para apoiar a política de inclusão na Universidade, como a Secretaria de Acessibilidade.

Essa necessidade de envolvimento, de pensar coletivamente na política de inclusão também é defendida por Moreira, Bolsanello e Seger (2011, p. 141), quando defendem o argumento que,

Enfim, uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado.

Isto deve ser constantemente enfrentado e discutido na Instituição, criando mediações, para que as soluções não sejam isoladas, individuais, mas constituam um movimento constante de intervenção que possa atender as necessidades dos discentes com deficiência. Agir coletivamente é o que também defendem Rocha e Miranda (2009) quando argumentam que.

É importante ressaltar que, soluções individuais não resolvem a questão, é preciso que a comunidade acadêmica, de modo geral, possa reivindicar, e dizer a Universidade suas necessidades, dialogando com os setores responsáveis, para que os mesmos assumam uma política de atendimento às necessidades específicas dos alunos [...]. (ROCHA; MIRANDA 2009, p. 205).

Cada setor da Universidade deve se comprometer com a política de inclusão, criando suas estratégias de ação de forma coletiva, mas que cada unidade seja protagonista do que deve realizar para que a inclusão seja uma realidade, tangível, visível.

Nesse sentido, a Biblioteca Universitária como, já exposto, tem muito a contribuir, exercendo sua missão de propagadora do conhecimento. E, como os autores citados argumentam, as ações não devem ser individualizadas, solitárias, mas dialogando com a comunidade acadêmica envolvida com a inclusão para melhor contribuir. Por essa razão, a pesquisa se faz relevante como uma ação que busca entender melhor como esse processo está sendo vivido, e como a Biblioteca Universitária pode ajudar seus usuários com deficiência, em particular os cegos, no caso deste estudo, e seus professores, também usuários da Biblioteca, a estabelecer soluções coletivas para o acesso à informação e ao conhecimento acadêmico. Isto é, construir pontes, mediações, e não ilhas.

Isto reclama ações contextualizadas, integradas, envolvendo aspectos como: formação de professores, produção de materiais didático e pedagógico, adaptação de currículo, entre outros, nos quais a Biblioteca não pode atuar sozinha, mas em parceria com as instâncias responsáveis. Esta ação integrada é o que defendem Pacheco e Costas (2006, p. 157).

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo.

O debate sobre inclusão é complexo, plural e exige diversos olhares, compreende todos os aspectos da vida humana, individual e social. Na Universidade, essa discussão congrega política, sociedade, ciência e ensino, e, conforme mostram Marques e Gomes (2014, p. 318), “Discutir educação inclusiva no ensino superior perpassa assim a discussão do ensino e da construção científica, política, social e humana da sociedade em que vivemos e na qual esperamos viver.”

A Biblioteca pode contribuir com a dinamização do seu acervo, produção de material, oferta de cursos de capacitação, criação de serviço e produtos, entre outras ações já mencionadas neste estudo. Segundo a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 2009, p. 69),

A inclusão social deveria significar para os provedores de serviços de biblioteca a identificação de barreiras físicas, sensoriais, culturais e psicológicas que impedem ou detêm as pessoas incapazes de utilizar material impresso de usar os seus serviços e tomar decisões apropriadas para removê-las ou reduzi-las. Essa compreensão deve estar presente em todos os níveis, principalmente no gerencial.

No âmbito das bibliotecas, o envolvimento da gestão é fundamental para que a inclusão aconteça, removendo as barreiras, o que reclama uma política interna que congregue todos os aspectos a serem observados para que se efetive o processo de inclusão e, antes de tudo, deve ser uma atitude da gestão da Biblioteca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) proporciona uma visão olhar mais consciente sobre a Universidade e suas ações gestoras, na busca da qualidade do constante aperfeiçoamento. Nesse sentido, a preocupação com a inclusão de alunos com deficiência consiste em uma estratégia para que a instituição alcance plenamente sua missão institucional e seus objetivos.

Um dos escopos da UFC no eixo do ensino é a melhoria da qualidade deste, o que envolve diversos aspectos. Assim, a Biblioteca Universitária tem grande importância, sendo um dos principais equipamentos da Instituição avaliado pelo MEC quando da aprovação dos cursos de graduação. Portanto ao investir em um bom acompanhamento e no atendimento dos discentes com deficiência estará contribuindo para alcançar esse objetivo institucional. A acessibilidade é transversal em toda instituição, existe nas questões relacionadas à gestão de pessoas, melhoria da infraestrutura, na comunicação institucional e na tecnologia.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Universidade afirma que “[...] a proposta da UFC resume como seus compromissos sociais a política de inclusão, o programa de assistência estudantil e o projeto de extensão universitária.” (UFC, 2012, p. 26). Isto é, a inclusão é um dos compromissos da Instituição, portanto, a política desenvolvida para atingir esse fim deve ser internalizada e capilarizada. O Sistema de Bibliotecas da UFC tem entre seus valores a inclusão social, o que envolve, entre outras minorias sociais, as pessoas com deficiência. Para que tal fato se efetive, são necessárias ações no âmbito da gestão que consigam permear a cultura da inclusão em todo o complexo de bibliotecas (UFC, 2012).

As mediações possíveis na perspectiva da Educação Inclusiva no Sistema de Bibliotecas versam sobre muitos aspectos, esta pesquisa possibilitou identificar na fala dos docentes e discentes três que tiveram maior destaque. O primeiro aspecto é o atitudinal, relacionado à necessidade da Biblioteca promover capacitações e cursos para os servidores, no que concerne ao atendimento ao público de pessoas com deficiência, ao conhecimento de recursos de tecnologia assistiva, visto que o referido público utiliza esses recursos.

Esses aspectos atitudinais também envolvem os professores, que podem cooperar com o processo de inclusão. Um problema concreto diz respeito às bibliografias das disciplinas dos alunos cegos, pois é necessário que estas cheguem ao serviço de digitalização antes do início da disciplina, a fim de que haja tempo hábil para a edição do material didático, o que não ocorre, atrasando a entrega para o aluno, quando não inviabilizando a edição do

material. As coordenações dos cursos e professores poderiam fazer um plano de estudos para os alunos com deficiência, e enviar para a Biblioteca com as bibliografias recomendadas. Isso envolve outra ação por parte dos docentes como as adaptações curriculares, o que vai contribuir muito para que os alunos com deficiência visual possam participar plenamente do ensino e aprendizagem.

E importante lembrar o quanto as de pessoas com deficiência em uma sala de aula podem favorecer a reflexão sobre os perfis profissionais, visto que provocam mudanças nos programas, metodologias e práticas pedagógicas. Por exemplo, uma pessoa cega pode ser um bibliotecário? Como faria para organizar uma biblioteca se não enxerga? Pode-se pensar que o bibliotecário trabalha de várias formas, com diversos suportes informacionais em diversos ambientes, onde a informação é matéria-prima. Portanto, a cegueira não é impedimento, mas a oportunidade de refletir sobre as possibilidades de atuação de um bibliotecário cego, o que enriquece a ofício.

A Biblioteca pode contribuir na inclusão com uma atitude educadora por meio de suas capacitações, por exemplo. Essas capacitações e cursos devem incluir os discentes e docentes, com o objetivo de promover e desenvolver competências informacionais para esse público, com teores que demonstrem o suporte informacional da Biblioteca, seus livros eletrônicos, portal de Periódico da CAPES, Biblioteca Digital de Tese e Dissertação (BDTD), entre outras fontes de informações científicas que podem aumentar o acervo digital para os alunos cegos, visto que, nas entrevistas, em nenhum momento os docentes falaram acerca dessas possibilidades. Nesse aspecto atitudinal, também estão envolvidas as ações do diálogo com os professores, no intuito de tornar possível que as bibliografias dos cursos que possuem alunos cegos estejam atualizadas. Outra ação possível consiste em estimular, nos discentes cegos, o uso dos espaços da Biblioteca e a interação com os servidores e demais alunos. Isso tornaria a participação dos discentes cegos mais comum no ambiente.

O segundo aspecto diz respeito à acessibilidade de comunicação e digital, e cabe investir no desenvolvimento de repositório de matérias em formato acessível, o mesmo acontecendo na produção de materiais informativos, por exemplo, os tutoriais da Biblioteca, os terminais de consulta ao acervo com programas específicos para o uso das pessoas cegas, portal acessível.

Outra ação importante é a divulgação, por parte da Biblioteca, de seus serviços e produtos voltados para pessoas com deficiência, por meio de campanhas e informações no portal da Universidade. Seria interessante a divulgação do acervo sobre inclusão e acessibilidade da Biblioteca, mostrando que parte deste acervo está na Coleção Acessibilidade

que esta no Catálogo *online* da biblioteca e que reúne títulos sobre a temática, de modo específico. Seria importante divulgar o acervo de documentos em formato acessível, que também já está no Catálogo *online* de uso exclusivo de pessoas cegas. O projeto BU em Libras é outro que merece divulgação. Uma proposta para viabilizar essa divulgação é a produção de cartilhas ou informativos com as orientações para alunos e professores sobre como utilizar a Biblioteca da melhor forma possível.

O terceiro e último aspecto diz respeito a acessibilidade arquitetônica, o que inclui elevadores, rampas, área de circulação livre de obstáculos, entorno que respeite as normas da ABNT de acessibilidade.

Atendendo esses aspectos, a Biblioteca Universitária melhoraria as possibilidades de acesso ao conhecimento acadêmico aos seus usuários com deficiência visual e constituiria um canal para diálogo e mediação com os docentes, para que estes se tornem parceiros. O principal desafio para a Biblioteca apontado nas entrevistas com docentes é estreitar laços com esses profissionais, pois, embora servidores da Instituição, desconhecem o potencial informativo, os serviços e produtos oferecidos para alunos cegos, o que dificulta a vida dessas pessoas.

Para que a medição mencionada se efetive, porém, é necessário elaborar e estabelecer internamente no Sistema de Bibliotecas da UFC uma política de acessibilidade, para que esta se traduza em ações de cunho técnico, como, por exemplo, na catalogação das obras, na política de indexação e de desenvolvimento de acervo com critérios de acessibilidade que norteiem as decisões, podendo criar parâmetros que atendam aos requisitos de acessibilidade.

Assim, os gestores da Biblioteca Universitária teriam maior segurança para tomar decisões, por exemplo, na compra de equipamentos, móveis, recursos tecnológicos, elaboração de projetos. Seria de grande utilidade para que a instituição não ficasse “apagando incêndio”, mas agindo de forma proativa, economizando recursos e otimizando seus processos. Resumindo, é preciso institucionalizar na estrutura organizacional da Biblioteca Universitária a temática da inclusão.

Essa política deve se nortear pelos mesmos princípios da política de inclusão da UFC, para que faça eco às ações da Instituição, fortalecendo a inclusão de pessoas com deficiência.

Ao concluir este estudo esta evidente a necessidade da criação de uma rede de apoio, composta por vários setores da Universidade, em que cada um, na sua singularidade, mas atuando de forma consistente na promoção da inclusão, com destaque para a Pró-Reitoria

de Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Acessibilidade, entre outras unidades. O Sistema de Biblioteca seria um desses protagonistas que formaria a rede, além do que, internamente, a Biblioteca Universitária também precisa estabelecer sua rede de apoio, mobilizando vários bibliotecários e demais servidores que fazem parte do sistema para construir caminhos, propostas e encontrar soluções para as dificuldades que o processo de inclusão traz. Por isso, a importância de uma política interna de acessibilidade para o Sistema de Bibliotecas com os princípios da política da Instituição.

A mediação da Biblioteca Universitária é fundamental na inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, visto que são diversas áreas do conhecimento, cada uma com seu modo específico de representação da informação, e conseqüentemente usuários com perfis diferenciados, o que exige dos bibliotecários uma visão cuidadosa e curiosa para inaugurar, refazer pontes de diálogo com a comunidade acadêmica, visando a oferecer o melhor atendimento possível, visto que estão sendo formados os profissionais e cidadãos para uma sociedade democrática e plural.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: apresenta as normas de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.
- BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson. Diversidade corporal e perícia médica no benefício de prestação continuada. *In*: DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Lívia (Org.). **Deficiência e igualdade**. Brasília, DF: Letras Livres, 2010. Disponível em: <http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/Deficiencia-e-Igualdade_LetrasLivres_EdUnBpdf.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>>. Acesso em: 30 maio 2015.
- BEZERRA, Neiliane Alves *et al.* A biblioteca universitária na proposta do desenho universal: um diagnóstico do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=278&Itemid=26>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 186 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-legislacao-federal-sobre-os-dpd.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <<http://www.pessoa.comdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-legislacao-federal-sobre-os-dpd.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 30 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Tratado de Marraquexe.** Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1311271>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso circular nº 277 de 08 de maio de 1996.** Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso_circular277.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2015.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. 12 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 4 jun. 2015.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 30 maio 2015.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/453107.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 1999. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Secretaria da Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Incluir**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Brasília, DF, jan. 2008b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia assistiva**. Brasília, DF: CORDE, 2009b. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, DF, v. 28, p. 1-8, 2003. Disponível em: <<http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/sa28dinizdeficienciafeminismopdf.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E DE BIBLIOTECAS IFLA. **Bibliotecas para cegos na era da informação**: diretrizes de desenvolvimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343463.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro. Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 13, p. 282-290, jan./jun. 2008.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, 29, p. 3-8, 2004. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=409>>. Acesso em: 1 maio 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Matrículas de alunos cegos e/ou com baixa visão em universidades públicas federais brasileiras e no Ceará em 2013**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

JUVENCIO, Vera Lucia Pontes. **Contribuição das tecnologias da informação e comunicação (tics) para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual: o caso da Universidade Federal do Ceará**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.tede.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10922>. Acesso em: 28 de fev.2016.

LEITÃO, Vanda Magalhaes. Caminhos para acessibilidade na UFC. *In*: LEITÃO, Vanda Magalhaes; VIANA, Tania Vicente (Org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 238.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Ligia da Silva; GOMES, Cláudia. Concordâncias/discordâncias acerca do processo inclusivo no Ensino Superior: um estudo exploratório. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 313-325, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/issue/view/218/showToc>>. Acesso em: 29 maio 2015.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia. Deficiência e igualdade: o desafio da proteção social. *In*: DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia (Org.). **Deficiência e igualdade**. Brasília, DF: Letras Livres, 2010. p. 248. Disponível em:

<http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/Deficiencia-e-Igualdade_LetrasLivresEdUnBpdf.pdf> . Acesso em: 3 nov. 2015.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias assistivas. *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 91.

MICHELS, Lísia Regina Ferreira; DELLECAVE, Michelly do Rocio. O que os professores têm a dizer sobre a educação inclusiva na universidade. **Contrapontos**, Itajaí, v. 5, n. 2, p. 469-481, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/841/693>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MONTEIRO, Elizabete Cristina de Souza de Aguiar. O serviço de referência e a acessibilidade aos deficientes visuais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FEBAB, 2010. Disponível em: <http://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final_387.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009>. Acesso em: 11 jun. 2015.

NUNES, Tânia *et al.* Perspectiva social sobre os discursos opressores da deficiência na universidade. **Psico**, Lisboa, v. 42, n. 1, p. 124-133, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7024>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos do deficiente**. [S. l.], 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 151-167, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/issue/view/218/showToc>>. Acesso em: 26 maio 2015.

PUPO, D. T. Laboratório de acessibilidade. *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das Bibliotecas. São Paulo: Unicamp, 2006. p. 91.

PUPO, Deise Tallarico. Construção de parâmetros para implantação de bibliotecas acessíveis. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, ES, v. 3, n. 1, p. 23-42, jan./jun. 2014.

PUPO, Deise Tallarico; SANTOS, Gildenir Carolino. As novas tecnologias da informação: uma proposta de acesso e atendimento a usuários com necessidades especiais em bibliotecas universitárias. *In*: SEMINÁRIO ATIID – ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL, 1., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade/cd2005/conteudo/ATIID2001/MR2/01/NovasTI-BibliotecasUniversitarias.doc>>. Acesso em: 20 jun.2010.

RETINOSE pigmentar. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://retinabrasil.org.br/site/doencas/retinose-pigmentar/>>. Acesso em: 24 de fev. 2016.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 197-211, Maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial>>. Acesso em: 29 maio 2015.

RODRIGUES, David. A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 23, p. 1-5, 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/index.htm>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SANTOS, Wederson; DINIZ, Debora; PEREIRA, Natália. Deficiência e perícia médica: os contornos do corpo. *In*: DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia (Org.). **Deficiência e igualdade**. Brasília, DF: Letras Livres, 2010. p. 248. Disponível em: <http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/Deficiencia-e-IgualdadeLetrasLivres_EdUnBpdf.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2015.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010.

SOUSA, Clemilda dos Santos *et al.* Acessibilidade a informação científica na educação superior: caminhos trilhados pelo sistema de bibliotecas da universidade federal do Ceará. *In*: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. p. 1-20. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/481-1932.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2015.

SOUSA, Clemilda dos Santos; RABELO, Jeriane da Silva. Biblioteca inclusiva: construindo pontes entre o visível e o invisível. *In*: LEITAO, Vanda Magalhaes; VIANA, Tania Vicente (Org.). **Acessibilidade na UFC**: tessituras possíveis. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 238.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELO, Anahi Guedes. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 369-385, maio/ago. 2007.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. **Ensino de música para pessoas com deficiência visual**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/textos/Dissertacao_Shirlei_Escobar_Tudissaki.pdf>. Acesso em: 21 de fev.2016.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. *In*: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, 1994, Salamanca. **Anais...** Genebra: Unesco, 1994. p. 47. Disponível em: <<http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=7fr0EPRPiY4%3D&tabid=304&mid=1656>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **BU em LIBRAS**: descobrindo a biblioteca. Fortaleza, 2015a. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.ufc.br/buemlibras/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Catálogo online da Biblioteca Universitária**. Fortaleza, 2015b. Disponível em: <http://bibweb.npd.ufc.br/pergamum/biblioteca/pesquisa_acessibilidade.php>. Acesso em: 20 jun. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano de desenvolvimento institucional 2013/2017**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/313-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. **Levantamento do número de alunos com deficiência da UFC**. Fortaleza, 2015c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Serviços para pessoas com deficiência visual**. Fortaleza, 2015d. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=698&Itemid=47>. Acesso em: 20 jul. 2015.

VALLE, Eduardo; ARAÚJO, Arnaldo. Acervos, desafio para o futuro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 41, p. 128-143, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=977&op=1>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

VIEIRA, Paulo André de Melo; LIMA, Francisco José de. A teoria na prática: áudio-descrição, uma inovação no material didático. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Recife, v. 2, p. 1-11, mar./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/issue/view/3showToc>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil, 2003. (Série Diversidade, v. 2). Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Título da Pesquisa: Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na Perspectiva da Educação Inclusiva

Pesquisadora responsável: Clemilda dos Santos Sousa

Orientadora: Professora Eloisa Maia Vidal

Prezado(a) colaborador(a),

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de Mestrado, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Este estudo tem por objetivo identificar as dificuldades no acesso a informação científica para os discentes com deficiência visual e seus professores no processo ensino-aprendizagem.

Para a realização deste estudo serão utilizadas entrevistas individuais que, caso você autorize, serão gravadas. A entrevista será informal, como uma conversa (haverá algumas perguntas somente para motivar o diálogo), através da qual a pesquisadora terá a oportunidade de saber qual a sua percepção em relação ao tema da pesquisa.

Ressaltamos que os riscos de participar da pesquisa são mínimos, mas caso haja algum desconforto físico ou psicológico durante a entrevista, a pesquisadora está preparada para lhe prestar ajuda e fazer os encaminhamentos que se fizerem necessários para o restabelecimento de seu bem estar físico e emocional. É importante que você saiba também que poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe traga nenhum tipo de prejuízo.

Os dados coletados serão utilizados somente para pesquisa e divulgação da mesma, sendo garantido o sigilo quanto à sua identidade, ou seja, seu nome não será relacionado às informações divulgadas. Serão utilizados nomes fictícios na pesquisa. É garantido também o seu acesso, em qualquer momento, às informações sobre procedimentos e benefícios relacionados à pesquisa, para esclarecer possíveis dúvidas.

Através deste estudo, espera-se contribuir para inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior. Porque não basta garantir o acesso à educação, sem considerar a permanência qualitativa dos estudantes, eliminando as barreiras de acesso universidade. A cultura da educação se efetivará com ações concretas, implementadas pelas instituições à medida que busquem construir modelos que acolham as diferenças individuais, aplicando recursos metodológicos e estratégias que facilitem o desenvolvimento das capacidades, tanto pessoais como sociais dos discentes com deficiência.

Trará benefícios também para a Universidade Federal do Ceará que, no cenário atual, busca efetivar as ações para consolidar-se como um sistema educacional inclusivo, com o apoio de políticas públicas estímulo e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Será ainda uma relevante contribuição para a produção do conhecimento acadêmico na temática da inclusão da pessoa com deficiência na educação e na sociedade em geral.

Ressaltamos que sua participação é voluntária e que, portanto, não haverá qualquer compensação de ordem financeira pela sua colaboração na pesquisa, da mesma forma em que você não terá nenhum tipo de despesa. Lembramos que você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo.

Em caso de dúvida você poderá se comunicar com a pesquisadora Clemilda dos Santos Sousa, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da

Universidade Federal do Ceará (UFC), localizado na rua Paulino Nogueira, 315 bloco 01, térreo, anexo da Reitoria, CH 03, telefone: (0**85) 33667449 ou entrar em contato com a pesquisadora através do endereço eletrônico cleoufc@gmail.com.

Caso deseje obter informações sobre os seus direitos e sobre os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, você poderá consultar o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará Rua Coronel Nunes de Melo, 1000, (85) 3366-8344; Fortaleza – Ceará.

Se você estiver de acordo em participar deste estudo, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento pós-esclarecido que se segue e, também, rubricar todas demais páginas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O mesmo será feito pela pesquisadora responsável. Você receberá uma cópia de todas as páginas deste documento.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pela pesquisadora, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar desta pesquisa.

Declara também que recebeu cópia deste termo de consentimento e que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza-CE, ____ de _____ de _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA DOCENTES

Título da pesquisa: Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na Perspectiva da Educação Inclusiva

Pesquisadora responsável: Clemilda dos Santos Sousa

Orientadora: Professora Eloisa Maia Vidal

Prezado(a) colaborador(a),

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de Mestrado, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Este estudo tem por objetivo identificar as dificuldades no acesso a informação científica para os discentes com deficiência visual e seus professores no processo ensino-aprendizagem.

Para a realização deste estudo serão utilizadas entrevistas individuais que, caso você autorize, serão gravadas. A entrevista será informal, como uma conversa (haverá algumas perguntas somente para motivar o diálogo), através da qual a pesquisadora terá a oportunidade de saber qual a sua percepção em relação ao tema da pesquisa.

Ressaltamos que os riscos de participar da pesquisa são mínimos, mas caso haja algum desconforto físico ou psicológico durante a entrevista, a pesquisadora está preparada para lhe prestar ajuda e fazer os encaminhamentos que se fizerem necessários para o restabelecimento de seu bem estar físico e emocional. É importante que você saiba também que poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe traga nenhum tipo de prejuízo.

Os dados coletados serão utilizados somente para pesquisa e divulgação da mesma, sendo garantido o sigilo quanto à sua identidade, ou seja, seu nome não será relacionado às informações divulgadas. Serão utilizados nomes fictícios na pesquisa. É garantido também o seu acesso, em qualquer momento, às informações sobre procedimentos e benefícios relacionados à pesquisa, para esclarecer possíveis dúvidas.

Através deste estudo, espera-se contribuir para inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior. Porque não basta garantir o acesso à educação, sem considerar a permanência qualitativa dos estudantes, eliminando as barreiras de acesso universidade. A cultura da educação se efetivará com ações concretas, implementadas pelas instituições à medida que busquem construir modelos que acolham as diferenças individuais, aplicando recursos metodológicos e estratégias que facilitem o desenvolvimento das capacidades, tanto pessoais como sociais dos discentes com deficiência.

Trará benefícios também para a Universidade Federal do Ceará que, no cenário atual, busca efetivar as ações para consolidar-se como um sistema educacional inclusivo, com o apoio de políticas públicas estímulo e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Será ainda uma relevante contribuição para a produção do conhecimento acadêmico na temática da inclusão da pessoa com deficiência na educação e na sociedade em geral.

Ressaltamos que sua participação é voluntária e que, portanto, não haverá qualquer compensação de ordem financeira pela sua colaboração na pesquisa, da mesma forma em que você não terá nenhum tipo de despesa. Lembramos que você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo.

Em caso de dúvida você poderá se comunicar com a pesquisadora Clemilda dos Santos Sousa, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da

Universidade Federal do Ceará (UFC), localizado na rua Paulino Nogueira, 315 bloco 01, térreo, anexo da Reitoria, CH 03, telefone: (0**85) 33667449 ou entrar em contato com a pesquisadora através do endereço eletrônico cleoufc@gmail.com.

Caso deseje obter informações sobre os seus direitos e sobre os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, você poderá consultar o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará Rua Coronel Nunes de Melo, 1000, (85) 3366-8344; Fortaleza – Ceará.

Se você estiver de acordo em participar deste estudo, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento pós-esclarecido que se segue e, também, rubricar todas demais páginas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O mesmo será feito pela pesquisadora responsável. Você receberá uma cópia de todas as páginas deste documento.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pela pesquisadora, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar desta pesquisa.

Declara também que recebeu cópia deste termo de consentimento e que autoriza a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Entrevista nº: ____ Data: ____/____/____ Duração: _____ Gravação: _____

DADOS PESSOAIS

- 1) Sexo: () Masculino () Feminino
- 2) Idade: _____
- 3) Tempo na atual Instituição: _____
- 4) Curso matriculado: _____
- 5) Condição de deficiência: _____
- 6) Deficiência congênita ou adquirida? _____
- 7) Já cursou outro curso universitário antes? _____
- 8) Está inserido no mercado de trabalho? Como? _____
- 9) Você fez outras tentativas de acesso ao ensino superior? () Sim () Não.
Em que instituição?

RECURSOS DE TECNOLOGIAS ASSISTIVA

- 1) Das tecnologias citadas abaixo quais você mais usa durante as aulas? Por quê?
 Dosvox ()
 NVDA ()
 Jaws ()
 Virtual Visuan ()
 Lupa eletrônica ()
 Ampliador de tela ()
 Lupa manual ()
- 2) Qual o tipo os formatos (txt, doc, pdf,) ou o código braile, você prefere para fazer a leitura dos conteúdos das disciplinas na universidade?

INCLUSÃO E PRÁTICA DOCENTE

- 1) Como você avalia seu desempenho acadêmico na UFC em função dos recursos disponíveis para atender sua deficiência visual? Você considera que foi prejudicado ou beneficiado em algum momento?
- 2) Que disciplinas você encontrou mais dificuldade em apreender o conteúdo? Que disciplinas você considerou mais fáceis, tendo em vista sua condição de deficiência.
- 3) Quais os maiores desafios, que você encontrou em sala de aula para acesso ao conteúdo das disciplinas?
- 4) Quais as atitudes que em sala de aula facilitaram seu acesso à informação?

SUPORTE OFERECIDO PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFC

- 1) Como é o seu acesso à Biblioteca?
- 2) Que serviços/produtos você utiliza da Biblioteca?
- 3) No seu ponto de vista que ações da Biblioteca poderiam contribuir para sua aprendizagem e no acesso à informação científica?

A POLÍTICA DE INCLUSÃO

- 1) O que você acha da política de inclusão de pessoas com deficiência na UFC? Que conquistas e dificuldades percebe?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS DOCENTES

Entrevista nº: ____ Data: ____/____/____ Duração: _____ Gravação: _____

DADOS PESSOAIS

- 1) Sexo: () Masculino () Feminino
- 2) Tempo na Instituição: _____
- 3) Área do conhecimento: _____
- 4) Titulação: _____

A POLITICA DE INCLUSÃO

1) O que pensa sobre a política de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior? Conhece a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência da UFC, a Secretaria de Acessibilidade da universidade?

INCLUSÃO NA PRÁTICA DOCENTE

- 1) Qual o seu sentimento ao se deparar com um aluno com deficiência visual?
- 2) Você já teve alunos com deficiência visual. Como viabilizou o acesso ao conhecimento para esse aluno?
- 3) Quais estratégias didáticas você utilizou em sala de aula para facilitar a aprendizagem dessa pessoa? Encontrou dificuldade? Quais? Como resolveu?
- 4) No seu entendimento a formação docente atende as exigências do processo de inclusão? O que você sugere?
- 5) Quais os maiores desafios enfrentados pelos docentes para trabalhar com alunos com deficiência visual?
- 6) Como você avalia o desempenho acadêmico dos alunos com deficiência visual?

RECURSOS DE TECNOLOGIAS ASSISTIVA

- 1) Você conhece os recursos de tecnologias assistivas utilizados pelas pessoas cegas para desenvolver atividades de leitura, escrita e pesquisa na WEB?
- 2) Você utilizou algum recursos tecnológico para promover o acesso ao conteúdo das disciplinas para um aluno cego.

SUPORTE OFERECIDO PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFC

- 1) Você conhece os serviços/ produtos que a Biblioteca Universitária oferece para discentes com deficiência visual?
- 2) Caso conheça os serviços/produtos quais considera mais úteis e por quê?
- 3) No seu ponto de vista que ações a Biblioteca Universitária poderia implementar para favorecer o acesso à informação científica?

APÊNDICE E – ROTEIRO DO PRÉ-TESTE APLICADO AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Entrevista nº: ____ Data: ____/____/____ Duração:_____ Gravação: _____

1. DADOS PESSOAIS

- 1) Sexo: () Masculino () Feminino
- 2) Idade:
- 3) Estado civil:
- 4) Naturalidade:
- 5) Tempo na atual Instituição:
- 6) Curso matriculado:
- 7) Condição de deficiência:
- 8) Deficiência congênita ou adquirida?
- 9) Já cursou outro curso universitário antes?
- 10) Está inserido no mercado de trabalho? Como?
11. Voce fez outras tentativas de acesso ao ensino superior? () Sim () Não. Em que instituição

2. TECNOLOGIAS UTILIZADAS para fazer a prova? Se nenhuma. As que eu uso para estudar são os leitores e o computador, apenas.

- 1) Que tecnologias digitais você conhecia ao iniciar seu curso de graduação?

Dosvox ()

NVDA ()

Jaws ()

Virtual Visuan ()

Lupa eletrônica ()

Amplificador de tela ()

Lupa manual ()

- 2) Das tecnologias citadas quais você mais usa nas disciplinas? Por que ?

Dosvox ()

NVDA ()

Jaws ()

Virtual Visuan ()

Lupa eletrônica ()

Amplificador de tela ()

Lupa manual ()

- 3) Qual o tipo de material você prefere para leituras dos conteúdos das disciplinas na universidade?

- 4) Como você avalia seu desempenho acadêmico na UFC em função dos recursos disponíveis para atender sua deficiência visual?

3. ACESSO À INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA

- 1) Qual a sua principal dificuldade para ter acesso à bibliografia básica das disciplinas de seu curso?

- 2) Em sala de aula como você faz para ter acesso as informações necessárias para realizar leituras e demais atividades propostas pelo professor.

- 3) Quais as maiores dificuldades, que você encontrou em sala de aula para acesso à informação das disciplinas?
- 4) Quais as atitudes que em sala de aula que facilitaram seu acesso à informação?
- 5) Que serviços/produtos você utiliza da Biblioteca Universitária?
- 6) Dos serviços utilizados quais são mais úteis para você?
- 7) No seu ponto de vista que ações da biblioteca poderiam ajudar na aprendizagem e no acesso à informação científica?

4. POLITICA DE INCLUSÃO

- 1) O que você acha da política de inclusão de pessoas com deficiência na UFC ?
- 2) No seu entendimento quais as maiores dificuldades e conquistas na UFC no que se refere a inclusão de pessoas com deficiência?

APÊNDICE F – ROTEIRO DO PRÉ-TESTE APLICADO AOS DOCENTES

Entrevista nº: ____ Data: 19/08/2015 Duração: 2h Gravação: _____

1. DADOS PESSOAIS

1) Sexo: () Masculino () Feminino

2) Idade:

3) Estado civil:

4) Naturalidade:

5) Tempo na Instituição:

6) Área do conhecimento:

7) Titulação

1) O que pensa sobre a política de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior?

2) Conhece a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência da UFC? Conhece a Secretaria de Acessibilidade da UFC?

3) Você já teve alunos com deficiência visual?

4) Quais estratégias didáticas você utilizou em sala de aula para facilitar a aprendizagem dessa pessoa? Encontrou dificuldade? Quais? Como resolveu?

5) Você conhece os serviços/ produtos que a Biblioteca Universitária oferece para discentes com deficiência visual?

6) Caso conheça os serviços/produtos quais considera mais úteis e por que?

7) No seu ponto de vista que ações a Biblioteca Universitária poderia implementar para favorecer o processo ensino-aprendizagem na perspectiva do acesso à informação científica?

8) No seu entendimento a formação docente atende as exigências do processo de inclusão, os professores estão preparados para essa realidade? O que você sugere?

9) Você conhece as tecnologias assistivas utilizadas pelas pessoas cegas para desenvolver atividades de leitura, escrita e pesquisa na WEB?

10) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos docentes para trabalhar com alunos com deficiência visual?

11) Como você avalia o desempenho acadêmico dos alunos com deficiência visual? Acredita que conseguem ter bom desempenho cognitivo em todas as disciplinas?